

JF

Especial 14.º Congresso

Jornal da FENPROF | Diretor: Mário Nogueira

Suplemento ao n.º 309 | junho 2022 | 0,50 Euros

14.º

CONGRESSO NACIONAL DOS PROFESSORES

Tempo de ser o Tempo dos Professores



Reportagem • Documentos • Intervenções • Órgãos eleitos

sumário

ABERTURA DO 14.º CONGRESSO

- 12. A Paz não é coisa com que se brinque
- 13. Saudação, Convidados presentes e Prémio Urbano Tavares Rodrigues
- 28. Mário Nogueira: A escola pública não se limita a dar resposta a alguns, dando-a a todos!

DOCUMENTOS

- 14. Programa de Ação: Uma FENPROF dinâmica na proposta e no protesto porque a Educação não pode esperar
- 16. Resolução: A Educação não pode esperar! Combater desigualdades. Valorizar a profissão!
- 25. Moções aprovadas

INTERVENÇÕES

- 33. Mensagem de David Edwards, Presidente da IE
- 34. Intervenções do Secretariado Nacional
- 48. Seminário Internacional
- 58. Olhares internacionais sobre os desafios da Educação
- 60. Novos órgãos dirigentes da FENPROF



14.º Congresso Nacional dos Professores

O 14.º Congresso Nacional dos Professores foi um importante momento de afirmação da FENPROF, é verdade, mas, sobretudo, dos professores, educadores e investigadores de Portugal. Ali se discutiram os assuntos que são realmente importantes para a profissão docente, desde os aspetos de ordem socioprofissional aos que defendem a Escola Pública e, de uma forma geral, à Educação dizem respeito. Foram dezenas as intervenções apresentadas, que ilustraram, de forma iniludível, a realidade da Educação, do Ensino e da Ciência no nosso país e, principalmente, que demonstraram que existem alternativas às políticas de falta de investimento em áreas que são fundamentais ao desenvolvimento e ao progresso; políticas que têm vindo a desvalorizar as profissões de professor, educador e investigador, com as consequências que bem se conhecem. Importante, ainda, foi que os cerca de seiscentos delegados e delegadas presentes reafirmaram o seu compromisso com a ação e a luta que a FENPROF, com uma direção de olhos postos no futuro, continuará a assumir. ●



Nova legislação sobre MpD

Alegadamente, para combater abusos e fraudes, o governo impôs o Decreto-Lei 41/2022, de 17 de junho, que estabelece o regime de mobilidade de docentes por motivo de doença. Perverso, afirmou logo a FENPROF, a que os próprios docentes acrescentaram "desumano", "injusto", "chocante" e "antidemocrático". É disso mesmo que se trata, as regras que são definidas por este novo quadro legal irão penalizar fortemente professores com doenças incapacitantes que não poderão, sequer, requerer mobilidade e outros que não terão tempo de obter documentos importantes para a conseguirem. Alguns, ainda, poderão ser colocados em escolas que os obrigarão a fazer mais de uma centena de quilómetros diariamente, o que, na sua situação, é impossível. Com os professores, a FENPROF não desistirá de denunciar esta injustiça e de exigir que, em defesa da proteção dos mais fragilizados, sejam desencadeados os indispensáveis mecanismos de verificação das situações em causa como alternativa a esta forma perversa em que paga o justo pelo pecador. ●

04. IMPRESSÕES

O amianto, a municipalização e o "pague um e leve dois"

05. DUAS PALAVRAS

Mobilidade por Doença. Assim, não!

06. NEGOCIAÇÃO

Mobilidade por Doença

08. EXAMES

Professores com horários sobrecarregados...

10. ATUALIDADE

FENPROF quer negociar...

63. AÇÃO

7 de julho – Manifestação Nacional

65. APOSENTADOS

Dia de reencontros...dia de análise da vida...dia de luta na defesa do futuro

66. ESTABILIDADE

Técnicas Especiais - Atenção, sr. Ministro: a lei (e as promessas) são para respeitar!

68. INTERNACIONAL

Internacional da Educação realiza 4.ª Conferência Mundial das Mulheres

69. INTERNACIONAL

Apoio da FENPROF às solicitações do Conselho Português para os Refugiados

70. DIVULGAÇÃO

Congresso Internacional PEDAGOGIA 2023 (Cuba): 30 de Janeiro a 3 de Fevereiro de 2023



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Jackeline Vieira (SPM), Luís Lobo (SPRC), Manuel Micaelo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélia Vitorino (FENPROF), Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jpgo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Luís Lobo; Inês Carvalho; Nélia Vitorino | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 50.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados, bem como a ortografia adotada são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



editorial

MÁRIO NOGUEIRA (Secretário-Geral da FENPROF)

Começa mal...

Com tantos problemas que afetam os professores, alguns dos quais motivo de afastamento dos jovens da profissão, e a novel equipa do Ministério da Educação decidiu arranjar mais um que irá penalizar inúmeros educadores e professores com doenças incapacitantes. Poderão os responsáveis do ME sentir-se cómodos perante um regime que é exclusivo dos docentes, mas, se assim for, estranha-se, pois deveriam sentir um incómodo peso na consciência.

Esperava-se, ainda que de pé atrás, que o diálogo e a negociação conhecessem novos dias, após a declaração de António Costa de que, apesar da maioria absoluta, o seu governo seria dialogante; esperava-se que o novo ministro da Educação, não obstante os seus seis solidários anos, se distinguisse do anterior e não apenas no estilo... contudo, podendo ainda não ser conclusão definitiva, o certo é que entre o discurso e a prática parecem manter-se passos de gigante.

É verdade que, desta vez, não ficámos três meses à espera da primeira reunião com a equipa ministerial, mas o formato escolhido pelo ministro, em “sessão plenária”, com a presença de mais de meia centena de pessoas, explica por que dali nada saiu de palpável, resumindo-se a umas simpáticas apresentações e votos de bom trabalho, cuja expressão, no entanto, se escarpelizada, revelaria distintos níveis de expetativa.

Na sequência dessa reunião realizada em final de abril, a FENPROF solicitou reuniões ao ministro para: i) negociar regras sobre condições de trabalho dos docentes, a considerar no despacho sobre Organização do próximo Ano Letivo, algumas anunciadas pelo próprio, enquanto secretário de

estado, mas que não viram a luz do dia; ii) resolver problemas específicos dos docentes que se encontram em regime de monodocência e dificultam (e discriminam) o seu exercício profissional; iii) eliminar abusos impostos aos docentes corretores de exames do secundário ou a quem é distribuído semelhante serviço, no âmbito das provas (de aferição ou finais) no ensino básico; iv) dar cumprimento a leis em vigor, resolvendo problemas de precariedade, designadamente dos docentes das escolas de ensino artístico; v) por último, mas muito importante, reunir para identificar os problemas e calendarizar a sua resolução ao longo da legislatura, definindo prioridades. A estes pedidos, João Costa respondeu com silêncio, deixando pairar a ideia de o primeiro ano do seu ministério não se distinguir dos anteriores seis em que integrou a equipa ministerial. O que não é bom...

Os problemas da Educação não se limitam aos professores, às suas condições de trabalho e à sua carreira, mas sem resolver esses os demais também se arrastarão. Alguns são simples, bastando vontade de os solucionar; há vários que decorrem de acumuladas injustiças cuja eliminação terá algum impacto financeiro, sendo, porém, possível mitigá-lo com soluções faseadas; outros têm dimensão mais profunda, correspondem a quadros legais estruturantes, mas há que os encarar, sem medo, ainda que sem precipitação, prevendo uma abordagem ao longo da legislatura que ainda há pouco se iniciou.

Não pode é a equipa ministerial de João Costa e António Leite ficar pelas encolhas, deixando correr o marfim, respondendo com remendos ao que tem de ser resolvido, assumindo-se como gestora de fundos

européus, engalanando com discursos aparentemente pedagógicos decisões que são do foro administrativo e/ou financeiro de matriz economicista... e não pode, porque seria um erro gravíssimo continuar a desrespeitar os professores, a desvalorizar o diálogo e a negociação, a não ter em conta as propostas sindicais e a prosseguir um caminho que cada vez menos acreditam ser o rumo certo. ●

“

Os problemas da Educação não se limitam aos professores, às suas condições de trabalho e à sua carreira, mas sem resolver esses os demais também se arrastarão. Alguns são simples, bastando vontade de os solucionar



O amianto, a municipalização e o “pague um e leve dois”

Olhando para as coloridas prateleiras, para os slogans do “pague um e leve dois” ou para o “cartão dos pontos acumulados”, conclui-se que a, recentemente imposta, municipalização da educação é mais um artigo que foi adquirido sem fazer nenhuma falta à Escola Pública

Existem muitas diferenças entre o comércio tradicional, a mercearia do bairro e as grandes superfícies comerciais, desde logo a sua dimensão, a diversidade de produtos disponíveis e a tipologia do consumidor. Na generalidade das situações, o merceeiro conhece as principais exigências e rotinas dos seus clientes, disponibilizando produtos de acordo com o perfil e as necessidades destes, o hipermercado, o shopping ou a grande superfície tem uma oferta incomparavelmente superior, artigos de todos os tipos e das mais variadas proveniências, uma política de marketing que desenvolve processos constantes que visam atrair e fidelizar clientes. Até aqui, nada de novo, como não é novidade para ninguém os exemplos de pequenos comerciantes que fecharam portas devido à presença dos hiper, dos shoppings, ou dos fóruns.

No plano nacional os nossos governos têm assumido uma postura muito semelhante à descrita, em particular no que aos financiamentos comunitários diz respeito – preferindo adquirir um produto que está em promoção, mesmo que não seja prioritário lá para casa, mas tem um grande “desconto em cartão” e vai para o “carrinho”. Enquanto isso, os artigos de primeira necessidade vão ficando para trás, até porque no fim das contas se despendeu muito capital nas promoções, e o dinheiro não dá para tudo, não estica (dizem).

A Escola Pública e os seus profissionais conhecem bem do que se fala, dos projetos,

incentivos, programas especiais, reformas e investimentos ao sabor dos financiamentos disponíveis no momento que, admitindo a sua eficácia, acabam por se sobrepor aquilo que é essencial, urgente e que faz falta, sobrecarregando e responsabilizando outros, que não o governo central ou o ministério da Educação.

Durante mais de uma década, a luta desenvolvida em torno do amianto nas escolas portuguesas foi intensa. A FENPROF teve um papel incontornável nessa denúncia e exigência, o governo sempre arrastou o assunto sabendo que se tratava de um problema de saúde pública e só tomou medidas efetivas para a sua remoção parcial quando houve uma linha de financiamento europeu, como se as questões essenciais do país dependessem de promoções ou saldos. Então lá empurrou para os municípios mais uma responsabilidade financeira e operacional e foi o que se viu: um processo moroso, atribulado e incompleto que se limitou às coberturas deixando de fora os materiais mais graves para a saúde dos alunos e profissionais, provavelmente por não se enquadrarem no “cartão de descontos da UE”.

Olhando para as coloridas prateleiras, para os slogans do “pague um e leve dois” ou para o “cartão dos pontos acumulados”, conclui-se que a recente imposta municipalização da educação é mais um artigo que foi adquirido pelo governo de António Costa, Tiago Brandão e João Costa sem fazer nenhuma falta à Escola Pública, mas como estava em “folheto” nos financiamentos e incentivos da UE, cá está ela. Contudo, não será por muito tempo, pois o cliente final rapidamente perceberá que o produto é de fraca qualidade e está cheio de químicos e corantes para parecer um artigo fresco. Em pouco tempo estará no lixo, pois nem para reciclar serve. •



Olhando para as coloridas prateleiras, para os slogans do “pague um e leve dois” ou para o “cartão dos pontos acumulados”, conclui-se que a recente imposta municipalização da educação é mais um artigo que foi adquirido pelo governo de António Costa, Tiago Brandão e João Costa sem fazer nenhuma falta à Escola Pública, mas como estava em “folheto” nos financiamentos e incentivos da UE, cá está ela.



duas palavras

MANUEL MICAEL (manuel.micaelo@spgl.pt)

Mobilidade por Doença. Assim, não!

Embora afirme que reconhece “a necessidade de se continuar a garantir a proteção e apoio na doença aos docentes, e aos familiares que se encontrem a seu cargo, quando se verifique a imperiosa e comprovada circunstância de necessitarem de se deslocar para agrupamento de escolas ou escola não agrupada que se situem perto do local de prestação de cuidados médicos ou dos apoios a prestar”, o Ministério da Educação (ME) decidiu, este ano, rever o diploma legal da “Mobilidade por Doença”.

Além do óbvio e nada oculto motivo de reduzir o número de docentes que beneficia desta forma de mobilidade (dito de outra forma “garantir uma gestão e utilização mais equilibrada, eficiente e racional do pessoal docente”), o ME foi alegando a existência de situações que ou não são claras ou nem justificam a deslocação de docentes, ou até insinuando – sem nunca apresentar qualquer prova – que haveria abusos, lançando a suspeição sobre todos os docentes que legitimamente usufruem deste tipo de mobilidade.

Sejamos claros: Se o ME tem fundada(s) suspeita(s) de que há abuso(s) ou ilegalidade(s), o que tem que fazer é intervir rapidamente e averiguar se essas suspeições têm fundamento, fiscalizando e recorrendo aos mecanismos de confirmação e verificação que tem ao seu dispor (Inspeção Geral de Educação e Ciência, Juntas Médicas...) e agindo civil e/ou disciplinarmente sobre o(s) prevaricador(es).

Isto que o ME, ao não agir, faz chama-se não querer resolver o problema.

E obstaculizar o exercício do direito. ●

CARTOON

Henrique Monteiro



Mobilidade por Doença (MpD)

M.E. finge que negocea e ataca direito à proteção na doença

VITOR GODINHO (Membro Secretariado Nacional da FENPROF)



Sendo conhecido e tendo já sido promulgado (ainda não publicado à data em que este artigo foi redigido) o Decreto-Lei que passará a regular o regime de mobilidade por doença (MpD) a aplicar para o ano escolar de 2022-2023, é já certo o prejuízo que dele resulta em relação ao direito de proteção na doença dos docentes com doenças incapacitantes ou que apoiem familiares nessa condição:

- Ao excluir da possibilidade de apresentação de pedidos de MpD os docentes providos em quadros de agrupamento de escolas/escolas não agrupadas (QA/QE) situados em concelhos cujas sedes distem até 20 km em linha reta das escolas de potencial acolhimento. Ademais, esta limitação imposta à apresentação de candidaturas, que não se aplica a docentes providos nos QZP, traduz-se numa intolerável discriminação entre docentes efetuada em função da natureza, QA/QE ou QZP, dos quadros a que pertencem;

- Ao limitar a concretização dos pedidos de MpD aos que couberem na designada capacidade de acolhimento declarada pelas escolas, por grupo de recrutamento, a qual tenderá a corresponder a um quantitativo de não mais do que 10% do número de docentes integrados nos seus quadros;

- Ao eliminar-se a faculdade de dispensa da componente letiva nas situações de doença do próprio que tal justificasse.

E pior ficará se o despacho que regulará o procedimento de apresentação de pedidos de MpD, cujo texto definitivo ainda se desconhece, vier a obrigar à apresentação de declaração emitida por entidade hospitalar,

mesmo nos casos em que a razão que sustenta esses pedidos se prende com a contraindicação médica de realização de deslocações diárias e não com a necessidade de quaisquer tratamentos clínicos.

Em todo o processo dito negocial que antecedeu a aprovação do novo modelo de MpD, o ME não aceitou introduzir-lhe quaisquer alterações qualitativas de relevo, rejeitando todas e cada uma das propostas que a FENPROF lhe foi apresentando nesse sentido. Assim, o ME não aceitou:

- Eliminar a distância quilométrica mínima imposta aos docentes dos QA/QE para serem aceites à MpD, admitindo a FENPROF, em alternativa, apenas a impossibilidade de concretização de pedidos de mobilidade entre escolas situadas na área geográfica do mesmo concelho;

- Concretizar os pedidos de MpD para escolas do concelho de tratamentos/residência, sem dependência de qualquer capacidade de acolhimento por aquelas declarada, ainda que garantindo uma distribuição equitativa dos docentes implicados;

- Alargar o direito à dispensa da componente letiva a docentes com doenças incapacitantes não colocados em MpD; ao invés, o ME, como referido atrás, decidiu acabar com o direito de dispensa da componente letiva até para os docentes abrangidos pela MpD;

- Adiar a aplicação das novas regras para o ano escolar 2023-2024;

- Sequer, calendarizar a concretização dos pedidos de MpD para data posterior às colocações de mobilidade interna (MI), o que viabilizaria a desistência de pedidos de MpD em razão das colocações obtidas

em MI já satisfazerem a proteção na doença pretendida.

Em suma, este processo negocial confirma o que, desde o seu início, se percebeu: que o ME decidiu substituir o bloqueio negocial da anterior legislatura por um fingimento negocial. Aliás, ilustrando isso mesmo, o ME, no início da reunião de suposta negociação suplementar, apresentou aquela que era a sua proposta final, antes mesmo de ouvir as contrapropostas da FENPROF!

Claro está que só a luta poderá obrigar o ME a inverter esta sua postura e a efetivamente negociar. Vamos, pois, a ela! ●

“

Em todo o processo dito negocial que antecedeu a aprovação do novo modelo de MpD, o ME não aceitou introduzir-lhe quaisquer alterações qualitativas de relevo, rejeitando todas e cada uma das propostas que a FENPROF lhe foi apresentando nesse sentido.

“Chocante”, “desumana”, “inadmissível” ou “antidemocrática”

Assim consideram os professores a nova legislação sobre Mobilidade por Doença (MpD)

AFENPROF promoveu recentemente uma reunião, em modo de videoconferência, sobre Mobilidade por Doença (MpD), na qual participaram mais de seiscentos docentes.

Já se sabia, pelo teor das novas disposições legais aprovadas pelo governo e promulgadas pelo Presidente da República, que estas iriam provocar um mar de injustiças. Mas quem assistiu a esta reunião ficou a compreender ainda melhor a perversidade de uma legislação, alegadamente destinada a combater abusos e fraudes, mas que, na verdade, irá pôr em causa a indispensável proteção de professores e educadores com doenças incapacitantes ou que apoiam familiares diretos nessas condições.

Quem participou na reunião e ouviu as dezenas de testemunhos de docentes que, de acordo com os novos critérios, estão impedidos de requerer MpD ou, requerendo-a, correm o risco de serem colocados em escolas que os obrigam a percorrer centenas

de quilómetros por semana, compreendeu, como afirmaram ou escreveram muitos dos participantes, que esta legislação aprovada pelo governo e que o Presidente da República promulgou, alegando destinar-se a um período experimental de dois anos, é chocante, desumana e inadmissível num Estado que se rege por princípios democráticos e que, pela sua natureza, deverá garantir apoio e proteção a quem se encontra fragilizado. Se há desconfiança sobre eventuais abusos e ilegalidades que sejam desencadeados os mecanismos necessários para lhes pôr fim, mas não se penalize quem necessita deste apoio.

Quanto à legislação, apesar da pressa com que o ME quis concluir o ciclo de reuniões a que chamou “negociação”, não só ainda não foi publicado o decreto-lei aprovado pelo governo, como se desconhece o projeto de despacho regulamentador, bem como o período para apresentação dos requerimentos. Segundo alguns docentes, à medida que o tempo avança, mais difícil será obter os relatórios e outros documentos que irão ser exigidos, já para não falar dos atestados de incapacidade multiusos, que, para quem não os tiver, será impossível obtê-los em tempo útil.



Muitos dos professores presentes na reunião realizada estão disponíveis para dar a cara e, dessa forma, mostrar aos portugueses a injustiça que está a ser cometida e que, a muitos, irá remeter para baixas médicas que seriam evitáveis, ademais num momento em que, como nunca, faltam professores nas escolas. Apela-se aos/as senhores/as jornalistas que, nos jornais e nos programas de rádio e televisão, divulguem as injustiças que irão ser cometidas. Para tanto, a FENPROF está autorizada a fornecer contactos de professores disponíveis para falar sobre a sua situação.

Desta reunião saiu, ainda, a disponibilidade de diversos professores com doenças incapacitantes, a quem foi retirada a possibilidade de requererem MpD, se deslocarem ao ME para expor o que estão a viver perante quem os receber. A data para essa deslocação será oportunamente divulgada. ●

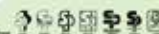
Organizar, estruturar e mobilizar para a luta: plenários de contratados em todo o país

20 a 24 junho
PLENÁRIOS
DE CONTRATADOS
NOS DISTRITOS

É tempo de ser o Tempo dos Professores. Por fim à Precariedade

ASSUNTOS A TRATAR:

- ▶ Debate sobre a situação dos professores contratados
- ▶ Constituição de Comissões Locais de professores contratados



Na semana de 20 e 24 de junho, os Sindicatos da FENPROF realizaram, em todo o território do continente, 23 plenários para professores e educadores contratados. O objetivo da sua realização é organizar a intervenção em defesa da criação de condições para que milhares de docentes (contratados, alguns, há muito mais de 20 anos, mas havendo situações muito diversas) garantam a justa e necessária estabilidade profissional. Uma estabilidade que deverá refletir-se a nível da qualidade do emprego, mas também em termos salariais.

Para a FENPROF é imprescindível

prosseguir a ação de modo a garantir que a entrada na profissão, antes do ingresso na carreira se faça da forma digna, respeitando-se, designadamente, as determinações que, nesta matéria, vigoram no espaço europeu comunitário.

Assim, o Secretariado Nacional da FENPROF, apesar das dificuldades que percebe existirem neste momento do ano letivo, entendeu ser muito importante, após uma avaliação aturada realizada pelo seu Congresso de 13 e 14 de maio, desenvolver uma série de iniciativas com estes docentes, de modo a se criarem comissões que

organizem a luta em cada sindicato e, se possível, em cada área sindical/distrito. Uma urgência, tendo em conta a situação atual de degradação progressiva das condições de exercício da profissão! Para isso, é fundamental que os docentes contratados se mobilizem e tomem nas suas mãos a responsabilidade de fazerem tudo o que estiver ao seu alcance para evitar o colapso.

O futuro da profissão passa principalmente pela ação que aqueles que ainda hoje estão fora da carreira, com horários muito sobrecarregados e sem as mais adequadas condições profissionais, possam imprimir. ●



Relativamente à sobrecarga horária e de trabalho dos professores, o comportamento da atual equipa ministerial está longe de inverter a tendência das anteriores.

FENPROF alerta

Professores com horários sobrecarregados estão assoberbados com provas para corrigir e com todo o restante trabalho

Relativamente à sobrecarga horária e de trabalho dos professores, o comportamento da atual equipa ministerial está longe de inverter a tendência das anteriores. A tal não será alheio, provavelmente, o facto de o atual ministro já ter sido o responsável por medidas muito negativas, que, mais uma vez, estão a sobrecarregar os professores neste final de ano letivo.

40, 50, 70 e mais provas de aferição para classificar, a par da preparação de aulas e outras atividades até ao final do ano letivo, ao mesmo tempo que os docentes entram numa fase complexa de avaliação dos seus alunos, com várias reuniões de conselhos de turma e de coordenações de departamento e de docentes, esta é a situação que está a ser, de novo, imposta pelo ministro João Costa.

Este procedimento está a ser profunda-

mente criticado pelos docentes envolvidos, havendo muitas escolas em que ninguém fica de fora. Sujeitos a esta sobrecarga num momento em que é já muito o cansaço acumulado e inúmera e diversa a atividade a desenvolver, muitos docentes estão a atingir um ponto tal de esgotamento que admitem não conseguir suportar esta fase tão difícil do ano letivo; provavelmente, a muitos não restará alternativa que não seja a baixa médica.

Lembra-se que o estado de exaustão física e emocional atinge a maioria dos professores portugueses. É uma situação, aliás, conhecida dos responsáveis do ME depois de a FENPROF ter encomendado um estudo (o mais completo existente na Europa) a uma equipa de investigadores da Universidade Nova que é, também, do conhecimento público e que foi profusamente divulgado pelos órgãos de comunicação

social. Acresce que o próprio Ministério da Educação pediu e apresentou, há poucas semanas, um estudo em que concluiu que metade dos professores portugueses “se sentem nervosos, irritados ou de mau humor, havendo mesmo quem admita ter dificuldade em adormecer”, sobretudo devido ao extremo cansaço em que se encontram. Se, a tudo isto, se acrescentar o envelhecimento da população docente, com a teimosia do governo em não avançar para o seu rejuvenescimento, não é de admirar que os docentes estejam “à beira de um ataque de nervos”.

A este propósito, a FENPROF deu já a conhecer aquelas que são algumas propostas que, não resolvendo completamente a situação, deveriam, obrigatoriamente, ser consideradas:

1. A revisão dos critérios de seleção dos professores classificadores, com

indicações claras para todas as escolas seguirem os mesmos procedimentos, de modo a que o trabalho de classificação não recaia insistentemente sobre alguns, fomentando a rotatividade nessa função entre os professores de cada grupo disciplinar;

2. O aumento do número de professores classificadores, onde tal ainda for possível, através da igualdade e proporcionalidade de procedimentos, no recrutamento e seleção em todas as escolas.

3. A fixação em 30 do número máximo de provas a distribuir a cada classificador e o aumento do tempo reservado para a realização das tarefas;

4. O caráter absolutamente excepcional da atribuição de classificação de provas em mais do que uma fase, em mais do que uma componente de exame (oral ou escrita) na mesma fase, em mais do que uma disciplina e em mais do que um ano de escolaridade;

5. A fixação de critérios-base adequados e justos para a atribuição de dias de compensação, tendo em consideração o volume de trabalho distribuído a cada docente;

6. O rigoroso cumprimento dos direitos dos professores classificadores pelas direções dos agrupamentos e escolas não agrupadas;

7. O pagamento em prazo curto das ajudas de custo e das despesas de transporte que sejam devidas aos professores classificadores;

8. A revisão do papel dos classificadores dentro do processo supervisionado com o respeito pela sua autoridade científica.

Provas inúteis

A paciência tem limites e são várias as dinâmicas que começam a desenvolver-se no sentido de a contestação assumir níveis mais elevados e com crescente participação dos professores e educadores.

Lembre-se, ainda, que em tempo útil (18

de março) a FENPROF tomava a seguinte posição:

“Em mais um ano atípico, como o que continuamos a viver, em que o mais importante é recuperar de perdas anteriores e tudo fazer para que não se acumulem novos prejuízos, o que não tem sido fácil, não se compreendem as razões por que o ministério da Educação e o governo insistem, sujeitando quase meio milhão de alunos a provas que, no atual contexto, serão inúteis. Para além disto, trata-se de mais uma sobrecarga de trabalho para os professores chamados a corrigir milhares e milhares de provas, quando importa canalizar o esforço para o trabalho com os alunos, incluindo o de recuperação de débitos.

Justifica o governo que o objetivo é exclusivamente aferidor, procurando conhecer o nível de perda dos alunos. Sublinhe-se, de novo, que a aferição pode e deve ser feita por amostragem, e não de forma massiva, o que é ainda mais pertinente no contexto presente. Mas, para além disso, a justificação apresentada pelo governo não é convincente, pois, como os professores bem sabem, as perdas não foram uniformes, dependendo de inúmeros fatores, muitos deles exteriores à escola. Nos períodos de pandemia, as desigualdades acentuaram-se e as perdas dependeram muito de fatores de natureza familiar, económica e social ou de outros, aleatórios, como os níveis e intensidade da situação epidemiológica verificados em cada comunidade.

Neste quadro, ninguém melhor do que cada professor pode aferir a situação em cada escola, em cada turma e de cada aluno”.

A FENPROF reafirma, por isso, que as provas de aferição impostas pelo governo não só puseram em causa a avaliação individualizada e contextualizada, criando uma ideia falsa, porque global e uniformizadora, da situação, como estão a levar a que professores e alunos deixem de se centrar naquilo que é essencial: as aprendizagens e a recuperação de laços de sociabilidade afetados pela pandemia. ●

“

A FENPROF que tem em preparação uma série de ações durante o mês de junho e julho exige do ministério da Educação que olhe para estes problemas, para a situação existente e tenha respeito pela profissão docente e pelos seus profissionais, denunciando que é esta atitude de desvalorização da docência, uma das principais causas da falta de professores e de candidatos à profissão.

RJIES FENPROF entregou Petição na A.R.

A FENPROF entregou, no passado dia 2 de maio, na Assembleia da República, uma petição, com mais de 3500 assinaturas, que requer a urgente avaliação e revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior. André Carmo, dirigente do Departamento de Ensino Superior e Investigação da FENPROF, recorda que esta revisão já deveria ter sido efetuada há mais de 10 anos. Com esta petição, os peticionários querem que se criem as condições necessárias para que se proceda, com a maior brevidade, à avaliação do RJIES e, de acordo com os resultados obtidos, à sua revisão. Peticionam-se, também, que neste processo, pelas implicações que tem, a Assembleia da República promova, necessariamente, o envolvimento das instituições de ensino superior, dos membros da comunidade académica (docentes, investigadores, pessoal técnico e administrativo e estudantes) e das associações e sindicatos que os representam. ●



FENPROF quer negociar despacho de organização do ano letivo

Em ofício enviado em 6 de junho ao Ministro da Educação, o Secretariado Nacional da FENPROF chama a atenção para a necessidade de as matérias relativas à organização do ano letivo deverem ser negociadas, designadamente as relativas ao horário de trabalho dos docentes.

Na reunião realizada no passado dia 16 de maio, o Ministro instou a FENPROF a identificar o que, em sua opinião, não tivesse sido cumprido na sequência da reunião negocial realizada em julho de 2018, sobre esta matéria. Foi o que a FENPROF fez com este ofício.

Face ao pedido, a FENPROF destacou os seguintes aspetos:

- Início de uma reflexão sobre o desgaste dos professores e os seus horários, dando cumprimento à Declaração de Compromisso assinada entre o Governo e as Organizações Sindicais em 18/11/2017;

- Clarificação entre componente letiva e componente não letiva que se limitou à remissão para o ECD. Não tendo havido orientações para os diretores, de uma forma geral a sobrecarga com atividades falsamente não letivas prosseguiu, desvirtuando o propósito da clarificação; o uso dado às horas de redução da CNL prevista no art.º 79.º do ECD é um dos expedientes mantidos que levam à sobrecarga e à exaustão. Neste e noutros pontos estamos perante um problema de ineficácia das medidas;

- Relativamente aos intervalos do 1.º Ciclo na componente letiva, continuam a ocorrer situações que contrariam o que se anunciava. Se é verdade que chegou a existir um documento oficial no qual se definia o enquadramento a dar ao tempo de intervalos no 1.º CEB, persistem práticas que demonstram a necessidade de uma orientação dirigida aos diretores; ainda recentemente constatámos que a consideração dos intervalos como componente não letiva era seguida em agrupamentos, designadamente da área do Porto. Os esclarecimentos oriundos do ME não foram, portanto, eficazes para alguns diretores;

- Embora se referisse que se inscreviam as reuniões de carácter regular para fins pedagógicos na componente não letiva de estabelecimento, salvo raras exceções, tal não tem acontecido. A esmagadora maioria das reuniões pedagógicas para que os docentes são convocados continua sem estar assinalada no seu horário. A componente não letiva de estabelecimento que pode ir até 150 minutos está, em regra, consagrada a outros fins, pelo que, quando há reuniões

elas ocorrem para além de todas as outras tarefas semanais, invadindo tempos que haviam de ser de trabalho individual - que as reuniões, manifestamente, não são - ou, pura e simplesmente, decorrendo em sobretabalho. É fácil de comprovar que na generalidade dos horários as reuniões não estão assinaladas;

- O ME e a administração educativa, incluindo muitos diretores, em oposição às linhas de compromissos que foram publicitadas, pervertem a natureza das reuniões. Reuniões “regulares” não são, exclusivamente, reuniões semanais; reuniões “ocasionais” não são reuniões que estão previstas e que acontecem com regularidade, ao longo dos meses, ou dos anos letivos; reuniões que “decorrem de necessidades de carácter ocasional” não são reuniões “ocasionais” e não passam a sê-lo por não acontecerem todas as semanas... Assim sendo, a exigência de participação em reuniões (sem ser as que, efetivamente, decorrem de necessidades ocasionais) continua sem soluções para enquadramento nos horários de trabalho, não obstante o sentido do compromisso tornado público em 2017;

- A inscrição das ações de formação continua – que incidam sobre conteúdos de natureza científico-didática com ligação à matéria curricular lecionada, bem como as relacionadas com as necessidades de funcionamento da escola de acordo com o seu plano de formação, e as que promovam um efetivo trabalho colaborativo entre docentes – na componente não letiva de estabelecimento ou no mínimo, a sua compensação com a dispensa de outras atividades dessa componente tem forte resistência de muitos diretores, o que comprova, uma vez mais, a ineficácia de muitas orientações e esclarecimentos do ME. Resolver-se-ia a situação se fossem retomadas as dispensas para formação, tal como vigoravam no passado, às quais o Conselho Nacional de Educação, em diversos documentos aprovados, tem feito referência positiva;

- Também esclarecia o ME que as reduções de componente letiva, nos termos do disposto no artigo 79.º do ECD, não podem ser preenchidas com atividades letivas, mas esta orientação é, desde logo, pervertida pela não clarificação sobre quais são as atividades que são letivas e as que não são;

- Referia o ME que “no horário de trabalho do docente é obrigatoriamente registada a totalidade das horas correspondentes à duração da respetiva prestação semanal de trabalho, com exceção da componente não letiva destinada a trabalho individual e da participação em reuniões de natureza

pedagógica, convocadas nos termos legais, que decorram de necessidades ocasionais”. O problema é que nas opções do ME e nas práticas da administração, incluindo da generalidade dos diretores, prevalece a obtenção de horas de trabalho não remunerado. E foi neste sentido que a administração deixou de falar de reuniões que decorrem de necessidades ocasionais, para falar, fazendo de conta que não existe diferença, de reuniões ocasionais, considerando assim todas as que não sejam semanais;

- Tendo ficado previsto que as coadjuvações se inscrevem na componente letiva do horário dos docentes, são várias as escolas em que isso não acontece, com as direções a alegarem que não têm crédito de horas para tal, levando-as a incorrer em ilegalidade ao inscrevê-las na componente não letiva de estabelecimento;

- Afirmava o ME que se instituíam instrumentos de divulgação das práticas de organização que se revelassem mais eficazes na promoção do sucesso educativo; pergunta a FENPROF que instrumentos foram instituídos;

- Anunciava-se, no comunicado, e foi concretizada a possibilidade de não atribuição de componente letiva aos docentes que pedissem a aposentação até 30 de junho, porém, sem que alguma coisa o fizesse prever, para o ano letivo em curso essa possibilidade foi retirada aos docentes;

- Comprometeu-se o ministro a constituir um grupo de trabalho que apresentaria medidas para a desburocratização do trabalho dos docentes o que nunca chegou a acontecer.

Das promessas à realidade...

Concluía a nota à comunicação social, então emitida pelo ME que o conjunto de medidas visava a melhoria das condições de trabalho dos professores, no respeito pela redução do seu desgaste, sempre no interesse da promoção de melhores aprendizagens para todos os alunos.

Só que a proclamação não correspondeu a resultados reais. Não se verificou a anunciada melhoria das condições de trabalho e, muito menos, a redução do desgaste dos professores. Medidas e esclarecimentos ou não foram levados à prática, ou pecaram por falta de eficácia, tendo em conta os propósitos declarados e necessários. Prosseguiram os abusos e ilegalidades com os horários, desde logo a sistemática ultrapassagem o limite legal de 35 horas; prosseguiu o quadro de desgaste e exaustão que, acompanhando o envelhecimento da profissão, marca de forma muito negativa a vida dos docentes e a imagem social da profissão. •



Viseu foi em maio a capital dos docentes e investigadores durante dois dias (13 e 14), com a realização do maior fórum nacional sobre Educação, em que participaram 667 delegados oriundos de todos os distritos do país e regiões autónomas, representando todos os níveis de educação e ensino e investigadores científicos. 85% foram eleitos nas escolas pelos docentes sindicalizados nos 7 Sindicatos que integram a FENPROF. Também presentes cerca de três dezenas de convidados em representação de organizações sindicais do estrangeiro. Ainda no âmbito do 14º Congresso, teve lugar a 12 de maio um seminário internacional com a presença desses convidados, representantes de organizações com as quais a FENPROF mantém relações de cooperação e de solidariedade, vindos da Europa, de África e da América Latina. Todos os pormenores sobre o Congresso nesta edição especial do JF.



A Paz não é coisa com que se brinque

AFENPROF abriu o seu Congresso com um alerta para a necessidade de se olhar o mundo como alguma coisa que tem pessoas que têm o direito a viver e em segurança. Não se deixando cair numa lógica completamente avassaladora de que só agora que temos uma guerra à nossa porta é que temos de nos preocupar, o 14.º Congresso começou por condenar a guerra na Ucrânia, manifestar o apoio às suas vítimas e defender uma lógica de Paz, Democracia, Liberdade e Progresso.

Por essa razão, num pequeno vídeo de apenas dois minutos e meio, os participantes puderam experienciar as sirenes dos alarmes de um ataque aéreo, a sensação de refúgio num *bunker*, o escuro da agressão e a perda de segurança. Depois, seguiram-se imagens sucessivas de conflitos, o drama de refugiados, a perda, a fome e a desolação, a agressão em diversas partes deste mundo hipócrita que ignora o Sudão, o Líbano, a Palestina ou o Sahara Ocidental, entre muitos outros.

A Paz é a solução e esta só pode ser conseguida se parar a corrida aos armamentos, lógicas imperialistas e interesses capitalistas.

Em apenas dois minutos e meio ficou claro que a FENPROF defende a Paz no hemisfério norte e no hemisfério sul. Quer uma política de não violência e democrática, que dê aos Povos aquilo que eles merecem: viver e em segurança. | Luís Lobo •

Da moção aprovada pelo Congresso, proposta pelo Secretariado Nacional:

“Como disse Saramago, numa manifestação realizada em Madrid, em 16 de março de 2003, aquando da guerra no Iraque: “A terra pertence aos povos que a habitam, não àqueles que — com o pretexto de uma representação democrática descaradamente pervertida — os exploram, manipulam e enganam. (...)” Não somos tão ingênuos para acreditar numa paz eterna e universal, mas se nós, os seres humanos, somos capazes de criar ao longo da história belezas e maravilhas que a todos dignificam e engrandecem, então, é tempo de lançarmos mão da mais maravilhosa e formosa de todas as tarefas: a incessante construção da paz. Contudo, que essa paz seja a paz da dignidade e do respeito humano, não a paz de uma submissão e uma humilhação que por muitas vezes vêm disfarçadas sob a máscara de uma falsa amizade protetora (...) Sem a paz, sem uma autêntica paz, justa e respeitosa, não haverá direitos humanos. E sem direitos humanos — todos eles, um por um — a democracia não será nada mais do que um sarcasmo, uma ofensa à razão, uma zombaria”. Somos contra a guerra, contra bloqueios e ingerências. Não há circunstâncias que justifiquem a opção pela guerra.” •



Manuel Rocha e Catarina Peixinho
em *Música Pela Paz* (Abertura do 14.º Congresso)



“Culturalmente, é mais fácil mobilizar os homens para a guerra que para a paz. Ao longo da história, a Humanidade sempre foi levada a considerar a guerra como o meio mais eficaz de resolução de conflitos, e sempre os que governaram se serviram dos breves intervalos de paz para a preparação das guerras futuras.

Mas foi sempre em nome da paz que todas as guerras foram declaradas. É sempre para que amanhã vivam pacificamente os filhos que hoje são sacrificados os pais...

Isto se diz, isto se escreve, isto se faz acreditar, por saber-se que o homem, ainda que historicamente educado para a guerra, transporta no seu espírito um permanente anseio de paz. Daí que ela seja usada muitas vezes como meio de chantagem moral por aqueles que querem a guerra: ninguém ousaria confessar que faz a guerra pela guerra, jura-se, sim, que se faz a guerra pela paz”.

José Saramago, in “O Caderno”

Saudação da coordenadora da comissão organizadora do Congresso



"Em nome da Direção do Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC), saúdo calorosamente todas e todos os delegados e convidados, nacionais e internacionais ao 14º Congresso Nacional dos Professores que desta vez se realiza na região centro do país, na bela cidade de Viseu. É por isso com muita satisfação e entusiasmo que vos damos as boas-vindas à cidade de Viriato, cidade vinhateira ou cidade-jardim, como é conhecida e que tem sido várias vezes considerada como a cidade portuguesa com melhor qualidade de vida.

"Tendo cabido ao SPRC a coordenação da Comissão Organizadora do Congresso, queremos desde já agradecer a todos os que, com o seu apoio, patrocínio ou trabalho contribuíram para a sua montagem e realização, desde as entidades e organizações patrocinadoras, como por exemplo a Câmara Municipal de Viseu ou a SABSEG, aqui presentes, aos trabalhadores dos sindicatos e da Federação, que com grande esforço, empenho, dedicação e competência, puseram de pé a estrutura do Congresso e asseguram toda a logística para que os trabalhos possam decorrer nas melhores condições. O seu contributo e trabalho é decisivo para o bom funcionamento dos trabalhos e para os quais peço uma grande salva de palmas!" (...) ●

Na primeira reunião do novo Conselho Nacional, onde se elegeu, novamente, Manuela Mendonça como Presidente deste órgão, ratificou-se a composição e a coordenação do Secretariado Nacional. A composição final do Conselho Nacional (órgão máximo da Federação entre Congressos), do Conselho de Jurisdição, do Secretariado Nacional e da sua coordenação foi anunciada e apresentada a todo o Congresso antes da sessão de encerramento. Durante o próximo triénio, a FENPROF contará com um Secretário-Geral, Mário Nogueira, e dois Secretários-Gerais Adjuntos, José Feliciano Costa e Francisco Gonçalves.

Convidados presentes

- Vice-Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República
- Presidente da Assembleia Municipal de Viseu
- Presidente da Câmara Municipal de Viseu
- Vereador da Educação
- Secretária-Geral da CGTP-IN e outros dirigentes da Central
- Representantes de partidos políticos e/ou grupos parlamentares
- Presidente do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPCC)
- Presidente da Fundação Inatel
- Coordenador da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública
- Representantes de outras federações sindicais, sindicatos nacionais e uniões de sindicatos
- Representantes de parceiros educativos: pais, associações profissionais e científicas, associações representativas dos órgãos de poder local, outras associações com quem a FENPROF coopera
- Representantes de diferentes organizações, entidades e empresas
- Representantes de organizações internacionais e de organizações sindicais de outros países
- Ex-dirigentes da Federação (António Teodoro, Paulo Sucena, Mário David Soares, Rita Pestana, Manuel Menezes, Graça Pedrosa...)
- Outros convidados da FENPROF e dos seus Sindicatos



Prémio Urbano Tavares Rodrigues 2021

No primeiro dia dos trabalhos, o Congresso acolheu a cerimónia de atribuição do Prémio Urbano Tavares Rodrigues 2021, instituído pela FENPROF com o apoio da SABSEG, a **João de Melo** com o romance **Livro de Vozes e Sombras**.

Nas palavras de Paulo Sucena, do júri, "o romance Livro de Vozes e Sombras é, do ponto de vista sociológico, um romance transversal, desde os senhores do poder aos trabalhadores desprotegidos, passando por intelectuais e por líderes da classe trabalhadora, pelo lado açoriano."

"A maestria narrativa de João de Melo não precisou de muitas páginas para mostrar a ação terrorista dos homens da FLA e o seu ódio às pacíficas populações que apoiavam a Revolução dos Cravos, enquanto, em simultâneo, exalta a resistência do povo democrático. (...) João de Melo conseguiu transfigurar realidades trágicas na arte resplandecente do romance Livro de Vozes e Sombras. Este é um poder que só os grandes escritores detêm", afirmou ainda Paulo Sucena. ●



**Programa de Ação aprovado
pelo 14.º Congresso**

Uma FENPROF dinâmica na proposta e no protesto porque a Educação não pode esperar

JOÃO LOUCEIRO (Secretariado Nacional da FENPROF)

Há duas vertentes da ação que não podem ser dissociadas: 1. A capacidade de, com os professores e educadores (e também, nas suas áreas, com os investigadores), construir e apresentar propostas sobre os problemas que existem e são sentidos; 2. A determinação e a firmeza, sempre que necessário – nas condições da presente legislatura vai ser necessário –, para organizar e promover o protesto com a participação e a força dos docentes (ou dos investigadores). Em democracia é assim!

Entre essas duas vertentes da ação sindical há, certamente, outros momentos, como os de reflexão e debate, os de intervenção institucional, os de afirmação na sociedade, os de solidariedade, entre muitos.

Um programa de ação deste tipo não poderia ser um documento ligeiro. Ele remete para a história, explica o que somos, a natureza e a matriz desta organização sindical, insere-nos num trajeto político e sindical; tem de apresentar, de forma genérica, aspetos principais das nossas propostas, propostas e reivindicações dos docentes e

investigadores; e precisa, ainda, de fazer um ponto da situação relativamente à organização, onde sempre será preciso adequar e melhorar, sem perverter o que somos e o que nos distingue: somos uma organização sindical de classe, independente, desde logo independente do poder; somos uma organização sindical que, ao contrário de outras, assenta a sua ação na participação dos trabalhadores que representa; somos uma organização que assume, em pleno e para contrariedade do poder, o papel insubstituível da luta de massas.

O Programa aprovado divide-se em três pontos:

1. A Educação, a escola e os/as professores/as (nos diferentes setores e níveis, sem esquecer, noutro plano, a área da ciência e da investigação);

2. As propostas da FENPROF (indicadas de forma genérica);

3. A (nossa) organização sindical, com a qual pretendemos suscitar e congregar a intervenção e a luta organizada para, através da persistência e da força do coletivo, da ação convergente, confirmarmos

determinação para alcançarmos objetivos e pressionarmos o poder para resolver o que tem de ser resolvido.

O Programa não é a Resolução sobre a Ação Reivindicativa, documento mais condensado, indicando as principais e mais imediatas reivindicações e apontando já ações que contribuam para as alcançar. É um documento de reflexão e orientação para um mandato iniciado no Congresso e que, disso ninguém terá dúvidas, se antevê como muito exigente. Por isto, também, a enorme importância das decisões tomadas pelos delegados ao Congresso em termos de constituição dos órgãos de direção da FENPROF.

A raiz da esmagadora maioria dos problemas com que andamos a lidar há muitos anos na Escola Pública e que a profissão docente enfrenta é a estagnação dos níveis de financiamento. Como citava, no Seminário Internacional que precedeu o Congresso, Roberto Leão, convidado brasileiro, “a crise na educação não é um problema, é um projeto político”.

O próximo triênio, coincidindo com parte da atual legislatura, não augura facilidades. O PS esteve à frente dos dois últimos governos e, para evitar, sequer, abordar os problemas, acabou a impor uma estratégia nunca vista de bloqueio negocial e de recusa de diálogo, continuando, no entanto, a encher a boca com o tão celebrado “diálogo social”.

Na presente legislatura, o PS faz governo com maioria absoluta; na AR, partidos que foram aliados das causas dos professores, educadores e investigadores perderam deputados; a pandemia permanece como ameaça e argumento de crise, recentemente destronado, é certo, por novo argumento, o da guerra e seus efeitos. O próximo triênio, portanto, não será fácil, mas cabe sempre lembrar que maiorias absolutas nunca nos fizeram desistir da luta, bem pelo contrário: lembremo-nos de Cavaco Silva ou de José Sócrates... A desistência ou a acomodação não respondem às dificuldades e não fazem parte do nosso ADN sindical.

Não será por falta de propostas da FENPROF, nem por qualquer indisponibilidade negocial sua, ou por incapacidade de dialogar, que os problemas se manterão sem soluções. Se, do outro lado, não houver vontade de dialogar e de negociar não teremos outro caminho que não o da luta!

No Programa de Ação lembra-se que o fascismo tentou expurgar do sindicalismo a dimensão reivindicativa e chegou a consegui-lo temporariamente. Sem confundir os tempos, o que não deixa de ser sintomático é notarmos que esse projeto de esvaziar o sindicalismo da natureza de classe, do caráter reivindicativo e dos instrumentos que o concretizam continua a ser objetivo



“

Havendo lugar e necessidade, na ação sindical, para mais do que a reivindicação e a luta, é por causa destas que, em decisiva medida, é necessária a organização coletiva dos trabalhadores: é esta a nossa indeclinável responsabilidade: para servir o poder já cá há outros que o fazem com naturalidade e proficiência.

do poder, de quem domina a sociedade, também nos nossos dias.

Notamos, até, que algumas pessoas que se movimentam no espaço sindical, talvez cansadas por serem contrapoder e não poder, acusam a nossa natureza reivindicativa e combativa de ser ultrapassada, coisa de idos anos oitenta, ou que o valha, curiosamente, anos de importantíssimas conquistas para os professores e educadores. Para esses, melhor seria abandonarmos a reivindicação e a luta, sermos gentis com governos e patrões e fazermos dos sindicatos prestadores de serviços, emissores de respostas, organizadores de apoios.

Havendo lugar e necessidade, na ação sindical, para mais do que a reivindicação e a luta, é por causa destas que, em decisiva medida, é necessária a organização coletiva dos trabalhadores: é esta a nossa indeclinável responsabilidade; para servir

o poder já cá há outros que o fazem com naturalidade e proficiência.

Lurdes Rodrigues dizia que os sindicatos são muito importantes... mas não “estes”; Brandão Rodrigues, achando que a negociação deveria circunscrever-se ao plano partidário, acusava a FENPROF de se enfiar em becos sem saída por continuar a reivindicar a resolução de problemas que o seu governo não quis enfrentar e que os professores querem ver resolvidos.

Assim termina o Programa de Ação aprovado pelo 14.º Congresso Nacional dos Professores: “Tal como no passado, será com a nossa matriz sindical, com olhar crítico e com atenção à novidade que seremos força de futuro. É com confiança que enfrentamos o futuro.”

Como ecoou no próprio Congresso, acrescente-se, apenas, que **É Tempo de ser Tempo dos Professores!** •

Resolução sobre a Ação Reivindicativa

**A Educação não pode esperar!
Combater desigualdades. Valorizar a profissão!**

Porque não pode esperar, impõe-se o indispensável aumento do investimento na Educação, devendo, ao longo da legislatura que se inicia, ser dados os passos necessários para que o seu orçamento atinja os 6% do PIB. Não será, decerto, transferindo as responsabilidades para os municípios que o caminho será percorrido, sublinha a resolução sobre ação reivindicativa proposta pelo Secretariado Nacional e aprovada no 14.º Congresso Nacional de Professores.



O 14.º Congresso Nacional dos Professores tem lugar no início da XV Legislatura, mês e meio depois da entrada em funções do XXIII Governo Constitucional. Aprovado o programa do governo, encontra-se, agora, em debate, na Assembleia da República, a proposta de Orçamento do Estado para 2022, que entrará em vigor em 1 de julho, e já se desenha o de 2023. Tal torna ainda mais oportuno este Congresso, pois possibilita ao órgão máximo de direção da FENPROF não só tomar posição sobre o presente, como preparar o futuro, tanto em relação a propostas a apresentar ao governo, como à ação a desenvolver nos planos negocial e reivindicativo.

O mandato que os órgãos da FENPROF concluem neste 14.º Congresso foi inédito, marcado por uma pandemia cujos primeiros casos, no nosso país, surgiram em março de 2020, e que ainda não terminou, continuando a condicionar a vida da sociedade e das escolas em múltiplos aspetos. O contexto pandémico também prejudicou a ação sindical, devido ao encerramento das escolas, ao confinamento imposto, por razões de segurança sanitária, e porque aos docentes foi pedido algo para o qual não

havia preparação, nem recursos adequados: que se organizassem para longos períodos de ensino remoto de emergência e para, mesmo em regime presencial, acompanharem e apoiarem os alunos que, intermitentemente, iam ficando em isolamento e impedidos de comparecer nas aulas. Os professores e educadores foram e continuam a ser admiráveis, respondendo positivamente ao que lhes tem sido pedido. Também nas áreas da ciência e da investigação, as convulsões provocadas pela pandemia tiveram fortes impactos sobre os investigadores.

FENPROF sempre presente nunca deixou de agir

O tempo que se tem vivido, insiste-se, para além de muito exigente do ponto de vista profissional, condicionou fortemente a ação sindical a desenvolver nas escolas e em outros locais de trabalho, portanto, a ação reivindicativa, de uma forma geral. Disso se aproveitou o governo, até para baixar expectativas quanto à melhoria das condições de trabalho e quanto ao respeito por diversos direitos e à valorização salarial e das carreiras.

Apesar deste quadro e do medo que, em certos momentos, foi incutido nas pessoas, a FENPROF nunca deixou de estar presente,

na defesa dos legítimos interesses e direitos de docentes e investigadores, da melhor organização e funcionamento das escolas, mesmo com as limitações existentes, e do adequado financiamento da Escola Pública, como o Relatório de Atividades apresentado ao 14.º Congresso bem esclarece.

No plano da segurança sanitária, também, a FENPROF esteve com os educadores e os professores, quando estes regressaram às escolas, pressionando para que a tutela assegurasse as condições indispensáveis, o que, contudo, nem sempre aconteceu. Ao longo destes dois anos, o ME foi tentando ocultar o impacto da Covid-19 nas escolas. Foi necessário recorrer aos tribunais, por duas vezes, para obter informação que às organizações sindicais é devida. A FENPROF nunca desistiu de pressionar, por exemplo, no sentido da integração dos docentes nos grupos prioritários de vacinação, pois, de acordo com organizações internacionais como a UNESCO e a UNICEF, essa era condição que, protegendo os profissionais, docentes e não docentes, também protegia as escolas, contribuindo para que se mantivessem abertas e mitigando, dessa forma, os problemas que o ensino remoto provocava.



Uma força com propostas

Com o objetivo de resolver problemas, a FENPROF, ao longo do mandato, insistentemente, apresentou propostas à equipa ministerial e, face ao silêncio desta, também ao primeiro-ministro. Em nenhum dos casos foram atendidas. No mesmo período, contactou e reuniu com os grupos parlamentares, procurando, também por esta via, criar condições para que surgissem respostas aos problemas. Por norma, o grupo parlamentar do PS, acompanhado pelos partidos à sua direita, bloqueou as propostas de lei apresentadas nesse sentido; resoluções que recomendavam medidas concretas foram ignoradas pelo governo. Mesmo quando foram aprovadas leis, como as que previam a vinculação de docentes de escolas de ensino artístico ou a negociação de um novo regime de concursos ainda em 2021, o governo, desrespeitando a Assembleia da República e os professores, não as cumpriu.

A legislatura que terminou há pouco confirmou, por parte do governo, indisponibilidade para dialogar e negociar na área da Educação, mantendo-se o bloqueio imposto já na fase final da anterior legislatura. O ministro Tiago Brandão Rodrigues foi um governante ausente e incapaz. Na última

legislatura, reuniu apenas uma vez com a FENPROF, em 22 de janeiro de 2020, e para ameaçar não tornar a reunir, caso a ação sindical não fosse no sentido de apoiar as opções do governo. E foi o que foi incumbido de fazer, desrespeitando todas e quaisquer regras de relacionamento institucional democrático.

Relativamente às atuais equipas ministeriais, da Educação e Ensino Superior e Ciência, a FENPROF espera que tenham vontade política, sejam capazes e gozem de autonomia para retomarem o diálogo e desbloquear a negociação. Estas têm de voltar a ser as formas privilegiadas de relacionamento entre os ministérios e as organizações sindicais, com vista à construção de soluções dos problemas, que são muitos e profundos.

Contudo, como fez saber ao ministro da Educação, logo após receber a convocatória para a primeira reunião, que teve lugar em 27 de abril, as organizações sindicais não são um só corpo. São distintas, têm representatividade muito diferente, assumem posições, defendem propostas e adotam formas de atuação diferentes, portanto, não deverão ser convocadas para reuniões em formato de sessão plenária, exceto se as mesmas forem por si solicitadas ou merecerem o seu acordo prévio. Aliás, a negociação coletiva é um processo muito sério, com normas que a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas estabelece e que não se compadecem com este tipo de reuniões. A FENPROF, como organização filiada em confederação que tem assento na concertação social e como organização mais representativa dos docentes em Portugal, tem o direito, que a lei consagra, de reunir com a tutela e desenvolver processos negociais autónomos. Estes são, obviamente, prejudicados quando as reuniões juntam uma dúzia de organizações, cerca de meia centena de pessoas e cada intervenção é antecédida e/ou seguida de um conjunto de outras, em que as organizações que as fazem, muitas vezes, defendem posições contrárias. Este tipo de reunião é um arremedo de negociação e, na prática, seria uma forma, ainda que disfarçada, de prosseguir, de outra forma, o bloqueio negocial. Ao ME não cabe tentar aliviar a sua agenda à custa da negociação coletiva, compete-lhe cumprir a lei.

João Costa conhece os dossiês

Do ministro João Costa, não se pode ignorar que integrou a equipa ministerial da Educação dos dois últimos governos, sendo corresponsável pelo curso da política educativa e pelas medidas que lhe deram corpo, como, também, por um dos mais longos bloqueios impostos à negociação. Não raras vezes, houve, até, a tentação de substituir a representação dos professores, que aos sindicatos cabe, pelas organizações

de diretores, o que constitui não só um desrespeito, como, em relação a determinados assuntos, uma ilegalidade. Espera-se que seja possível retomar o diálogo democrático e a negociação coletiva como vias privilegiadas para a construção de soluções para os problemas. A não ser assim, estas questões manter-se-iam, necessariamente, no centro da ação e da luta sindicais.

Da primeira reunião realizada com a atual equipa ministerial, em 27 de abril, p.p., saíram intenções declaradas de voltar a privilegiar o diálogo e a negociação. Porém, a primeira decisão tomada pela equipa ministerial, relacionada com a reintegração nas reservas de recrutamento de docentes delas excluídos de acordo com as normas legais, veio negar o compromisso e levantar preocupações. O ME violou a lei, lançando procedimentos que ela não admite sem ser alterada, o que, aliás, tendo em conta a matéria em causa, era de negociação obrigatória. É um mau começo, que indicia mais uma legislatura muito difícil, que exigirá dos professores total disponibilidade para lutarem pelos seus direitos.

Da ação desta nova equipa e do governo exige-se que passem das palavras aos atos. Recorda-se que o primeiro-ministro, António Costa, em dezembro de 2017, afirmou ser o défice da educação e da formação o principal dos défices que o nosso país teria de superar. Ora, para ganhar esse desafio são necessários profissionais qualificados que se sintam valorizados social, material e profissionalmente. Porém, quando, em 2019, o governo deveria ter agido no sentido de impedir a desvalorização da carreira docente, um dos problemas que contribui para o abandono de muitos profissionais, o primeiro-ministro ameaçou com a demissão, caso a Assembleia da República aprovasse a recuperação integral dos anos de serviço que estiveram congelados e não foram contabilizados. A falta de professores é um dos efeitos ineludíveis dessas opções e atitudes. Correndo contra o prejuízo, o atual governo inscreveu, no seu programa, que seriam tomadas medidas de incentivo à carreira docente para a tornar atrativa, mas falta conhecer se o que propõe em concreto.

Nesta legislatura, há dois desafios maiores que se colocam no combate ao défice identificado por António Costa: 1) o combate às desigualdades, que se acentuaram nos últimos anos, devido à pandemia e suas consequências, o que implica um significativo reforço de recursos para que a educação seja, efetivamente, inclusiva; 2) a valorização da profissão docente e o seu rejuvenescimento, aspetos determinantes para que se recuperem os milhares de profissionais que abandonaram precocemente a profissão e para atrair os jovens que concluem o ensino secundário para os cursos de formação de educadores e professores.

Porque não pode esperar, impõe-se o indispensável aumento do investimento na Educação, devendo, ao longo da legislatura que se inicia, ser dados os passos necessários para que o seu orçamento atinja os 6% do PIB. Não será, decerto, transferindo as responsabilidades para os municípios que o caminho será percorrido.

Quanto ao Ensino Superior e à Ciência, Elvira Fortunato é um nome com forte ligação à investigação científica. Da equipa ministerial aguarda-se que seja capaz de tornar consequente o diálogo que o anterior ministro estabeleceu, mas do qual poucos resultados concretos surgiram.

O programa aprovado pelo governo e pela Assembleia da República para a legislatura aponta para a existência de um Pacto Social para a Educação. Para a FENPROF, qualquer pacto que possa vir a subscrever terá sempre de ser negociado nos seus objetivos e nas medidas para os atingir, nunca imposto pela tutela. Essa negociação, no que aos profissionais diz respeito, tal como a lei consagra, terá de ser feita, exclusivamente, com as organizações sindicais.

Está em discussão, na Assembleia da República, a proposta de Orçamento do Estado para 2022, que pouco se distingue da que foi chumbada em outubro de 2021. Na altura, a FENPROF afirmou que a proposta de OE para 2022 passava ao lado da Educação, transferia responsabilidades acrescidas de financiamento para fundos europeus e para os municípios; concluía a FENPROF que tal proposta parecia ter sido feita para um país sem professores. Não há razões para mudar de opinião, dadas as semelhanças. As manifestadas intenções dos governantes em relação aos docentes não parecem ter acolhimento nas verbas consignadas para o setor.

PS com maioria absoluta

Na Assembleia da República, para além do novo contexto de maioria absoluta do PS, os partidos à sua esquerda têm hoje uma representação mais reduzida, perdendo, por isso, capacidade de influência que tinham. Da direita parlamentar pouco há a esperar, no que respeita a posições e medidas que reforcem a Escola Pública e valorizem os seus profissionais. Pelo contrário, parece haver uma competição entre os diversos partidos da direita parlamentar para saber qual deles consegue ser o melhor intérprete das políticas neoliberais que desvalorizam os serviços públicos e pretendem esvaziar o Estado das suas funções sociais, tendo, mesmo, sido recuperado o velho cliché da “eliminação das gorduras do Estado” e, por alguns, retomado o slogan da “liberdade de escolha”.

Neste contexto, a ação e a luta reivindicativas ganham ainda maior importância para a resolução dos problemas,

pois são elas que reforçam a capacidade negocial, via privilegiada para a definição de políticas e a aprovação de medidas visando combater desigualdades e valorizar a profissão docente e a de investigador científico.

Para o mandato 2022-2025, o Programa de Ação aprovado definirá as linhas programáticas que orientarão a vida da nossa Federação. Cabe, por seu lado, a esta Resolução estabelecer os objetivos reivindicativos prioritários e mais imediatos, que deverão começar a ter respostas já no Orçamento do Estado em debate, tendo sequência nos seguintes. Tal impõe a realização de diálogo efetivo e consequente, que dê lugar à abertura de processos negociais que deverão ser identificados e calendarizados de imediato.

A identificação dos problemas a resolver não é difícil, uma vez que, lamentavelmente, na legislatura que terminou, pouco ou nada foi feito em relação a eles. Desde logo, porque a pandemia condicionou toda a nossa vida, também coletiva, mas porque, ainda antes de a mesma ser declarada, já o então ministro anunciara que as decisões de política educativa e as medidas a tomar dependeriam de si, cabendo aos sindicatos, na perspectiva do governante, acompanhá-lo na sua “autoestrada”. Tentou, mesmo, substituir a negociação sindical pela negociação com os grupos parlamentares ou com outras organizações, como as que foram criadas pelos diretores de escolas e agrupamentos.

Diagnóstico de há 3 anos agravado

Recorde-se o diagnóstico feito em 2019, na Resolução aprovada pelo 13.º Congresso: “a carreira docente continua muito desorganizada; os horários de trabalho mantêm-se marcados por abusos e ilegalidades; o envelhecimento dos profissionais assume níveis cada vez mais preocupantes; a precariedade continua a afetar milhares de docentes, de quem se pretende, até, afastar apoios sociais; a formação de professores, em todas as suas modalidades, não melhorou; a gestão das escolas não mereceu qualquer alteração; instituiu-se um regime de educação inclusiva que tem gerado grande confusão nas escolas e dificuldades acrescidas no que respeita às respostas a dar aos alunos com necessidades educativas especiais; a designada flexibilidade curricular pouco acrescentou ao que já se fazia na maior parte das escolas; o governo, convergindo com o PSD, avança para um perigosíssimo processo de municipalização. Noutros níveis, o financiamento do ensino profissional e das escolas de ensino artístico especializado não mereceu as alterações que foram prometidas e que se tornavam indispensáveis; no ensino superior e na ciência, o caminho fundacional acentuou-se e, no que respeita aos profissionais, a precariedade continua a ser chaga profunda e, em relação às carreiras, a desigualdade e discricionariedade continuam a ser realidade”.

Pouco se alterou e alguns aspetos até se agravaram. O corpo docente está mais envelhecido, a precariedade não mereceu redução significativa, faltam mais professores nas escolas, a todos os municípios foram impostas competências que a maioria garante não conseguir assegurar... estes são alguns exemplos que confirmam a inépcia e/ou a obstinação dos governantes, ou melhor, as opções políticas que estão na raiz dos problemas,

Antes de formular os objetivos reivindicativos para o mandato e as ações que já se podem antever para a sua concretização, uma última nota para a ação sindical a desenvolver.

Nos anos 80 e 90 do século passado, ouviram-se vozes que advogavam o fim iminente dos sindicatos de classe, daqueles que suportavam a estratégia negocial na ação e na luta reivindicativas, associando o protesto à proposta. Anunciavam que, para esses sindicatos, o relógio do apocalipse soaria a última badalada ainda antes do virar do século. Duas décadas depois disso não aconteceu, o que leva os mesmos e os seus sucedâneos a afirmarem que este já não é o tempo do sindicalismo dos anos 80 e 90. Por vezes, branqueando a governação e as escolhas eleitorais que lhe subjazem, apontam o dedo a sindicalistas como responsáveis pela falta de soluções; consideram necessário afastar aqueles de quem o poder gosta menos... Não são ideias novas. Por exemplo, Lurdes Rodrigues afirmava que não concebia uma sociedade sem sindicatos, acrescentando “não são é destes”, o que visava a FENPROF e os seus sindicatos. Na verdade, para a estratégia governativa e para os interesses dominantes que ela serve, será errado haver sindicalistas que não temem denunciar o que é negativo, apresentar alternativas, dar a cara no protesto e que recusam substituir a negociação pela negociata e pela subserviência. Para os professores e outros trabalhadores, que querem ver os seus direitos defendidos e os seus interesses representados, a perspetiva é, com certeza, diferente.

Existe há muito um tipo de sindicalismo afastado dos trabalhadores e dos seus locais de trabalho, centrado nos gabinetes e permeável às intenções e pressões do poder, em regra conciliador e disponível para concessões, mesmo em matérias de princípios. Não é esse o modelo que a FENPROF assume. Foi o sindicalismo com matriz de classe, de grande envolvimento dos educadores e professores, que associa a proposta ao protesto, que promove a convergência e unidade, não só entre organizações do setor, mas com as que juntam todos os trabalhadores, dos setores público e privado, que tornou a FENPROF na organização sindical mais representativa dos docentes em Portugal, uma organização



respeitada mesmo por adversários e, apenas, temida por inimigos (de classe, atente-se); foi esse sindicalismo que permitiu relevantes conquistas e resistência tenaz em tempos de refluxo político e social. Não está nos propósitos da FENPROF desviar-se do rumo, como decorre do Programa de Ação aprovado.

Compromisso com os docentes e investigadores

A FENPROF nunca cedeu perante as adversidades criadas pelo poder, fosse o bloqueio à negociação ou a tentativa de limitar o exercício da atividade sindical, levada a cabo pelas equipas de Nuno Crato e Tiago Brandão Rodrigues. Ambas esforçaram-se por impor serviços mínimos em dia de greve dos professores, mesmo fora do âmbito dos impropriamente dados como serviços sociais impreteríveis. Por atentar contra o direito à greve, a FENPROF contestou, tendo o Tribunal da Relação de Lisboa considerado que eles eram ilegais, o que o Supremo Tribunal de Justiça viria a confirmar na sequência da contestação do Ministério da Educação. A decisão judicial tem grande importância para a ação futura, que não se acantonará nos gabinetes e não substituirá o trabalho nas escolas pelo recurso às redes sociais. Estas

não serão ignoradas, mas como complemento à ação principal.

A presente Resolução sobre a Ação Reivindicativa define, em traços gerais, propostas, mas, igualmente, iniciativas, ações e lutas que se consideram indispensáveis para a sua concretização. É tempo de ser tempo dos professores é a mensagem que este 14.º Congresso Nacional quer transmitir, quer para dentro da profissão, quer para a sociedade em geral. Uma mensagem que, diga-se, não deixa de fora nenhum dos setores de trabalho representados pela FENPROF e pelos seus sindicatos, dos/as educadores/as e docentes em geral aos/as investigadores/as, da administração pública ao privado, cooperativo e social, em todos estes setores os profissionais têm sido alvo de políticas que têm desvalorizado profundamente as suas condições profissionais: é mais que tempo de corrigir estas opções!

Face ao que se afirma sobre aspetos de política educativa, à ação do governo, em particular na área da Educação, e ao relacionamento entre os ministérios e instâncias de poder que detêm responsabilidades nas áreas da educação, ensino e ciência, o 14.º Congresso Nacional dos Professores considera imperiosa:

“

A presente Resolução sobre a Ação Reivindicativa define, em traços gerais, propostas, mas, igualmente, iniciativas, ações e lutas que se consideram indispensáveis para a sua concretização.

A necessidade de tornar atrativa a profissão docente, valorizando-a, de combater desigualdades na Educação e de defender a Escola Pública, concretizando, nesse sentido, as seguintes propostas, incluindo reivindicações essenciais no mandato 2022-2025.

- Melhorar e consolidar os estatutos das carreiras docentes e da investigação, neles integrando uma robusta componente ética inerente ao desempenho profissional, fixando os direitos e os deveres socioprofissionais, bem como princípios a que deve obedecer o exercício da profissão docente em domínios como a formação nas suas diferentes modalidades, recrutamento, estabilidade, carreira, condições de trabalho, horários, incluindo o conteúdo funcional de cada uma das suas componentes, independentemente da tutela e aposentação;



“

Reintroduzir a gestão democrática das escolas, indispensável a uma verdadeira autonomia e sem a qual se tornam insuficientes e se frustram os esforços para promover junto da comunidade escolar os valores da verdadeira cidadania e democracia



atividade docente em diferentes regiões do território nacional);

- **Reformular o regime de avaliação de desempenho docente**, conferindo-lhe um caráter essencialmente formativo, desburocratizando-o e eliminando as quotas que destroem a justiça no processo;

- **Rever os estatutos das carreiras do ensino superior**, relevando os resultados das avaliações realizadas para efeitos de progressão e promoção, acompanhado da abertura de concursos para lugares de carreira, de acordo com as necessidades efetivas de instituições e unidades de investigação, no respeito pelas disposições constantes no ECDU e ECDESP;

- Negociar e consagrar um **regime específico de aposentação** aos 36 anos de serviço, admitindo-se, no imediato, a aposentação com pensão completa a quem já tiver completado a vida contributiva (40 anos de descontos);

- A possibilidade de, por opção, o tempo de serviço que não pôde ser recuperado na carreira ser utilizado, em termos a negociar, para **eliminar penalizações de uma eventual aposentação antecipada**;

- **Aplicar aos docentes o regime de pré-reforma**, em condições a negociar, contribuindo, também por essa via, para o rejuvenescimento da profissão;

- **Eliminar abusos e ilegalidades nos horários de trabalho** dos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, respeitando a duração de 35 horas, bem como do ensino superior,

particularmente em relação aos professores convidados, que são vítimas de variados abusos num quadro de grande exploração;

- **Melhorar as condições de trabalho**, estabelecendo uma componente letiva com igual duração para todos os docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, integrando na componente não letiva individual as horas de redução decorrentes da aplicação do artigo 79.º do ECD, aplicado de igual forma em todos os graus e níveis de educação e ensino, negociando normas de organização do ano letivo que não pervertam o disposto no ECD e fixando um número máximo de turmas e níveis a atribuir a cada docente, bem como de anos de escolaridade por turma no 1.º Ciclo e, não menos importante, reduzindo o número máximo de alunos por turma e de crianças por sala na Educação Pré-Escolar;

- **Eliminar a precariedade, de acordo como o princípio do não abuso**, desde logo, no recurso à contratação a termo, integrando nos quadros todos os docentes com três ou mais anos de serviço, incluindo os que lecionam nas escolas públicas de ensino artístico especializado, e, no caso do ensino superior e da ciência, de todos os docentes e investigadores que, preenchendo necessidades permanentes dos serviços, se mantêm com contratos a termo ou na qualidade de bolseiros;

- **Equiparar, num processo de harmonização positiva, as condições de emprego** (remuneratórias, de antiguidade, de horários e outras condições de trabalho:

princípio da não discriminação) entre docentes contratados a termo e os que exercem as mesmas funções integrados nos quadros, com contratos por tempo indeterminado;

- **Transpor devidamente, isto é, com eficácia, a Diretiva 1999/70/CE, de 28 de junho**, em todas as áreas do sistema educativo em que a mesma não foi transposta, designadamente em relação a formadores, docentes de técnicas especiais, técnicos especializados, docentes das escolas públicas de ensino artístico especializado, docentes do ensino superior e investigadores;

- **Resolver, urgentemente, o problema da não declaração de 30 dias mensais de trabalho** relativamente aos contratos de trabalho a termo celebrados pelos docentes para horários inferiores a 16 horas;

- **Rever o regime de seleção e recrutamento** de docentes, para o que se manifesta, desde já, disponibilidade para iniciar o indispensável processo negocial, com o objetivo de consagrar, entre outras, normas que reforcem o caráter nacional, o respeito pela graduação profissional, a consideração dos docentes dos quadros em igual prioridade, em todas as fases e modalidades do concurso, e o pleno respeito pela diretiva comunitária 1999/70/CE, de 28 de junho, o que impõe a adequada transposição da mesma;

- Eliminar situações discriminatórias e violadoras do ECD que afetam os **docentes das escolas públicas que exercem funções no ensino profissional**, designadamente em relação a horários de trabalho, aplicação do calendário escolar e outras que resultam de exigências do Fundo Social Europeu;

- **Rever os regimes de formação de professores**, nas suas diferentes modalidades, não cedendo ao grau de exigência, procurando dar resposta a problemas imediatos, reconhecendo que a natureza multifacetada do conhecimento profissional impõe uma visão ampla do profissionalismo docente que, no âmbito da formação, deverá articular adequadamente as componentes do currículo de formação com os contextos de prática e ter, ainda, em conta as dimensões ética, social, cultural e política do ensino; as modalidades de formação contínua e especializada dão sequência à inicial, mantendo atualizado o corpo docente, numa lógica de formação ao longo da vida, e dando resposta a necessidades específicas do sistema e das escolas que tenham de ser garantidas por especialistas;

- **Clarificar posições em torno das questões do currículo**, designadamente em relação às aprendizagens essenciais, à existência ou não de programa nacional, à flexibilidade curricular, à gestão das matrizes curriculares pelas escolas (25% ou mais, no caso das escolas que integram o PPIP), à generalização da lecionação da expressão plástica, expressão físico-motora e expressão musical em contexto letivo

no 1º Ciclo, deixando de as remeter para as AEC, e à articulação curricular entre ciclos, aprofundando a reflexão sobre a sua organização e duração;

- Garantir que as **atividades de enriquecimento curricular** assumem natureza não curricular e não letiva e têm os recursos humanos indispensáveis à sua concretização e regularização de todas as situações contratuais dos docentes que as exerçam;

- **Resolver problemas que continuam a afetar grupos de professores e/ou investigadores**, alguns de forma agravada, tais como: conclusão dos processos ainda pendentes no âmbito do PREVPAP; criação dos grupos de recrutamento de Intervenção Precoce e de Teatro e Expressão Dramática; distinção da atividade a desenvolver, dentro do grupo 530 (Educação Tecnológica), bem como de alguns da área da música; integração dos docentes do designado nível 2 na carreira docente; contagem do tempo de serviço dos educadores de infância a exercer funções em contexto de creche; passagem da tutela pedagógica das creches do MTSS para o ME e criação de uma rede pública de estabelecimentos de creche; diferentes situações no âmbito do período probatório; mobilidade por doença; profissionalização; entre outros, propondo ao ME a criação de um grupo específico que construa propostas técnicas que tenham depois a devida consideração política;

- **Avaliar e rever o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES)**, algo que deveria ter sido feito até 2012, mas que, dez anos volvidos, continua por fazer;

- **Repor a dimensão pedagógica e o carácter deliberativo na constituição e no funcionamento dos conselhos de turma;**

- **Revogar processo de municipalização** da educação, convergindo com autarquias, académicos, organizações e movimentos que o contestam, defendendo a sua reversão e a realização de um amplo debate nacional sobre descentralização nesta área;

- **Reintroduzir a gestão democrática das escolas**, indispensável a uma verdadeira autonomia e sem a qual se tornam insuficientes e se frustram os esforços para promover junto da comunidade escolar os valores da verdadeira cidadania e democracia;

- **Denunciar a perversidade dos rankings de escolas**, que, desde logo, promovem os colégios privados de cariz elitista e criam estigmas sobre escolas públicas, que procuram levar à prática uma verdadeira educação inclusiva;

- **Defender uma profunda transformação qualitativa ao nível do desenvolvimento do ensino artístico especializado**, invertendo a lógica de financiamento (excessivamente dependente de fundos europeus e direcionado para o ensino privado), investindo preferencialmente no sistema público de

ensino, designadamente com a expansão da sua ainda exígua rede, e promovendo novas valências de formação artística nos agrupamentos de escolas e nas escolas do ensino secundário não agrupadas;

- Promover um amplo debate, envolvendo a comunidade académica e científica, sobre os problemas gerados pelo uso inadequado e abusivo da bibliometria nos processos de **avaliação de instituições de ensino superior, docentes e investigadores;**

- **Acompanhar os processos de avaliação externa das escolas**, visando manter e reforçar a sua autonomia, contra as lógicas de prescrição externa que pretendem pôr em causa a autonomia pedagógica dos professores e dos órgãos de decisão pedagógica;

- **Reforçar a autonomia pedagógica e didática dos professores**, combatendo mecanismos que, por via da observação direta de aulas, possam pôr em causa a autonomia dos professores na gestão das suas aulas e nas relações com os seus alunos;

- **Respeitar os direitos sindicais e a representatividade das organizações sindicais**, desde já e enquanto não for desenvolvido um processo de medição democrático, cumprindo o disposto na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas acerca da negociação coletiva, bem como revogar as normas legais que põem em causa o direito à greve e já foram declaradas ilegais pelos tribunais.

Relativamente ao Ensino Particular e Cooperativo (EPC), IPSS e Misericórdias, o 14.º Congresso Nacional dos Professores reafirma:

- A defesa da negociação e contratação coletivas em todo o setor, incluindo o ensino superior, com vista a melhorar as condições de trabalho e o respeito pelo exercício da profissão;

- A necessidade de aprovação de um Contrato Coletivo de Trabalho para o EPC, que também respeite as especificidades do Ensino Profissional e do Ensino Artístico Especializado;

- A necessidade de alterar o atual modelo de financiamento do Ensino Artístico Especializado e do Ensino Profissional, que tem condicionado e dificultado a negociação de um novo CCT, nomeadamente quanto ao horário letivo e à carreira dos docentes a exercerem funções naqueles setores de ensino;

- A exigência de atuação da ACT e da IGEC nos estabelecimentos de ensino particular e IPSS, relativamente aos quais surjam denúncias de violação dos direitos dos docentes, e ações inspetivas regulares nos restantes;

- A urgente clarificação, por parte do Ministério da Educação, do enquadramento jurídico sobre a certificação do tempo de

serviço docente prestado no ensino profissional, IPSS e Misericórdias;

- O reconhecimento, para todos os efeitos, do tempo de serviço dos educadores de infância a exercer ou que exerceram funções em creche, em moldes iguais a todos os que exercem funções na valência de pré-escolar.

No que concerne a aspetos específicos do âmbito da Administração Pública, o 14.º Congresso assume:

- A defesa da Caixa Geral de Aposentações e, nesse quadro, a possibilidade de inscrição por parte de todos os que têm estado impedidos de o fazer;

- A valorização das pensões de aposentação que têm sido afetadas negativamente por decisões políticas e medidas que põem em causa as legítimas expectativas dos docentes aposentados e os seus direitos, enquanto pensionistas;

- A revisão dos salários, que verdadeiramente não são atualizados desde 2009, na sequência de processos negociais sérios e efetivos, que tenham em conta a desvalorização (perdas de poder de compra já próximas dos 20%) verificada nos últimos anos, provocada, designadamente, pela inflação;

- A revisão anual de todas as pensões, com atualizações nunca inferiores às dos salários e com discriminação positiva das pensões mínimas;

- A criação de condições que permitam um envelhecimento ativo e saudável e que respeitem a dignidade dos aposentados, garantindo direitos, nomeadamente a uma habitação adequada, a transportes, melhorando a rede local e nacional de transportes públicos, com o desconto de, pelo menos, 50% nos passes sociais, saúde, criação de estruturas de apoio e lares, formação e lazer;

- A dedução, em sede de IRS, de todas as despesas que resultem de cuidados de saúde, incluindo os serviços continuados e paliativos, e o aumento de escalões, por forma a recuperar a sua progressividade, conferindo uma maior justiça fiscal;

- A manutenção da gestão pública da ADSE e a aprovação de medidas que garantam a sua duradoura sustentabilidade, onde se deverá incluir a definição de valores adequados a pagar às entidades prestadoras de serviços, tendo por referência o custo dos mesmos no serviço público;

- O reforço da segurança social, pública, universal e solidária, procurando novas fontes de financiamento, nomeadamente com o alargamento da base de incidência contributiva, considerando não só os salários, mas também o valor acrescentado líquido (VAL) de cada empresa. ●



Ações a curto e médio prazo

Tomar a iniciativa, mobilizar os professores

Com o objetivo de concretizar os objetivos reivindicativos enunciados, o 14.º Congresso Nacional dos Professores decide, para o curto e o médio prazos, as seguintes ações:

- **Convocar uma ação de rua, para 2 de julho, no IP3**, onde, em 2018, nesse mesmo dia, o primeiro-ministro colocou em confronto a recuperação do tempo de serviço dos professores e as obras daquele traçado rodoviário, não fazendo nem uma coisa, nem outra; esta ação deverá, para além da exigência de contagem integral do tempo de serviço, ser oportunidade para voltar a contestar as quotas na avaliação e as vagas na progressão;

- Dar continuidade à **greve ao "sobre-**

trabalho", caso se mantenham os abusos e ilegalidades que os têm marcado nos últimos anos;

- Promover **ações junto ao Ministério da Educação, com grupos de professores**, tais como os de teatro e expressão dramática, os das escolas públicas de ensino artístico, os que continuam integrados no nível 2 de vencimentos, os educadores de infância em exercício ou que exerceram funções em creches, os contratados para exercício de funções nas AEC, entre outros, caso não se verifique disponibilidade para resolver os problemas que os afetam;

- **Concentração, no dia 25 de Maio, de Docentes contratados de Técnicas Especiais do Ensino Artístico Especializado (Artes**



Visuais e Audiovisuais), junto às respetivas Escolas Artísticas António Arroio e Soares dos Reis;

- Participação em ações de luta que venham a ser convocadas para o conjunto dos trabalhadores portugueses, desde já a **Manifestação Nacional da Administração Pública, que terá lugar em 20 de maio, e a ação convergente que a CGTP-IN convocou para 27 de maio**, junto à Assembleia da República, dia em que será a votação final do Orçamento do Estado para 2022;

- Mobilizar professores e educadores para iniciativas a concretizar, anualmente, **em 5 de outubro, Dia Mundial do Professor**, as quais deverão ter como mote a indispensável valorização da profissão;

- **Entregar ao governo, de novo, propostas negociais**, nos termos estabelecidos na lei, relativas a carreira, neste caso, com prioridade para a avaliação do desempenho, a contagem integral do tempo de serviço e a eliminação das vagas, o combate à precariedade, condições de trabalho, e aposentação dos professores, e respetivas aplicações, independentemente da tutela.

- **Continuar a apresentar, na Assembleia da República, propostas concretas** sobre

aspectos de natureza socioprofissional, mas, também, sobre organização e funcionamento das escolas, incluindo a sua gestão, relação com municípios, educação inclusiva, e outros, no sentido de os grupos parlamentares desenvolverem iniciativas que contribuam para solucionar os problemas;

- Quando tiver lugar o **processo de revisão do regime de concursos**, realizar um plenário nacional que faça o ponto de situação e avalie ações destinadas a reafirmar posições das quais a FENPROF não abdicará, tais como a aplicação adequada da diretiva comunitária 1999/70/CE, o caráter nacional do concurso e o respeito pelo critério da graduação profissional aplicado ao conjunto de docentes dos quadros, rejeitando todo e qualquer mecanismo que instale a dependência do recrutamento das direções das escolas ou das autarquias;

- Exigir a **negociação de normas sobre o horário de trabalho** (organização e consequente duração), a incluir já no despacho ou orientações sobre organização do ano letivo 2022-2023, com obediência ao limite de 35 horas legalmente estabelecido, apresentando ao ministro os compromissos que, na qualidade de secretário de estado, assumiu e tornou públicos, em comunicado, mas depois não concretizou;

- A ter lugar um processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), realizar uma **Conferência Nacional sobre a carreira docente**, que debata e ratifique a posição final a assumir pela FENPROF e, se não houver acordo negocial, a luta a desenvolver (ação que não foi concretizada no anterior mandato por não ter havido lugar a esse processo negocial de revisão);

- Manter processos de **acompanhamento e avaliação do Decreto-Lei n.º 54/2018 (Educação Inclusiva) e do Decreto-Lei n.º 55/2018 (Flexibilidade Curricular)**, com implicação das escolas e dos professores;

- **Manter contactos com organizações representativas dos diversos membros da comunidade educativa e o Conselho Nacional de Educação**, relativamente a matérias que, não sendo objeto de negociação coletiva, deverão ser discutidas com a FENPROF, enquanto organização mais representativa dos docentes, designadamente, transferência de competências para os municípios, gestão das escolas, formação de docentes, educação inclusiva, currículos e flexibilidade curricular, avaliação externa dos alunos, avaliação externa das escolas e acesso ao ensino superior, construindo posições que serão apresentadas ao Ministério da Educação;

- Promover um **Encontro Nacional sobre a Descentralização, Autonomia e Gestão Democrática das Escolas**, articulando-a com a avaliação possível ao processo de municipalização que o governo tem em curso;

- Promover, no âmbito dos 40 anos da

FENPROF, que se completarão em 30 de abril de 2023, um grande **Encontro Nacional Centrado na profissão docente**, com enfoque para a sua valorização e atratividade, assinalando o acontecimento com iniciativas nas diversas regiões, promovidas em articulação com o respetivo sindicato dos professores;

- Integrado na comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, promover, em conjunto com outras organizações representativas da comunidade escolar, uma **Campanha Nacional em defesa da Escola Pública, enquanto conquista de Abril, e pela valorização da profissão docente**;

- Realizar uma **Conferência Nacional dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário**, visando a apresentação de propostas concretas de solução para problemas setoriais;

• Apresentar à ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior um **Caderno Reivindicativo** que inclua, entre outros aspetos:

• Resolução de todos os aspetos não ainda decorrentes do descongelamento das carreiras;

• Revogação do estatuto do bolseiro de investigação, substituindo todas as bolsas por contratos de trabalho;

• Resolução dos problemas de precariedade, criando condições para satisfação de necessidades permanentes das IES, a que correspondam vínculos laborais estáveis;

• Estabelecer um sistema continuado de recrutamento para a carreira de investigação científica;

• Avaliação e revisão urgente do RJIES, no sentido de reverter o processo de transformação de instituições de ensino superior em fundações públicas de direito privado, de democratizar o regime de gestão das IES e de garantir o financiamento adequado de todo o ensino superior;

• Exigir a discussão e aprovação de diploma legal que regule as carreiras docentes de investigação científica no Ensino Superior Particular e Cooperativo, abrindo as portas à negociação de um Contrato Coletivo de Trabalho;

• Garantia da abertura dos concursos em todas as instituições para a categoria da carreira de investigação científica ou das carreiras dos docentes do ensino superior, de acordo com as funções desempenhadas pelo contratado doutorado, até 6 meses antes do termo de 6 anos de contrato, no cumprimento do DL n.º 57/2016, alterado pela Lei n.º 57/2017;

• Definição de critérios a valorizar pelos Conselhos Técnicos Científicos para docentes do Ensino Politécnico com o título de Especialista, em concursos públicos e na avaliação de desempenho;

• Exigir o cumprimento do conceito de horário noturno previsto nos Estatutos

"Nesta legislatura, há dois desafios maiores que se colocam no combate ao défice identificado por António Costa:

1) o combate às desigualdades, que se acentuaram nos últimos anos, devido à pandemia e suas consequências, o que implica um significativo reforço de recursos para que a educação seja, efetivamente, inclusiva;

2) a valorização da profissão docente e o seu rejuvenescimento, aspetos determinantes para que se recuperem os milhares de profissionais que abandonaram precocemente a profissão e para atrair os jovens que concluem o ensino secundário para os cursos de formação de educadores e professores."

de Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico e Universitário;

- Realizar, no mandato, a **5.ª Conferência Nacional do Ensino Superior e Ciência**, destinada a aprofundar a reflexão sobre os problemas que afetam o setor, a definir as propostas e a aprovar ações, mas, também, com o objetivo de reorganizar o departamento de ensino superior e investigação da FENPROF;

- Promover/ Iniciar um amplo debate sobre a reorganização dos ciclos de ensino;

- Perspetiva de organização de um "Dia D", a decidir pelo Conselho Nacional da FENPROF, sob a forma de calendário que

este órgão considerar mais adequado. Nesse "Dia D" serão apresentados pelos delegados mandatados para o fazer as conclusões saídas das reuniões realizadas nas escolas, sobre as questões respeitantes à vida profissional dos professores e educadores e, obviamente, às atividades com os seus alunos, em particular; O funcionamento das escolas; As formas de participação na gestão de docentes e não docentes; As condições de exercício da docência; A formação profissional;

- Promover um **colóquio sobre Educação Inclusiva no ensino superior**, desde o acesso às condições de sucesso, convidando organizações, entidades e docentes com reflexão e propostas sobre este importante tema;

- Realizar um **Plenário Nacional de Docentes do Ensino Particular e Cooperativo, incluindo os do ensino artístico especializado e do ensino profissional**, centrado nas questões da contratação coletiva;

- Convocar uma concentração junto ao Ministério da Educação e lançamento de uma petição pelo reconhecimento do tempo de serviço dos educadores de infância a exercer funções em creche;

- Promover a **3.ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados, em novembro de 2022**, com o objetivo de definir a ação a desenvolver com este importante grupo de docentes;

- Prosseguir a **realização anual de ciclos de debates, organizados pelo Centro de Formação José Salgado Sampaio**, em torno de temas importantes para a Educação, as escolas e os seus profissionais, sempre que possível, destacando temas menos abordados na formação oferecida por outros centros de formação;

- **Continuar a participar, apoiar e envolver-se em iniciativas relacionadas com a Educação Ambiental** e com os problemas ambientais que afetam o planeta e as comunidades, bem como na defesa da saúde dos profissionais e alunos e, respetiva adequação dos equipamentos e espaços escolares;

- **Aprofundar o apoio, e envolvimento, a iniciativas e ações em defesa da paz** e da solidariedade com os povos que são vítimas da guerra ou de qualquer outro tipo de situação que põe em causa o direito à sua

autodeterminação ou, em outro plano, o direito a um relacionamento, sem constrangimentos, com outros povos e outras nações;

- **Manter, no plano jurídico**, as ações para resolver ilegalidades, tais como as originadas por ultrapassagens de docentes com maior antiguidade, que provocam perdas de tempo de serviço ou constituem tratamentos desiguais entre docentes de escolas ou regiões distintas, bem como procedimentos que põem em causa direitos de professores contratados, designadamente quanto ao tempo de trabalho declarado à Segurança Social relativamente a docentes colocados em horário incompleto ou sobre a reinscrição na CGA;

- **Reforçar a ação em defesa dos direitos sindicais**, designadamente em relação ao seu exercício por parte dos professores e educadores, com destaque para o direito à greve, levando até às últimas consequências todas as ações indispensáveis em sua defesa, designadamente o recurso aos tribunais sempre que, em nome de alegadas necessidades sociais impreteríveis, se pretendam impor serviços mínimos ilegais ou dificultar a participação dos docentes nas lutas;

- **Participar empenhadamente na ação a desenvolver pelo Movimento Sindical Unitário**, reforçando a luta dos trabalhadores portugueses em defesa dos seus direitos, salários, pensões, pela contratação coletiva e a revogação das normas gravosas do Código do Trabalho, contra a precariedade, por serviços públicos e por uma Administração Pública rejuvenescida, valorizada e com respostas de qualidade aos cidadãos;

- **Convergir com outras organizações sindicais** em ações concretas em defesa dos direitos dos docentes, quando tal convergência se revelar benéfica à concretização dos objetivos traçados;

- Continuar a **participar ativamente na atividade sindical internacional**, com destaque para a Internacional de Educação (IE), o Comité Sindical Europeu de Educação (CSEE) e a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa – Sindical de Educação (CPLP-SE).

É tempo de ser tempo dos Professores! •

Viseu, 14 de maio de 2022

O 14.º Congresso Nacional dos Professores



2 jul. – 11h00

Espinheira (IP3)

Com cortejo automóvel:
Espinheira – Souselas – Nô de Lorrão

Contra-inauguração da estrada dos professores (Nem IP3, nem carreira docente)



Moções aprovadas

MOÇÃO N.º 1

Pela Democracia

A vida em Democracia não pode esgotar-se no exercício cíclico do direito de voto, entendimento que conduz ao seu desvirtuamento. A Democracia implica a participação dos cidadãos em diversos planos e integra mecanismos essenciais de diálogo e de negociação, muito para além dos espaços formais da chamada concertação social que, não podendo ser desprezados, tendem a afirmar e ratificar interesses e leituras económica e politicamente dominantes. Em Democracia, os comportamentos e atitudes das forças e dos indivíduos que exercem circunstancialmente o poder são decisivos. O chamado diálogo social não pode ser refém de opções e prioridades que vêm originando fortes constrangimentos, paralisações e retrocessos, designadamente na contratação e na negociação coletivas, com consequências graves para os trabalhadores e para a sociedade em geral. Em causa fica, também, a saúde da própria Democracia.

O arrastamento e o agravamento de problemas frustra expectativas, cria perigosos desencantos e leva ao desinvestimento na própria Democracia. É um quadro favorável à anomia política e social, à descrença, ao desinvestimento, ou mesmo a revoltas inconsequentes que a ameaçam. É um quadro propício ao chamado populismo e ao ressurgimento, a que assistimos, de movimentos nacionalistas, mesmo já com expressão partidária, de inspiração fascista, a que não será alheia a crise estrutural por que passa o sistema capitalista, razão porque a ocidente e a oriente, percorrendo toda a Europa, assistimos a processos de enfraquecimento de partidos e movimentos defensores da paz, do progresso social e da democracia, em suma, do verdadeiro desenvolvimento dos estados.

As preocupações formuladas pelo 13.º Congresso Nacional dos Professores (junho de 2019) estão, como se receava, a ser confirmadas, quer pelo crescimento eleitoral da extrema-direita em Portugal, quer pelo papel e peso de forças fascistas e nazis, desde logo, em países europeus. Em função de interesses geoestratégicos dominantes, as movimentações, o reforço e a progressiva organização dessas forças têm vindo a ser, calculada ou irresponsavelmente, desvalorizados e ocultados.

Assim, o 14.º Congresso Nacional dos Professores renova os apelos:

- À atenção para os perigos reais do regresso de nacionalismos, muitas vezes mascarados de sentido patriótico e do crescimento do fascismo e do nazismo na Europa e no mundo;

- À rejeição de campanhas de branqueamento e "normalização" do fascismo e do nazismo e de organizações e iniciativas que os pretendem reabilitar;

- Ao desenvolvimento consequente de iniciativas de sentido contrário, que mantenham viva a memória sobre a natureza e os atos do fascismo e do nazismo nas suas diferentes expressões, em Portugal, na Europa e no mundo;

- Ao respeito pelo preceituado na Constituição da República Portuguesa, designadamente no que concerne ao não consentimento de "organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista" (art.º 46.º);

- A uma mudança estratégica, envolvendo os partidos que se integram no quadro constitucional, que se apoie no diálogo, desbloqueie processos de negociação e promova a contratação coletiva e, consistentemente, inverta o caminho de agravamento de problemas e a frustração de legítimas expectativas de largos setores da sociedade.

A Democracia tem de ser defendida, não é uma conquista definitiva. Há estratégias de poder e opções políticas que estão a pô-la em causa e a facilitar os ataques que lhe

são dirigidos. Quase cinquenta anos depois do 25 de Abril, a afirmação da Democracia é responsabilidade de todos/as os/as democratas.

O 14.º Congresso Nacional dos Professores assume a premente necessidade do combate em defesa da Democracia e apela aos/as professores/as, educadores/as e investigadores/as, com as relevantes funções sociais que têm, para que nele se envolvam, integrando-o na sua atividade profissional. O combate pela Democracia faz-se, em primeiro lugar, exercendo-a.

Viseu, 14 de maio de 2022

O 14.º Congresso Nacional dos Professores

Proposta apresentada pelo Secretariado Nacional

MOÇÃO N.º 2

Defender a Paz, dizer não à guerra!

O 14.º Congresso acompanha a afirmação de que "não escolhemos o tempo em que vivemos, só escolhemos como reagimos contra a barbárie", e é de barbárie o tempo presente. Tempo em que a Escola, mas sobretudo nós, professores e educadores, não podemos deixar de intervir.

Como já no séc. XVII escreveu o Padre António Vieira: *"É a guerra aquele monstro que se sustenta de fazendas, de sangue, das vidas, e quanto mais come e consome, tanto menos se farta. É a guerra aquela tempestade terrestre, que leva campos, as casas, as vilas, os castelos, as cidades, e talvez em um momento sorve os reinos e monarquias inteiras. É a guerra aquela calamidade composta de todas as calamidades, em que não há mal algum que, ou se não padeça ou se não tema; nem bem que seja próprio e seguro."*

São os trabalhadores e os povos as principais vítimas das guerras. A destruição das fábricas, das escolas, dos hospitais, das vias de comunicação, das infraestruturas e dos recursos naturais afeta sobretudo a vida dos que vivem do seu trabalho, mas também a vida de todos os que lutam pela sobrevivência diária, e são tantos os que no mundo o fazem diariamente. Na Europa, tendo ainda em memória guerras, como a Segunda Guerra Mundial ou a guerra na Jugoslávia, assistimos agora à catástrofe que vive o povo da Ucrânia, e ficam as perguntas: - Para quando o fim de todas as ações militares, da violência e da repressão? - Para quando o retorno seguro e incondicional de todos os deslocados e refugiados?

Para além da guerra na Ucrânia, mais recente e mais próxima, não esqueçamos também a situação dos povos da Palestina, Iraque, Líbia, Síria, Iémen, Afeganistão, Líbano,

Mali, República Centro Africana, do Sahara Ocidental ou do Curdistão, entre outros. Não esquecemos a situação da América Latina, porque todos os povos merecem ser respeitados e devem poder decidir o seu futuro. Sublinhamos “todos os povos”, mesmo os que estão fora da agenda mediática, os propositadamente esquecidos, mas igualmente vítimas da política da cobiça e rapina das grandes potências, devido aos recursos naturais que possuem.

Como disse Saramago, numa manifestação realizada em Madrid, em 16 de março de 2003, aquando da guerra no Iraque: *“A terra pertence aos povos que a habitam, não àqueles que — com o pretexto de uma representação democrática descaradamente perversa — os exploram, manipulam e enganam. (...) Não somos tão ingênuos para acreditar numa paz eterna e universal, mas se nós, os seres humanos, somos capazes de criar ao longo da história belezas e maravilhas que a todos dignificam e engrandecem, então, é tempo de lançarmos mão da mais maravilhosa e formosa de todas as tarefas: a incessante construção da paz. Contudo, que essa paz seja a paz da dignidade e do respeito humano, não a paz de uma submissão e uma humilhação que por muitas vezes vêm disfarçadas sob a máscara de uma falsa amizade protetora (...) Sem a paz, sem uma autêntica paz, justa e respeitosa, não haverá direitos humanos. E sem direitos humanos — todos eles, um por um — a democracia não será nada mais do que um sarcasmo, uma ofensa à razão, uma zombaria.”*

Somos contra a guerra, contra bloqueios e ingerências. Não há circunstâncias que justifiquem a opção pela guerra.

Por isso, os/as professores/as, educadores/as e investigadores/as, reunidos/as no 14.º Congresso Nacional dos Professores, apelam:

- a que se abram canais para o diálogo diplomático, e que os governos da Ucrânia e da Rússia consigam, pela via do diálogo, estabelecer acordos que assegurem a paz na região;
- a que o Governo português atue no quadro da Constituição da República Portuguesa, nomeadamente com o seu art.º 7.º, no respeito pela Carta das Nações Unidas e pela Ata Final da Conferência de Helsínquia;
- a que o respeito pelos povos, soberanias e Direito Internacional vigorem sobre unilateralismos, recolocando a ONU na sua função moderadora e de garante da paz;
- a que as comunidades educativas se mobilizem no apoio aos Povos sujeitos a agressões ilegítimas contra a sua soberania e o seu direito a decidirem sobre os seus próprios destinos.

NOTAS:

Padre António Vieira – Sermão histórico e panegírico nos anos da Rainha D. Maria Francisca de Saboia, 1668

José Saramago - revista “Princípios”, n.68, Fev. - Abr. 2003, págs. 60 e 61

Viseu, 14 de maio de 2022

O 14.º Congresso Nacional dos Professores

Proposta apresentada pelo Secretariado Nacional

MOÇÃO N.º 3

Pelo fim das discriminações entre mulheres e homens

Muito tem sido feito, muitas lutas têm sido travadas para combater as discriminações entre mulheres e homens nas suas diversas formas. No entanto, há muito caminho a fazer e muitas lutas a travar para que se cumpra o estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição da República Portuguesa.

As mulheres continuam a ser as maiores vítimas de violência doméstica, de assédio, da pobreza e das desigualdades salariais. Continuam a suportar e a acumular a maior parte das tarefas domésticas e de cuidadoras, a ter dificuldades em aceder a cargos de chefia, à vida política e a uma plena efetivação de direitos que também são os seus.

Apesar da existência de normativos legais, muitas são ainda as mudanças a operar nas mentalidades. Neste sentido, a Educação é um fator essencial para a transformação da sociedade, para a tornar mais justa, tendo por fim acabar com as desigualdades ainda existentes entre mulheres e homens, nomeadamente investindo na Educação, desconstruindo mitos, preconceitos, hábitos, e na providência de recursos humanos, materiais e, também, na melhoria das condições de trabalho.

Considerando o acima exposto, as delegadas e os delegados ao 14.º Congresso Nacional dos Professores assumem a necessidade de:

- Lutar pelo fim da discriminação, por uma sociedade igualitária;
- Continuar a lutar por uma Educação livre de estereótipos de género;
- Reforçar o papel da Educação na promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens;
- Reivindicar que a igualdade de género seja uma temática a incluir nas várias modalidades da formação de docentes;
- Continuar a acompanhar as lutas sindicais contra as discriminações de género;
- Persistir na luta contra todas as formas de assédio e violência;
- Exigir a dotação das escolas de recursos humanos e materiais que possibilitem a melhoria do trabalho nesta área;

- Continuar a pugnar pela efetiva conciliação entre a vida profissional e pessoal dos/as profissionais da educação.

Viseu, 14 de maio de 2022

O 14.º Congresso Nacional dos Professores

Proposta apresentada pelo Secretariado Nacional

MOÇÃO N.º 4

Contra a discriminação, respeito pela diversidade por uma sociedade equitativa

A educação para a cidadania, a democracia e os direitos humanos, o respeito pelo outro e pela diversidade humana são dimensões fundamentais a que a Escola e a Educação não podem ficar alheios.

Toda a pessoa, independentemente da sua naturalidade, nacionalidade, religião, género, condição económica, identidade ou orientação sexual, ideologia, diversidade funcional (condição física ou psíquica), idade, cor, entre outras características individuais, nasce livre e igual em dignidade e em direitos (art.º 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

A mobilidade de pessoas entre países e regiões acrescenta complexidade a uma realidade marcada por grande diversidade cultural e humana. A Escola, sendo, em grande medida, o reflexo da sociedade, recebe diariamente crianças e jovens muito diferentes entre si. Toda a comunidade escolar (docentes, não docentes, encarregados de educação e discentes), mas também a comunidade educativa, assim como os poderes públicos, devem zelar pela não discriminação de qualquer ser humano. É uma obrigação de todos e todas.

A Escola Pública é a que melhor pode assegurar o cumprimento de direitos universais, interdependentes, indivisíveis e inalienáveis. Assim, as delegadas e os delegados ao 14º Congresso Nacional dos Professores assumem os compromissos de:

- Continuar, nas escolas, a luta diária pela dignidade humana e pela defesa intransigente da equidade de direitos de todos os seres humanos;
- Intensificar o combate contra todos os tipos de discriminação, assédio e violência entre seres humanos;
- Promover a reflexão e discussão destes assuntos entre crianças, jovens e adultos;
- Propor à FENPROF o aprofundamento destes temas aos quais, em diferentes ações, já vem dedicando atenção;

- Defender que o combate a todos os tipos de discriminação seja preocupação presente e destacada na formação de professores.

Viseu, 14 de maio de 2022

O 14.º Congresso Nacional dos Professores

Proposta apresentada pelo Secretariado Nacional

MOÇÃO N.º 5

Por uma educação ambiental para todos/as

No momento atual, assistimos com preocupação ao elevado ritmo de destruição do meio ambiente e da biodiversidade. Pensa-se que mais de um milhão de espécies estão ameaçadas de extinção, a área florestal é destruída de forma alarmante, os cursos de água e os oceanos degradam-se com a poluição.

A preservação e restauro da biodiversidade são fundamentais para o equilíbrio do clima. As alterações climáticas são uma ameaça para a biodiversidade. Biodiversidade e clima estão intimamente ligados.

O relatório de Abril de 2022 do grupo de peritos do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas é um dossiê desonroso que enumera as promessas vazias de um roteiro para um mundo inabitável. O modo de produção dominante caracteriza-se pela apropriação de recursos naturais e exploração dos trabalhadores inseridos num ciclo de produção intensivo e especulativo, cujo objetivo é a maximização do lucro. Este modelo de produção é acompanhado por um incentivo ao hiper consumismo também ele fator de degradação ambiental.

Em Portugal é fácil constatar que as opções políticas tomadas ao longo de décadas vão no sentido de intensificar o ataque ao meio ambiente. A privatização do sector dos resíduos, a alienação da gestão da água, das áreas protegidas e florestas da esfera pública, a subalternização da política agrícola aos interesses da UE, o desinvestimento público nos transportes coletivos e a liberalização do sector dos combustíveis são evidências disto mesmo.

Não basta definir como objetivo político o desenvolvimento sustentável, é necessária uma estratégia central que coloque os interesses do país, dos trabalhadores e do meio ambiente à frente do lucro.

A educação não muda, só por si, modelos de produção e consumo, mas deve contribuir para inserir a luta pelo desenvolvimento sustentável na luta mais geral por um mundo melhor. O papel da escola e dos docentes deve ser incentivar o pensamento crítico, contrariando a individualização das responsabilidades e transmitindo o papel que a luta e as

decisões coletivas têm na transformação da realidade.

Neste contexto e com estas fortes preocupações, o 14.º Congresso Nacional dos Professores exige:

- Uma educação ambiental, designadamente sobre as alterações climáticas, integrada numa Educação de qualidade para todos, que permita que, no final da escolaridade obrigatória, cada aluno/a tenha conhecimentos e competências que lhe permitam intervir e lutar contra aquelas alterações, adaptar-se às incertezas que elas já provocam e participar na construção de um mundo viável e justo para todos/as;

- Uma educação ambiental que se apoie na ciência e que tenha em conta as dimensões éticas, culturais, políticas, sociais e económicas do modo de produção que é urgente alterar;

- Uma educação ambiental que encoraje o espírito crítico e a participação dos/as cidadãos/ãs;

- A formação e o apoio aos/as docentes para que possam promover uma educação ambiental de qualidade;

- Que a escola assuma plenamente o seu papel de entidade promotora de comportamentos e práticas sustentáveis: assegurando que a gestão dos refeitórios escolares respeita o encurtamento dos ciclos de produção/consumo, adquirindo produtos locais, criando hortas pedagógicas, defendendo os valores da agricultura familiar, biológica, de baixo impacto ambiental, incentivando a utilização de transportes colectivos e bicicleta sempre que possível, promovendo a compostagem e a reciclagem e reutilização dos materiais;

- Que a requalificação dos edifícios escolares se processe usando materiais de construção mais sustentáveis, adequados e respeitadores do ambiente.

Viseu, 14 de maio de 2022

O 14.º Congresso Nacional dos Professores

Proposta apresentada pelo Secretariado Nacional

MOÇÃO N.º 6

Dinheiro para a Educação e não para a guerra

Nenhum povo quer a guerra. O povo português, tal como os povos ucraniano e russo, não quer a guerra. Nem um cêntimo da riqueza produzida no nosso país deve ir para a guerra. Ao contrário, ela deve ser canalizada para as funções sociais do Estado, entre as quais a Educação.

Os professores e educadores delegados ao 14.º Congresso Nacional dos Professores – honrando a luta de milhares e milhares de docentes portugueses na edificação de uma Escola para a Paz, a Cultura e a Democracia, formadora de cidadãos livres e intervenientes – propõem-se a agir, em

conjunto com a FENPROF, em todas as ações de mobilização que forem no sentido da defesa e construção da paz.

Proposta subscrita por 24 delegados/as ao Congresso, tendo como primeiro subscritor Joaquim Pagarete – delegado n.º 566.

MOÇÃO N.º 7

Solidariedade com o Povo Ucraniano

Os Delegados ao 14.º Congresso Nacional dos Professores, perante a invasão da Ucrânia pelas tropas russas, decidem:

A – Condenar inequivocamente essa invasão como um atentado aos Princípios da Independência Nacional e da Autodeterminação, consagrados internacionalmente.

B – Manifestar a sua solidariedade com todas as vítimas inocentes da guerra na Ucrânia e, em particular, com os Professores daquele país.

C – Mandatar a FENPROF para, individualmente, ou no âmbito da Internacional da Educação e da Confederação Europeia de Sindicatos, prestar todo o apoio possível às Organizações Sindicais de Professores da Ucrânia.

Proposta subscrita por 25 delegados/as ao Congresso, tendo como primeiro subscritor Carlos Valdez Pinto de Vasconcellos – delegado n.º 572.

MOÇÃO N.º 8

Saudação aos trabalhadores do congresso

Os Delegados ao 14.º Congresso Nacional dos Professores saúdam todos os trabalhadores envolvidos na sua preparação e concretização, cujo esforço e dedicação foram fundamentais para o êxito deste Congresso.

Proposta subscrita por 45 delegados/as ao Congresso, tendo como primeiro subscritor Carlos Valdez Pinto de Vasconcellos – delegado n.º 572.



**Mário Nogueira
na intervenção de abertura**

A escola pública não se limita a dar resposta a alguns, dando-a a todos!



“É preciso que os governantes, os decisores políticos em geral e o país compreendam que, neste tempo em que a Educação terá de ser prioridade, também é tempo de ser tempo dos professores”. São palavras de Mário Nogueira na sessão de abertura do 14º Congresso da FENPROF, em Viseu.

Falando sobre a assembleia magna da Federação, o Secretário Geral da FENPROF comentaria a dado passo: “Quando já caminha para o seu quadragésimo ano de vida, a Federação Nacional dos Professores demonstra, mais uma vez, com este Congresso, com uma tão forte presença de delegados, dos quais mais de 75% eleitos entre os professores, e com a quantidade e diversidade de convidados que nos acompanham, que continua a ser uma organização sindical respeitada pela sociedade portuguesa, pelas suas congéneres estrangeiras e que, para além do extraordinário e reconhecido caminho que já percorreu, tem futuro, pois, apesar de todas as dificuldades com que se debate e dos ataques de que, tantas vezes, é alvo, a profissão de professor continua a

ser uma profissão de futuro, com futuro e, principalmente, do futuro.”

E acrescentou:

“Assim é porque a Educação nunca deixará de ser trave-mestra das sociedades democráticas, aquelas em que a luta é por um futuro melhor do que o presente e, por isso, mais justo, democrático e solidário. Nestas sociedades, os professores nunca serão dispensáveis porque a escola estará a formar cidadãos e não autómatos para linhas de produção, robôs ou bots.”

Professores são insubstituíveis

“Se dúvidas houvesse, embora pelos piores motivos”, prosseguiu o dirigente sindical, “provou-se que aquele maravilhoso mundo que se anunciava para o futuro, que dispensava muitas profissões e, claro, também os professores, pode, afinal, não ser a maravilha anunciada”. Mário Nogueira lembrou a propósito:

“A pandemia disse-nos que, à distância ou presencialmente, os professores são insubstituíveis e que a Escola Pública, ao contrário do que rankings e outras mentiras procuram fazer crer, apesar dos constrangimentos que lhe são impostos, está à altura das exigências, fazendo mais e melhor do que os privados de elite, pois não se limita a dar resposta a alguns, dando-a a todos. É, aliás, esse um dos desideratos da Escola Pública, essa enorme conquista da Revolução de Abril.”

Lembrar Bento de Jesus Caraça e Paulo Freire

Chamando a atenção para as dinâmicas e os desafios da Escola Pública, Mário Nogueira falou de “uma Escola Pública que deve transmitir conhecimentos, mas que não pode limitar-se a esse papel.” Ao sublinhar que “encontramos, nos dias de hoje, gente, movimentos e partidos que apregoam a neutralidade da escola, opondo-se a tudo o que a desvie da mera função reprodutora”, Nogueira recordou duas prestigiadas figuras da história da Educação que questionaram (e combateram) essa neutralidade, afirmando:

“Já **Bento de Jesus Caraça**, de quem, em 2021, se assinalaram 120 anos sobre o seu nascimento, questionava a neutralidade da escola, sustentando que tal nunca existiu e que essa afirmação só servia aqueles que pretendem que ela continue refletindo diretamente, na sua extensão e no seu conteúdo, a estruturação social do lugar a que se reporta.”

Caraça instava: “Eduquemos e cultivemos a consciência humana, acordemo-la quando estiver adormecida, demos a cada um a consciência completa de todos os seus direitos e de todos os seus deveres, da sua dignidade, da sua liberdade [...] o reconhecimento a todos do direito ao completo e amplo desenvolvimento das suas capacidades intelectuais, artísticas e materiais”. Bento de Jesus Caraça, esse

grande pedagogo, viveu o seu tempo de forma tão esclarecida e antecipadora do futuro que, claro está, o estado fascista não lhe perdoou.

“Pedagogo esclarecido e progressista, daí incômodo e igualmente perseguido e preso pela ditadura militar do seu país, **Paulo Freire**, também ele recusava o que chamava de “educação bancária”, que colocava o professor como detentor do conhecimento e o aluno objeto em que este é depositado. Afirmava que “Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica”. E acrescentava que “Não basta ler que a ‘Eva comeu a uva’. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho”.

E, de seguida, referiu Mário Nogueira:

“É essa a Escola Democrática que defendemos e que a extrema-direita de sempre, agora de roupa nova, mas feita de trapos velhos, combate, falando de escola sem ideologia e de liberdade de escolha como sendo essa a salvação dos pobres. Mentem. O que a todos serve é a Escola Pública de qualidade, para todos, inclusiva e capaz de continuar a dar passos como o dos manuais escolares, no sentido da completa gratuidade.”

Progressiva redução da participação de docentes

O Secretário Geral da FENPROF lembraria, neste momento da sua intervenção, o papel dos professores e a forma como o poder político encara a sua participação e envolvimento na escola:

“A Escola Pública para, verdadeiramente, ser escola democrática não dispensa um forte contributo dos profissionais sobre todos os aspetos da sua vida. Não é, pois, por acaso que ao longo dos anos, mais vincadamente após o virar de século, os decisores políticos têm vindo a impor uma progressiva redução da participação de docentes e outros profissionais na vida das escolas, afastando-os dos níveis de decisão estratégica, tornando controlados e consultivos os órgãos pedagógicos, não abrindo mão de competências pedagógicas que o poder central deveria atribuir às escolas e esvaziando-as destas que são transferidas para os municípios. As poucas competências que as escolas ainda mantêm são concentradas em órgão não colegial, não eleito pela comunidade escolar e que deixou de representar a escola junto da administração para ser o seu rosto junto daquela comunidade.”

Desvalorizar os Sindicatos, fechar janelas de diálogo...

Nessa “estratégia de diminuir a participação dos professores”, Mário Nogueira localiza outra

orientação: a desvalorização dos Sindicatos e o fecho de janelas de diálogo e vias negociais.

“Não é por acaso que, principalmente, após o virar de século, com o acentuar do neoliberalismo e as sucessivas tentativas de impor pensamento único em relação a quase tudo na vida de todos, passámos a assistir a uma crescente tentativa de afastamento dos sindicatos, por um lado acusando-os de corporativos, apenas interessados em direitos, salários e carreiras, mas, por outro, recusando dialogar quando as decisões são sobre outras matérias, com o argumento de não serem da sua competência. Inesquecíveis ficaram afirmações como “Não concebo uma sociedade sem sindicatos, não são é destes”, palavras de Lurdes Rodrigues ou, de Tiago Brandão Rodrigues, “Se os sindicatos optarem pelos nossos caminhos terão uma autoestrada pela frente, se não for essa a opção estarão a meter-se em becos sem saída”. A FENPROF não se transformou na organização que a primeira concebia, nem passou a ser utilizadora da via de que o segundo se considerava concessionário, cobrando as portagens. A FENPROF manteve-se sempre do lado que é suposto estar, o lado dos que representa, o lado dos professores, dos educadores e dos investigadores. Sem dúvidas, nem hesitações!”

Um mandato no mínimo estranho...

1. Pandemia

Pandemia e guerra marcaram a etapa seguinte da intervenção do Secretário Geral da FENPROF:

“O mandato que termina neste décimo quarto congresso foi, no mínimo, estranho. Entre junho de 2019 e maio de 2022 tivemos uma pandemia que ainda não terminou e várias guerras que não sabemos quando terminarão, uma delas, novamente, aqui bem perto de nós. A pandemia trouxe exigências extraordinárias, para as quais ninguém, incluindo a escola, estava preparado. Foram tempos complicados, com confinamentos, ensino remoto de emergência, dificuldades acrescidas e desigualdades a dispararem. Tempos em que nos confrontámos com problemas inesperados, mas, na verdade, tempos que ficam marcados, sobretudo, pelo agravamento de problemas que há muito afetavam a Educação, que resultam de políticas erradas e financiamento exíguo, para os quais a FENPROF vinha chamando a atenção e apresentando propostas, mas que nunca mereceram a atenção dos governos. À pandemia responderam os professores extraordinariamente, o que lhes valeu um merecido e reforçado reconhecimento por parte dos pais e da sociedade em geral. Nesse período, a FENPROF esteve na primeira linha do apoio quando os professores regressaram à atividade presencial, da denúncia quando o governo ocultava o impacto da Covid nas

“

As poucas competências que as escolas ainda mantêm são concentradas em órgão não colegial, não eleito pela comunidade escolar e que deixou de representar a escola junto da administração para ser o seu rosto junto daquela comunidade.

escolas ou não garantia as necessárias condições de segurança sanitária, da exigência quando no ME diziam não fazer sentido os professores serem grupo prioritário de vacinação. Orgulhamo-nos de, nesse período, mesmo quando criticados por aqueles que o queriam aproveitar para nos confinar, não termos ficado fechados em casa, como bem demonstrou o vídeo inicial.”

2. Guerra

“Agora a guerra, a guerra que se agrava, na Ucrânia. Uma guerra que, como tantas outras, se arrasta há anos perante a quase indiferença da comunidade internacional e que conheceu uma nova e ainda imprevisível escalada na sequência da condenável invasão levada a cabo pela Rússia. Uma guerra que nos agride com imagens duríssimas como a de Maxym Franko, menino de 6 anos morto quando fugia com os pais de carro, no bairro de Vynohradar; duríssima, como a do menino Amal Hussain, de 7 anos, que no lémen morreu desnutrido, sendo apenas uma criança das que, a cada 10 minutos, ali morrem de desnutrição e doenças; a do menino Aylan Kurdi, de 3 anos, que correu mundo, morto no areal de uma praia do sul da Turquia, em Bodrum; a dos meninos de 11 anos decapitados por jihadistas em Cabo Delgado; a do menino palestino Mohammad Al-Allamy, de 12 anos, baleado no peito por o seu pai fazer inversão de marcha em Hebron, na Cisjordânia, para se dirigir a uma loja de brinquedos; ou as dos meninos e meninas saharauís que não conhecem mais do que as areias do deserto porque eles e as suas famílias não podem permanecer na sua terra, o Sahara Ocidental, onde são alvo de todo o tipo de violência.”

A paz é fundamental!

De seguida, interrogou:

“Que raio de mundo é este que sobreviveu

à colisão do asteróide que há 66 milhões de anos provocou a extinção de 75% das espécies animais existentes? Será porque foram eliminados os imponentes dinossauros e só sobraram algumas pequenas espécies aviárias? Será porque os que sobreviveram tiveram de se alimentar de detritos? Seja o que for que esteja na origem desta forma selvagem de desenvolvimento humano, é preciso travá-la e a Educação pode ser a chave também para essa mudança.”

“É preciso que os professores ensinem aos meninos e meninas que o futuro no mundo pode ser outro, pode ser melhor e que a paz é fundamental para que venha mesmo a ser. No contexto de guerras que vivemos, a Educação para a Paz deverá estar presente no projeto educativo de todas as escolas e na planificação do trabalho de cada professor.”

O futuro relacionamento institucional

Mais adiante, Nogueira trabalhou dois temas de flagrante atualidade, profundamente sentidos pelos docentes: a falta de professores e o futuro relacionamento institucional. Encontramos o primeiro numa peça à parte nestas páginas.

Sobre o futuro relacionamento institucional: “A esse propósito, porque também fui escuteiro como o atual ministro, atrevo-me a lembrá-lo do seguinte: Quando tomam posse, os governantes comprometem-se, por sua honra, a cumprir as funções que lhes são confiadas, tal como os escuteiros, na sua promessa, se comprometem, por sua honra, a respeitar a lei por que se regem. Não se espera dos governantes uma boa ação diária, nem sequer em média, mas, à partida, não se deverá duvidar do compromisso, como dos escutas não se duvida da promessa, mesmo quando o início de funções governativas sucede a exercício anterior. O que lá vai, pode admitir-se que lá vai e, se foram menos puros os seus pensamentos, palavras ou ações, espera-se que os corrijam; quanto ao respeito pelo bem alheio, falando de Educação, deverá levar os governantes a devolverem o que foi retirado aos professores, como o tempo de serviço que estes cumpriram. Na primeira reunião com os sindicatos, o ministro da Educação prometeu fazer do diálogo e da negociação normas de relacionamento, quebrando o clima de bloqueio que imperou nos últimos anos. Porém, à primeira oportunidade, sem negociar, decidiu alterar, discricionariamente, as regras da colocação de docentes através das reservas de recrutamento.”

E prosseguiu:

“Ora, se o dever do escuta começa em casa, o do governante deverá começar na área que tutela, respeitando quem habita a grande casa que dirige. Por esse motivo, espera-se que corrija erros anteriores e não os repita, pois até aos mais novatos se pede que



“
Vamos debater a situação que se vive, consolidar propostas, decidir formas de atuação, mas também iremos discutir e decidir o nosso futuro interno, a nossa direção. E esse deve merecer de todos nós um grande esforço de convergência, consenso e unidade.

respeitem a lei da alcateia e, convenhamos, João Costa já não é propriamente um lobito. Para dias 16 e 18 foram marcadas reuniões sobre mobilidade por doença e sobre maior estabilidade nas escolas para os docentes contratados (ver nesta edição e em www.fenprof.pt). Não temos ainda propostas do ME, mas temos as nossas. Vamos ver o que têm para apresentar e como agirão, sendo esta uma prova de fogo sobre a qual os professores estarão de olhos postos.”

Um esforço solidário

“Vamos debater a situação que se vive, consolidar propostas, decidir formas de atuação, mas também iremos discutir e decidir o nosso futuro interno, a nossa direção. E esse deve merecer de todos nós um grande esforço de convergência, consenso e unidade. Um esforço coletivo. Um esforço solidário,” destacou. Mário Nogueira afirmou ainda: “A FENPROF tem vindo a evoluir no discurso, nos temas

que debate, na forma de comunicar e chegar aos professores e não se deixa prender em processos burocratizados de trabalho. Mas não se desprende de um modelo sindical que a tornou a maior e mais representativa organização sindical de docentes e investigadores em Portugal.”

Sindicalismo de classe

A FENPROF, realçou, “não nega, nem negará o sindicalismo de classe, por ser o que serve os interesses e melhor defende os direitos de quem trabalha”.

E mais: “Envolve-se, de forma empenhada, no espaço solidário que é a CGTP onde, com outros trabalhadores, luta por um futuro melhor, só possível com uma efetiva transformação da sociedade e esta não se alcançará se cada um ficar pelas suas tamanquinhas, entretido a regar a sua horta, por viçosa que a consiga ter. É obrigação de todos e de todas. De homens e mulheres e de quantos não se reveem nessa classificação binária dos seres humanos. É responsabilidade, em particular, da classe trabalhadora que terá de pegar com as suas mãos essa tarefa, e essas mãos terão de saber ser o movimento sindical. A FENPROF tem uma elevada responsabilidade neste domínio,



Falta de professores: que caminhos?

A falta de professores é um problema anunciado, desvalorizado e que resulta de anos de parco investimento na Educação e nos seus profissionais. Com medidas avulsas disfarça-se numa escola ou noutra, numa ou noutra região, mas será sempre à custa de dificuldades acrescidas nas restantes, pois a manta é curta. Por vezes, os governantes, enganando-se a si próprios e querendo enganar os outros, afirmam tratar-se de um problema que se resolverá de acordo com a regra da procura e da oferta: hoje há falta, portanto, a partir de amanhã teremos uma fila imensa de candidatos. Também não resistem à tentação de atribuir a falta em certas regiões a um excesso de mobilidade do corpo docente e, à falta de melhor justificação, responsabilizam os professores. A mensagem mais forte que passam é de um alegado e relevante número de docentes prevaricadores que atestam fraudulentas situações de doença. São fracas aquelas “justificações.” A primeira porque se os professores ficassem impedidos de se movimentarem, aproximando-se das suas famílias ou de locais em que são clinicamente acompanhados, a falta sentir-se-ia na mesma só que em outras regiões e, eventualmente, até cresceria o absentismo numa profissão que tem das mais baixas taxas na Administração Pública; a segunda porque qualquer baixa por doença é atestada por médico e não pelo próprio, havendo forma de a confirmar, através de junta médica, sempre que a dúvida se instale. Apontar suspeitos e ficar por aí só serve quem, à falta de argumentos, pretende sacudir a água do seu capote.

Indispensável valorização da profissão docente

Para dar resposta ao problema, gravíssimo, que temos pela frente não há alternativa à indispensável valorização da profissão docente. Não é necessário rever globalmente a carreira, basta que a mesma seja cumprida sem sujeição a vagas impostas por decisão política, sem quotas que pervertem a avaliação do desempenho e sem eliminação de tempo que foi cumprido pelos professores; não é preciso criar um regime excecional de vinculação, basta que se apliquem as normas gerais vigentes, deixando de se exigir aos professores que trabalhem dez a vinte anos para se livrarem da precariedade. O

governo tem de perceber que há condições que são necessárias para recuperar os que abandonaram a profissão, para atrair jovens para os cursos de formação inicial e estimulando os que permanecem ao serviço, cansados e, muitos, desiludidos, para garantir que estes não saiam antecipadamente. Ou seja, é preciso que os governantes, os decisores políticos em geral e o país compreendam que neste tempo em que a Educação terá de ser prioridade, também é tempo de ser tempo dos professores.

Ouve-se dizer que o problema se resolveria se fossem as escolas a recrutar os seus próprios professores; não é verdade, pois daí não resultaria um maior número de profissionais, resultariam, apenas, dependências que, sabemos, seriam do agrado das tutelas. Também há quem afirme que se os municípios tivessem essa competência, então sim, teríamos solução; não se compreende como. Talvez alguns resolvessem com incentivos que criassem para atrair profissionais, mas o seu problema seria resolvido à custa de outros, sem os mesmos recursos, crescendo o fosso das assimetrias. Nestes, mais pobres, as opções seriam recorrer a curiosos e gente de boa-vontade, encontrar forma de dispensar tantos quantos possível, oferecer à população escolar o que os fundos europeus financiassem, com o desvio prematuro dos jovens para as vias profissionais (vocacionais, mas com designação menos estigmatizada) e meias licenciaturas no ensino superior, que também garantiram a renomeação para CTeSP.

Atacar as causas do problema

O dinheiro não resolve tudo e por vezes ainda estraga mais quando se regam problemas com ele, disfarçando-os temporariamente, e não se atacando as causas. Só que, neste caso, a falta de investimento é mesmo um dos seus principais fatores, impedindo medidas de atratividade para a profissão e outras que, para serem tomadas, exigiam mais professores, como a redução do número máximo de alunos por turma, o cumprimento das normas de constituição de turmas que integram alunos com necessidades específicas ou o reforço dos apoios a todos os alunos, num quadro de efetiva educação inclusiva. Investir na profissão docente é fundamental, valorizando-a e se tal não está a acontecer não foi, como puderam

responsabilidade acrescida neste tempo de maioria absoluta e de grande convergência entre governo, Assembleia e Presidência, de que alguns ligeiros e raros irritantes, sendo exceção, confirmam.”

A força da FENPROF

Já na ponta final da sua intervenção, o dirigente sindical sublinhou: “A FENPROF somos todos nós, os professores, educadores e investigadores aqui representados pelos delegados a este 14.º Congresso; a FENPROF são os seus 7 sindicatos, uns com mais associados, outros com menos, o que decorre das regiões em que atuam, mas todos dignos de integrarem esta Federação que os considera, a todos, FENPROF, o que se deve refletir na sua representação; a FENPROF é esta diversidade que nós sintetizamos com a cor azul, um azul que, no entanto, se desdobra. Desdobra-se: no vermelho, branco e azul do SPN; no vermelho, branco e azul do SPRC; no vermelho e branco do SPGL; no azul e branco do SPZS; no grená e cinza do SPM; no azul e verde do SPRA; no azul e branco do SPE. Esta é a FENPROF, diversa, mas convergente, sendo essa a força que nos tem mantido e, estou certo, manterá unidos!” •



comprovar na viagem para Viseu, porque o dinheiro foi gasto nas obras do IP3.

Aliás, muitos não o confirmaram porque evitaram esse traçado, optando por uma volta maior e entrando pela A25. Mas quem quiser ver por onde anda o seu tempo de serviço perderá tempo se regressar pelo IP3. Olhe, isso sim, para o buraco negro de nome Novo Banco. É aí que está enterrado, como confirma o facto de quase quatro anos depois da declaração de António Costa, IP3 e carreira docente só terem avançado 2 anos, 9 meses e 18 dias.

Conversa para eleitor ouvir

Portugal está longe de cumprir as recomendações internacionais de verbas para a Educação, que apontam para os 6% do PIB.

Há anos que esse valor fica aquém de 4%, já contando com os fundos europeus. Enquanto assim for, pode disfarçar-se a falta de professores com desrespeito pelos limites de alunos nas turmas, a não redução nas situações previstas, impondo sobretrabalho aos professores, recorrendo a aposentados

ou chamando quem não quis ser professor, mas, agora, à falta de melhor, resigna-se com isso.

Mas, se assim for, não nos iludamos: o défice de formação e educação de que o Primeiro-Ministro um dia falou irá manter-se, talvez agravar-se, e só hipocritamente os governantes poderão afirmar que a Educação é prioridade. Alguns continuarão a afirmar, mas não passa de conversa para eleitor ouvir. | *Da intervenção de abertura, por Mário Nogueira, 13/05/2022, Viseu* ●



Mário Nogueira na intervenção de encerramento: “Os professores não podem ficar para trás. Este é tempo de ser o tempo dos professores”

“A luta é mesmo para continuar!” Se há frases que podem sintetizar um Congresso de dois dias, com centenas de participantes, claramente apontado ao futuro, essa é, sem dúvida, uma delas. Foi ouvida já nos momentos finais do grande encontro de Viseu.

Mário Nogueira falava na intervenção de encerramento do 14º Congresso, ao longo da qual abordou as grandes preocupações que marcam a intervenção da FENPROF em defesa dos professores e do ensino. O dirigente sindical realçou a importância da “via negocial” mas desde logo afirmou: “Se o bloqueio regressar, não temos dúvidas sobre o caminho a seguir: a luta reivindicativa!”

“Nunca deixaremos cair a contagem integral do tempo de serviço”, afirmou o Secretário Geral da FENPROF, que lembrou

também que “a escola pública é a que dá resposta a todos”.

“Os professores não podem ficar para trás. Este é tempo de ser o tempo dos professores”, sublinhou.

Depois de falar da renovação dos órgãos de direção da Federação e dos objetivos da coordenação colegial (“para fazer mais e melhor”), Mário Nogueira declarou: “Saímos deste 14º Congresso reforçados e mais bem preparados para elaborar as propostas que vamos apresentar ao Ministério da Educação”, para as diferentes áreas e problemas e sempre “em defesa dos professores e educadores”.

“Os Sindicatos não se acomodam e ousam novas formas de organização”, afirmou noutra passagem.

“A democracia funcionou aqui”

Nogueira deixou agradecimentos aos convidados, nacionais e estrangeiros; aos delegados e aos funcionários que trabalharam no Congresso, destacando a democraticidade, o espírito combativo e de unidade que marcaram o desenvolvimento dos trabalhos da assembleia magna da FENPROF do primeiro ao último momento. “A democracia funcionou aqui”, referiu.

Uma palavra final para salientar, das palavras de Mário Nogueira, o apoio expressivo dos delegados à resolução sobre ação reivindicativa, “a nossa bússola de orientação” para o trabalho sindical que “vamos ter nos próximos tempos.” | JPO ●



**Mensagem
do Secretário Geral
da IE, David Edwards**

“É fundamental o investimento nos profissionais da educação”

“Um Congresso é sempre um momento chave para a vida sindical e este ano tem particular significado”

- afirmou David Edwards no início da mensagem em vídeo que chegou ao 14º Congresso Nacional dos Professores e que foi seguida pelos delegados e convidados através dum ecrã.

Depois de reafirmar a solidariedade dos professores e educadores representados pelas organizações que integram a IE com os docentes portugueses e de falar das “consequências severas” da pandemia para estudantes, professores e outros profissionais de educação em todo o mundo, o Secretário Geral da Internacional de Educação (IE) sublinhou que “os desafios que enfrentamos são grandes” e que a IE está atenta ao “desgaste da profissão” e às “necessidades dos alunos e das escolas” em todos os continentes.

Noutra passagem, recordou que “já antes da pandemia”, os professores portugueses foram “subvalorizados e mal pagos”, vítimas do “aumento da carga de trabalho”, das injustiças, da

precariedade e da instabilidade. Tudo isto provocou o abandono da profissão e o desencanto de milhares de jovens pelos cursos de formação de professores, observou.

“São necessários 69 milhões de professores”

“Em todo o mundo”, apontou David Edwards, já antes da pandemia “eram necessários”, de acordo com os estudos da ONU, “mais de 69 milhões de professores”.

“Temos que trabalhar em conjunto para construir o futuro”, afirmou. E o futuro passa por uma “educação de qualidade e inclusiva, por condições de trabalho e por profissionais reconhecidos”, lembrando, a propósito, o papel e as responsabilidades dos governos nessas matérias. “O investimento nos profissionais do ensino e o investimento público na área da educação são fundamentais”, destacou.

Dirigindo-se de novo aos professores portugueses, o dirigente da IE garantiu que “terão sempre o nosso apoio e solidariedade”.



Bloco de notas

É urgente aumentar o número de jovens a frequentar cursos de formação inicial de professores. Lembro que, no âmbito dos dados recolhidos pelo PISA, apenas 1,5% dos jovens portugueses de 15 anos admitem vir a ser professores, bem abaixo da média de 5% verificada na OCDE, importando, no entanto, sublinhar, que a baixa percentagem de jovens a desejar um futuro na docência não resulta de uma opinião negativa dos seus professores. Pelo contrário, os jovens portugueses são dos que neles depositam maior confiança.

Da intervenção de Manuela Mendonça, Presidente do Conselho Nacional e Secretária para as Relações Internacionais da FENPROF, na abertura do seminário internacional, 12/05/2022

Existe há muito um tipo de sindicalismo afastado dos trabalhadores e dos seus locais de trabalho, centrado nos gabinetes e permeável às intenções e pressões do poder, em regra conciliador e disponível para concessões, mesmo em matérias de princípios. Não é esse o modelo que a FENPROF assume.

Da resolução sobre a ação reivindicativa aprovada

Não conseguiremos fazer um país harmonioso e solidário se continuarmos com esta assimetria gritante entre as regiões do país, é um discurso que não me canso de continuar, porque acho fundamental se queremos de facto evitar esta sangria gritante do interior para o litoral.

Da saudação do Presidente da CM de Viseu, Fernando Ruas, na sessão de abertura

O congresso termina e os professores e a FENPROF dizem a todos, ao país e ao poder em particular que a luta é mesmo para continuar”, declarou Mário Nogueira no encerramento da reunião magna que se realizou em Viseu.

JN, 14/05/2022

Vamos continuar a defender uma escola pública de qualidade e um investimento na educação, no ensino e na ciência, que são fundamentais, mas os professores não podem continuar a ficar para trás, avisou Mário Nogueira.

DN/Lusa, 14/05/2022





Algumas comunicações de membros do Secretariado Nacional da FENPROF destinadas a fazer a análise da situação em relação a diversos temas importantes para a ação sindical e a lançar o debate, no Congresso, sobre a intervenção a realizar

Educação Inclusiva, desafio educacional, social e político



A inclusão é um dos maiores desafios do século XXI. É um desafio educacional, social e político. É impensável falar de educação sem falar de inclusão numa escola e numa sociedade que se querem democráticas.

O DL 54/2018 é o diploma que pretende uma mudança de paradigma da Educação Especial para a Educação Inclusiva.

Decorridos 4 anos da sua implementação muito há a fazer para garantir o sucesso de todos os alunos.

Atualmente ainda há alunos que não têm os apoios necessários e adequados às suas características porque o número de assistentes operacionais, de docentes de educação especial e de outros profissionais é insuficiente. A mudança de paradigma para uma verdadeira inclusão só acontecerá se efetivamente conseguirmos dar resposta às necessidades específicas e individuais de cada aluno, independentemente do custo dos recursos humanos e materiais necessários.

Os 2 últimos anos ficaram marcados por uma pandemia e o ensino remoto provocou o aprofundamento das desigualdades.

Entre os mais visados estão as crianças e os jovens com menor autonomia, com

maiores dificuldades de aprendizagem e que necessitam de apoio presencial de docentes especializados e/ou de outros profissionais.

Tal como foi afirmado num levantamento realizado pela FENPROF em 2020, o “ensino a distância não está em sintonia com a inclusão”.

Era e é necessária uma intervenção mais continuada, com mais horas de apoio docente e de técnicos e terapias...mas não é essa a realidade nas nossas escolas.

Apesar da insistência da FENPROF, há 2 áreas onde crianças e jovens e as respetivas famílias continuam a ser desrespeitadas: a Intervenção Precoce (IP) e o apoio a alunos com necessidades especiais no Ensino Superior.

A FENPROF entregou, em 2019, uma petição com mais de 4 mil assinaturas a exigir a criação do grupo de recrutamento da Intervenção Precoce porque para o trabalho específico desenvolvido nesta área é fundamental uma formação especializada. Atualmente há docentes do ensino secundário colocados na IP sem qualquer formação adequada para trabalhar com crianças dos 0-6 anos de idade.

Esta petição foi promovida em parceria com a APEI (Associação de Profissionais de Educação de Infância), a APD (Associação Portuguesa de Deficientes), a CNOD (Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes) e a CGTP-IN.

Na sequência desta petição foram apresentados projetos de resolução para a criação do grupo de recrutamento da IP na Assembleia da República, tendo sido

aprovados por todos os partidos à exceção do Partido Socialista que, isolado, votou contra. Desconhecemos as suas razões mas decorridos 3 anos o Partido Socialista continua a desconsiderar e a desrespeitar estas crianças, estas famílias e os docentes que com eles trabalham.

Outra situação discriminatória é a ausência de legislação para os alunos com necessidades especiais no Ensino Superior.

A inclusão destes alunos não pode depender da boa vontade das instituições. É urgente a necessidade de políticas educativas que regulamentem os apoios a prestar a cada um dos alunos com necessidades especiais neste setor.

A passagem da informação destes alunos do ensino secundário para o ensino superior é inexistente. O DL 54 atua desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário. Nada está definido para o ensino superior. A existência de legislação nacional, que obrigue à articulação destes 2 níveis de ensino (secundário e superior), bem como à atuação concertada das instituições no apoio a estes alunos, será crucial para o acesso, permanência e sucesso destes alunos no ensino superior.

O conceito que defendemos de inclusão é muito mais abrangente que a Educação Especial.

Por esta razão, a FENPROF criou o grupo de trabalho da Educação Inclusiva e integrou o grupo da Igualdade e Equidade do Comité Sindical Europeu de Educação.

Toda a pessoa nasce livre e igual

em dignidade e em direitos (artº 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos), independentemente da sua naturalidade, nacionalidade, religião, género, condição económica, identidade ou orientação sexual, ideologia, diversidade funcional (condição física ou psíquica), idade, cor, entre outras características individuais. Durante este mandato, a FENPROF promoveu debates para despertar consciências e mudar atitudes e deverá continuar a fazê-lo.

No século XXI a Inclusão não pode ser apenas um “chavão” político. A inclusão é a equidade entre cidadãos e o respeito de todos por todos, adequando as respostas às necessidades de cada um. A inclusão é uma questão de Direitos Humanos.

A FENPROF continuará o seu trabalho em defesa de uma Escola Pública de qualidade, gratuita, democrática e inclusiva de todos, para todos e com todos!

Ana Simões, Secretariado Nacional da FENPROF

Combater a municipalização da educação, defender a Escola Pública.



O processo de municipalização está muito longe de poder ser designado como descentralização, como faz o governo.

No que respeita ao funcionamento das escolas o governo não transfere para ninguém – escolas ou autarquias – nenhum dos poderes da sua estrutura política e administrativa. O que o governo faz é retirar às escolas os poucos poderes de decisão que tinham e passá-los para as câmaras municipais. A isto só pode chamar-se (re)centralização, mas nunca descentralização.

As obras e manutenção dos edifícios escolares dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário são a única matéria que sai da esfera de decisão do governo e passa para as autarquias. Ou seja, o governo descentraliza apenas a *carga de trabalhos* e a despesa com os edifícios. O que está a acontecer já em muitos concelhos.

Nos últimos tempos temos vindo a assistir à contestação de várias autarquias a todo este processo. Mas, não tenhamos ilusões – na maioria dos casos as razões das câmaras municipais não são as nossas. Há exceções, por exemplo as câmaras do Seixal e de Santiago do Cacém tornaram públicas posições que acompanham, no essencial o que temos dito. Mas, sobretudo, no caso mais

noticiado – a Câmara do Porto – a contestação é outra. Afirmam que o chamado envelope financeiro é curto. E é muito curto entregar às câmaras 20.000 euros por edifício para obras. Qualquer reparação do telhado de um pavilhão pode custar bem mais.

Mas, nas suas posições a questão central é que alguns querem colocar os docentes na alçada das câmaras municipais. Para eles esta é questão central. Aqui se incluiriam a colocação de professores e educadores, a gestão da carreira docente e as progressões, a avaliação do desempenho, o poder disciplinar, as férias faltas e licenças, o desenvolvimento da atividade docente e até decisões sobre a organização curricular. Se este caminho fosse seguido, em poucos anos, a Escola Pública seria irreconhecível. E nalguns casos, teria pouco de pública ...

Como é óbvio estas posições estão *do outro lado da barricada* dos professores e educadores.

A nossa alternativa é aumentar o financiamento da educação para 6% do PIB, instituir um modelo de gestão democrática e concretizar um processo que garanta autonomia às escolas e agrupamentos. O governo não dá sinais de querer avançar soluções nestas matérias. Aliás tudo o que vai fazendo caminha em sentido contrário. Quem, no governo, falou pela primeira vez em autonomia foi Roberto Carneiro, daí para cá, sempre que a conversa da autonomia aparece vinda da área do poder, o governo encontra os mais variados esquemas para, centralmente, mandar nas escolas e limitar as suas decisões – inventaram direções regionais, centros de área educativa e chegaram às plataformas digitais que lhe permitem tudo decidir a partir da estrutura político administrativa central.

Pode não ser fácil, mas temos que continuar este combate contra a municipalização da educação. Não será fácil, porque como em muitas outras áreas da vida nacional, PS e PSD estão de acordo. Aliás este processo iniciou-se com António Costa e Rui Rio a assinarem um acordo com direito a cerimónia pública.

Travamos este combate desde 1984, quando o governo quis colocar no orçamento de estado um artigo que, no 1º ciclo e educação pré-escolar, passava tudo para as autarquias. Travámos este combate, em 2015, quando o governo do PSD e CDS quis implementar os chamados contratos interadministrativos de transferência de competências. Travamos este combate agora que o governo quer impor em todo o país este processo que visa a desresponsabilização do poder central em áreas tão importantes como a educação, a saúde ou o apoio social, entre outras.

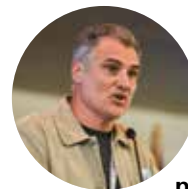
A FENPROF desenvolveu nos últimos anos uma intensa atividade contra a municipalização da educação – abaixo-assinados concelhios dirigidos às câmaras e assembleias municipais,

uma petição entregue na Assembleia da República, distribuições de documentos aos autarcas junto aos congressos da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, reuniões com autarcas, concentrações, etc. Ainda não conseguimos reverter este processo, mas vamos conseguir.

Este processo tem tudo para correr mal aos seus fervorosos defensores. Alguns que hoje não acompanham as posições da FENPROF lá chegarão mais cedo que tarde.

Francisco Almeida, Secretariado Nacional da FENPROF

A Carreira Docente hoje



No que à Educação diz respeito, um sobressalto percorre este tempo. Faltam professores, ouvimos dizer. Apesar de ser problema há muito por nós sinalizado, hoje a preocupação envolve pais, encarregados de educação, diretores de escola, especialistas em particular e comunicação social em geral. Até uma certa ex-ministra da educação, quiçá alheia a qualquer responsabilidade na matéria, assume tal sentimento.

Porque faltam professores?

Em iniciativas realizadas em abril, maio e junho do ano passado apontámos a origem da coisa – precariedade, horários sobrecarregados, condições de trabalho degradadas, avaliação de desempenho docente iníqua e carreira estagnada -, ou seja, a valorização material da profissão e da carreira não permitem fixar os que estão nem chamar outros para docência.

Há uns anos que a FENPROF chama a atenção para o problema e os responsáveis do Ministério da Educação desdenhado - lá estão os do costume, sempre a chatear! Dizia, mesmo, Nuno Crato: “Não se preocupem, se não houver professores, arranjam-se do Brasil”.

Nos últimos quatro anos, apesar das muitas iniciativas realizadas, das propostas entregues repetidas vezes na portaria do Ministério da Educação, deixaram-nos a falar para o boneco. Fizemos, até, há precisamente um ano, uma sessão de esclarecimento para uns bonecos de cartão, enchemos o espaço em frente ao Palácio da Ajuda e, uns dias depois, o Rossio, apresentando relatos concretos de professores anónimos e dos problemas da carreira:

- 6 anos, 6 meses e 23 dias de serviço prestado e não contado;
- cinquenta e cinco mil docentes vinculados antes de 2010 ultrapassados por colegas com menos tempo de serviço;
- quatro mil quinhentos e setenta e

um professores retidos no 4º e 6º escalões aguardando vaga para progredir;

- mais de dois terços dos docentes em avaliação impedidos de obter Muito Bom e Excelente, mesmo que a classificação o indique.

Dessa iniciativa recorde um dos testemunhos, o da Carla, uma professora de Viseu:

“Trabalha a 60 km de casa. Todos os dias sobe a serra em companhia da estrela da manhã, a mesma serra que, à noite, percorre em sentido contrário. Tem 61 anos de idade e 27 de serviço. 27 anos de serviço porque, nos primeiros quinze de funções, somou horários incompletos. Já nesse tempo a conciliação do trabalho com a vida pessoal e familiar era feita à portuguesa, isto é, a Carla, para conciliar a vida pessoal e familiar com o trabalho, conciliou-se com horários incompletos e mais próximos da habitação, nunca ultrapassando distâncias escola-habitação superiores a hora e meia de viagem para cada lado. Hoje, com 27 anos de serviço, deveria estar no 8.º escalão. Mas não, está no 4.º, aguardando vaga para aceder ao 5.º.”

Ainda bem que uma recente exemplificação com frutas, pratos e colheres voltou a colocar o assunto na ordem do dia. Aos seis anos e meio de tempo não contado, juntam-se quatro em média das ultrapassagens, ao qual soma pelo menos um ano e tal de espera no acesso ao 5º escalão e mais três no acesso ao sétimo. Contas feitas, quem apanhar todos estes travões é penalizado em quinze anos de serviço, ou seja atinge o topo da carreira aos 49 anos de serviço, na prática, reforma-se no sétimo escalão com um pensão equivalente a um salário de início de carreira.

É esta a carreira real, bem longe da consagrada no papel – 10º escalão aos 34 anos de serviço, assim reza a letra da lei, assim se escreve quando interessa. Ainda há dias o Vítor Godinho lembrava: Em 2005 um professor com trinta anos de serviço estava no topo da carreira de então, ao passo que hoje está no quarto escalão. Até aqui tudo bem, não é o número do escalão que importa mas o salário auferido e aqui a comparação é esclarecedora – 1.127 euros a menos em 2022 quando feita a comparação com 2005. Não há palminhas à janela, nem palmadinhas nas costas ou prémio do melhor professor que compensem esta diferença salarial, nem as suas consequências na composição do valor da pensão de reforma.

Diz e bem uma pancarta nossa que temos usado: **Não há maneira, tantos anos de serviço sem reflexo na carreira.**

Não há uma carreira docente única. É, isso sim, única a carreira de cada um, a carreira de cada professor. Depende se lecionou e leciona na Região Autónoma dos Açores, se lecionou ou leciona na Região Autónoma da Madeira, se vinculou antes de 2010 ou depois

de 2010, se teve Muito Bom ou Excelente na avaliação de desempenho docente, se dispensou ou integrou a lista de espera no acesso aos 5º e 7º escalões. Tão única e aleatória é a carreira de cada um, numa profissão em que o serviço distribuído e as tarefas são praticamente as mesmas ao longo de toda a vida profissional.

Está muito bem os colegas vinculados após 2010 iniciarem a carreira no índice 167. O que está mal é os ultrapassados com o mesmo tempo de serviço não contarem o tempo de igual modo.

Está muito bem os professores dos Açores e da Madeira recuperarem todo o tempo congelado. O que está mal é os professores do continente só recuperarem 1018 dias, dos 9 anos, 4 meses e 2 dias “congelados”.

Está muito bem na Região Autónoma dos Açores não existirem quotas de acesso ao 5.º e ao 7.º escalões ou o número de vagas ser igual ao número de candidatos, como sucede na Região Autónoma da Madeira. O que está mal é os professores do continente terem quotas para Muito Bom e Excelente na avaliação de desempenho docente e vagas, ainda por cima tarde e a más horas – hoje, 14 de Maio de 2022, ainda não foi publicado o despacho de vagas relativo aos professores que completaram o tempo de permanência no escalão em 2021, cuja publicação deveria ter ocorrido até 31 de janeiro 2022!

Se queremos valorizar os que estão e chamar outros à profissão é preciso recuperar todo o tempo não contado, reposicionar os ultrapassados, eliminar vagas no acesso ao 5.º e 7.º escalões e as quotas da avaliação de desempenho docente. Não desistiremos. Cala fundo na nossa alma a frase de 2008 – CARREIRA SÓ HÁ UMA, PROFESSOR E MAIS NENHUMA.

Francisco Gonçalves, *Secretário-geral Adjunto da FENPROF*

Formação Inicial de professores



A falta de professores nas escolas é hoje um tema central que suscita grandes preocupações e que a FENPROF colocou na agenda mediática; talvez por isso, a Comunicação Social tem dado um destaque significativo a este problema.

Comunicação Social tem dado um destaque significativo a este problema.

Este é um assunto que há muito tempo nos preocupa e ao qual temos dedicado a devida atenção, é um fenómeno que se agrava de ano para ano e que infelizmente, não tem tido por parte da tutela, a merecida atenção.

Apesar deste acordar tardio para a realidade, espera-se que o Ministério da Educação compreenda a gravidade do problema criado e perceba também que a sua resolução implica uma abordagem séria e bem estruturada e não o anunciar de medidas avulsas e desajustadas.

Os números estão em cima da mesa, são fornecidos pelo próprio Ministério: a Direção Geral das Estatísticas para a Educação concluiu que cerca de 57,8% dos professores do quadro se vão aposentar até 2030.

Isto é mais de metade e já nos próximos 8 anos. Esta é a realidade.

E esta realidade, caros colegas congressistas, não tem nada a ver com o fenómeno verificado nos anos 70 e 80, quando existia também um deficit de professores devidamente qualificados, agudizado, essencialmente, pelo crescimento exponencial do número de alunos e pela falta de resposta do sistema no que diz respeito à oferta de professores qualificados.

Atualmente, o sistema educativo está estabilizado em termos do número de alunos e as projeções dizem, inclusivamente, que nos próximos teremos uma diminuição do número de alunos inscritos nas escolas públicas; ainda assim, a falta de professores, se nada for feito, vai persistir.

As projeções apontam para a necessidade de contratar mais 34 508 professores até 2030/31; este é o total cumulativo necessário segundo estas mesmas projeções, o que implica recrutar, em média, cerca de 3450 professores por ano.

Mas, e há sempre um mas, como atrair jovens para uma profissão num quadro de rutura e desvalorização da profissão docente?

Como atrair jovens, quando sucessivos governos, o atual incluído, se demitiram de promover a construção de uma imagem pública positiva da carreira docente?

Os resultados estão à vista, as Instituições de Ensino Superior que formam para a docência debatem-se com uma gritante falta de jovens para a frequência destes cursos.

Reverter este processo é fundamental, é um problema cuja resolução não é simples e que, por isso, precisa de profundas intervenções tanto a montante como a jusante.

A formação inicial de professores está, como é óbvio, intimamente ligada à atratividade da carreira, nomeadamente, à sua estrutura, aos salários, às condições de trabalho para o exercício da profissão, à segurança e estabilidade que eventualmente possa oferecer.

Em suma, se é ou não atrativa, se vale ou não a pena investir nesta saída profissional é o que, com toda a certeza, pensa um jovem, hoje em dia, quando acaba o ensino secundário.

Para a FENPROF, investir na Formação Inicial de Professores é uma preocupação que sempre assumimos como central.



Sempre entendeu a Federação que a formação inicial tem que ser um vetor fundamental para a construção de uma ética profissional, para a valorização da profissão docente e, claro, da Educação.

Este foi um desiderato que sempre assumimos, aliás, quando logo no pós 25 de abril, exigimos e defendemos a consagração de uma formação inicial superior para todos os educadores e professores.

Por isso, exigimos a reforma das escolas do magistério primário; exigimos a criação dos primeiros cursos públicos para a formação de educadores de infância; exigimos a requalificação dos regentes escolares; o aumento dos centros de estágio para os professores, na altura professores do designado ensino preparatório e ensino secundário; a criação dos sistemas de profissionalização em exercício; a redefinição das habilitações para a docência e o complemento de habilitações e a consagração de um conjunto de princípios gerais sobre a formação docente.

Esta preocupação da FENPROF, também esteve sempre presente, quando participou na elaboração, em 1986 da Lei de Bases do Sistema Educativo e no processo de construção do nosso Estatuto de Carreira Docente que teve em 1990 a sua primeira versão.

A situação que hoje vivemos tem que ser forçosamente revertida, o que implica uma abordagem séria, reflexão e acima de tudo, auscultação e negociação. Se nada disto acontecer, as consequências serão desastrosas.

É o projeto de uma Escola Pública, a cuja construção estamos profundamente ligados, que está em causa e está em perigo.

Nesse sentido é fundamental:

Alterar o quadro legal existente, que impõe limitações à autonomia das Instituições de Ensino Superior, agravado por uma redução do financiamento de muitas instituições, o que lhes retira capacidade de decisão, obrigando-as por vezes, a lógicas de oferta de formação em que a preparação científica e ou técnica dos alunos nem sempre é prioritária. Terá isto, com certeza, implicações em todos os cursos, incluindo, obviamente, nos de formação de docentes;

Mas também:

- Identificar por Região, por Agrupamento de Escolas, em cada Zona Pedagógica, por nível de ensino e grupo de docência, as necessidades docentes. Esse diagnóstico tem de ser feito.

- Comprometer as Instituições de Ensino Superior (IES) que formam professores com projetos de aumento do número de formandos, de promoção de mestrados em educação e ensino, contrariando o acelerado processo de desertificação destes cursos de formação de docentes;

- Voltar a remunerar o trabalho dos estagiários nas escolas, onde realizam os seus estágios com a prática de ensino supervisionada;

- É importante, também, perceber qual a motivação dos estudantes que escolhem os cursos de formação de professores, ou seja, conhecer e perceber as razões e os motivos invocados pelos estudantes para a escolha, ou a não escolha, destes cursos de formação de docentes;

- Promover a realização de campanhas de sensibilização, junto dos jovens à saída do Ensino Secundário, sobre a importância, o valor e a gratificação de ser professor(a).

- Concretizar o ano de indução é também fundamental. Este é um momento-chave que confronta, logo no início, o recém-formado com todo o caminho de formação que realizou. É o momento do confronto inicial com a realidade profissional, que deverá merecer um estreito acompanhamento por parte de colegas experientes.

Este é um desafio, um grande desafio!

Enveredar por medidas avulsas, pelo facilitismo ou por um modelo de “formação acelerada” seria um erro que rapidamente se pagaria caro.

No imediato, entende a FENPROF, é necessário apostar em fatores de atratividade

da profissão docente, mas também é fundamental voltar a recuperar os milhares de docentes que a abandonaram.

E isso implica, nunca é demais repeti-lo, revalorizar a carreira, criar segurança e estabilidade de emprego, garantir condições de trabalho nas escolas e garantir condições dignas de aposentação.

Para esta negociação os professores estão prontos e têm propostas!

José Feliciano Costa, *Secretário-Geral Adjunto da FENPROF*

Há que alterar o atual modelo de gestão



Se há fator determinante para a qualidade das relações de trabalho e do próprio clima de escola, é o seu modelo de governação. Como é fácil constatar, e a investigação tem comprovado, o atual modelo tem inquestionavelmente contribuído para a deterioração do clima de trabalho e para a erosão da vida democrática das escolas, pelo que se impõe a sua alteração, afirmou Manuela Mendonça na tribuna do 14º Congresso.

Quando comecei a pensar no que podia dizer aqui hoje sobre a importância da gestão democrática e a luta que a FENPROF tem travado para a defender, questionei-me sobre o que é que poderia acrescentar de



novo, ao que, sobre esta matéria, disse já noutros congressos. E concluí que a resposta é: muito pouco! - reconheceu a presidente do Conselho Nacional da FENPROF. Que, de imediato, explicou porquê:

- porque os problemas relativos ao atual regime de gestão escolar se arrastam desde 2008, sem que nada de significativo tenha sido alterado;
- porque a análise crítica que fazemos do cariz antidemocrático do modelo em vigor também não se alterou – apenas se reforçou;
- porque a defesa da gestão democrática sempre esteve na agenda reivindicativa da FENPROF e por isso, nos últimos 3 anos, continuamos a desenvolver iniciativas junto do Governo e da Assembleia da República, visando uma alteração legislativa nesta área;
- porque, tendo alguns partidos apresentado novas iniciativas legislativas para alterar o atual regime, essas iniciativas tiveram exatamente o mesmo resultado de outras idênticas no passado: o voto contra dos dois maiores partidos, inviabilizando qualquer alteração;
- e também porque – por razões que valerá certamente a pena aprofundar –, apesar de os professores se manifestarem recorrentemente preocupados com a falta de gestão democrática nas escolas, não tem sido possível mobilizá-los em grande número para desenvolver uma ação mais impactante, capaz de desequilibrar

a correlação de forças a nosso favor, obrigando o governo a alterar o atual regime.

Mais adiante, a dirigente da FENPROF e do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) recordou:

“Registo que nos dois ciclos de debates promovidos pelo Centro de Formação Salvado Sampaio, em 2021 e 2022, em ambos, o primeiro tema em discussão foi em torno desta temática. Relembro aqui alguns tópicos abordados no primeiro desses debates, que teve justamente como lema “Pela democracia nas escolas!” e que contou com a participação do Professor Licínio Lima e de três deputadas - do BE, do PCP e do PAN – em representação dos grupos parlamentares que tinham apresentado iniciativas legislativas (dois projetos de lei e um projeto de resolução respetivamente), visando a alteração do DL 75/2008.”

Nesse debate, prosseguiu a dirigente sindical, Licínio Lima, afirmando que a democracia e a participação nas escolas não são hoje preocupações políticas, educativas ou pedagógicas, antes estando subordinadas a lógicas de ação de tipo gestor, apresentou algumas das principais conclusões de um estudo da Universidade do Minho, ‘Diretores Escolares em Ação’.

Destaco algumas:

- Definido pelo legislador como o “rosto da escola”, o diretor mais facilmente pode ser transformado no rosto do Ministério junto de cada escola;
- Preside, por inerência, ao conselho pedagógico, hoje fortemente menorizado, e

evidencia grande influência na composição do conselho geral, que tende a desvalorizar;

- Apresenta-se como candidato ao cargo com um projeto de intervenção que, se em princípio se deve adequar ao Projeto Educativo em vigor, não deixa de poder ser tomado como referência para inverter aquela hierarquia;

- Revela um poder de agendamento no interior do conselho geral que lhe garante uma grande influência nesse órgão, apesar de, formalmente, se encontrar impedido de votar.

Mais adiante, Manuela Mendonça afirmou:

“Assinalando o facto de o diretor concentrar um conjunto alargado de poderes, num claro contraste com o modelo anterior, Licínio Lima lamentou a forma despolitizada como vários atores escolares inquiridos (professores incluídos) afirmam que, apesar de tudo, nada de essencial mudou, relevando o facto de, em muitas situações, o diretor ser o anterior presidente do conselho executivo, não compreendendo como o modelo de governação foi profundamente alterado, de resto um dos objetivos políticos assumidos pelo legislador.

“Relativamente aos projetos legislativos à data em discussão, sublinho que, embora partissem de ângulos diferentes, as perspetivas defendidas eram, em muitos aspetos, convergentes, tendo a FENPROF, em parecer emitido por solicitação da Assembleia da República, expressado a sua concordância genérica com os motivos invocados nos três projetos, assim como com muitas das soluções propostas. Projetos que, sem surpresa, viriam a ser todos chumbados pelo PS e pelo PSD.”

“Aqui chegados, e reconhecendo todas as dificuldades, nesta como noutras matérias, só se perdem as lutas que se abandonam. E por isso, no início de uma nova legislatura em que o problema da falta de professores está na agenda política e mediática, este é também o momento de deixar claro que se o governo está preocupado e quer de facto inverter a situação dramática a que chegámos, a par da revalorização da carreira ou do rejuvenescimento da profissão, terá de melhorar as condições de trabalho nas escolas”, concluiu Manuela Mendonça.

Manuela Mendonça, Secretariado Nacional da FENPROF

Na defesa de um modelo de aposentação justo



A questão da aposentação é das que mais preocupa os professores, não só pelas questões relativas ao envelhecimento, mas também no que concerne ao inerente desgaste físico e psíquico dos profissionais,

com a agravante das inexistentes políticas que visem o rejuvenescimento da profissão.

Muitos são os motivos que originam o desgaste nos profissionais, e as pressões exercidas a nível social e governativo foram e são decisivas. O agravamento das condições de trabalho, no que respeita aos horários de trabalho, ao aumento do número de alunos por turma, ao elevado número de turmas e níveis por professor, à quantidade de tarefas burocráticas impostas aos docentes, à instabilidade profissional, à relação hierárquica que se vive nas escolas, à violência e indisciplina, à instabilidade em torno da colocação, em que milhares de docentes ao iniciar cada ano letivo nunca sabem se vão ficar colocados, ou a que distância de sua casa poderão exercer a sua profissão, ao facto de muitos professores, por força da sua instabilidade profissional, não saberem como será o seu ano escolar e o dos seus filhos, às alterações introduzidas nos últimos anos ao regime de aposentação, são algumas das medidas impostas pelos sucessivos governos e consequências dessas medidas que contribuem para este desgaste.

Há muito que a FENPROF alerta para o problema do envelhecimento do corpo docente e, para a necessidade de rejuvenescer a profissão. Os sucessivos governos têm ignorado todos apelos, optando por desvalorizar o que está à vista de todos. Praticamente em todas as escolas, o corpo docente é extremamente envelhecido, e a necessidade de renovação geracional é cada vez mais visível e difícil de disfarçar.

A Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, deixa claro que nos últimos 20 anos assistimos ao aumento do fosso entre os docentes com menos de 30 anos de idade e os que já ultrapassaram os 50 anos, com o quase desaparecimento dos primeiros e o aumento exponencial destes últimos, ilustrando bem o grande retrocesso em matéria de rejuvenescimento da carreira que a profissão foi alvo pelos governos do PS, PSD e CDS.

Também instituições internacionais, como por exemplo a OCDE reforçam a pertinência das preocupações e apelos da FENPROF relativamente ao envelhecimento da profissão docente em Portugal, à necessidade da criação de um regime específico de aposentação dos professores e à urgência do rejuvenescimento do corpo docente.

Por mais que o governo procure ignorar esta legítima reivindicação dos docentes portugueses, refugiando-se em declarações de intenção, medidas ilusórias e falsas soluções, será a necessária e determinante luta dos professores e educadores para precipitar as necessárias mudanças legislativas e de alteração de políticas.

Ao longo da anterior legislatura a FENPROF apresentou ao governo, por várias vezes,

propostas com vista a encontrar um regime específico de aposentação. Com destaque para a entrega de propostas fundamentadas, de acordo com a legislação em vigor, para a abertura de processo negocial, contudo o governo recusou-se a cumprir a Lei (artigo 351.º da LTFP) ao não querer negociar esta e outras matérias com os sindicatos.

A proposta em questão aborda quatro aspetos fundamentais:

1. A aprovação de um regime específico de aposentação dos docentes.

Reivindicamos a aprovação de um regime específico de aposentação aos 36 anos de serviço admitindo-se, para atingir esse objetivo, um faseamento até à sua completa aplicação. Promovendo assim, o rejuvenescimento do corpo docente e dar resposta aos elevados desgaste e índice de exaustão emocional dos docentes resultante do exercício continuado da profissão em condições extremamente negativas.

2. A aposentação voluntária, sem penalização por idade, dos docentes com 40 anos de serviço.

Existem princípios que devem ser universais, isto é, aplicados a todos os trabalhadores. Um deles, defendido pelo movimento sindical e por muitas outras estruturas sociais, é a existência de um “limite” de anos de carreira contributiva a partir do qual os trabalhadores devem ter acesso à aposentação (reforma) sem qualquer penalização.

3. A aplicação do regime de pré-reforma aos docentes.

Reclamamos a aplicação do regime de pré-reforma aos docentes, com a fixação de normas específicas de aplicação universal aos docentes, com o objetivo de eliminar a possibilidade de decisões arbitrárias de que resultem situações discriminatórias.

4. A consideração do tempo de serviço não contabilizado para carreira para efeito de despenalização da aposentação antecipada.

Exigimos a possibilidade de utilização, por opção do próprio, do tempo de serviço cuja contagem para progressão na carreira foi “congelada” para efeitos de despenalização da aposentação antecipada de docentes.

Os professores e educadores sabem que a luta por condições dignas de trabalho e aposentação terão de passar por iniciativas que tenham maior visibilidade, iniciativas que levem este governo de maioria absoluta a olhar de forma séria para os problemas da carreira e para as justas reivindicações dos trabalhadores, iniciativas que, envolvam de forma expressiva todos os docentes de forma a pressionar o Governo e as suas políticas, também na defesa um regime de aposentação justo!

Só a luta, a unidade, o esclarecimento e a ação sindical nas escolas pode levar à mudança de políticas. O tempo é de luta e

exige mobilizar toda a classe docente, para intervir e sair em defesa dos seus direitos e justas aspirações!

Continuemos, por isso, a mobilizar toda a classe docente para intervir e lutar em defesa dos seus direitos e justas aspirações.

No plano sindical, o caminho é continuar a promover todas as ações que os professores considerem necessárias para continuar a reivindicar e a defender a valorização da escola pública e dos seus profissionais.

Manuel Nobre, Secretariado Nacional da FENPROF

Concursos e precariedade



A precariedade constitui hoje uma triste marca de água da nossa profissão, como confirmam os números a esta associados, que veremos adiante, devendo estar no

centro da nossa intervenção sindical.

Associados à incerteza quanto à continuidade do frágil vínculo laboral que caracteriza as relações contratuais precárias, estão – ou não fossem precisamente esses os seus objetivos – os salários mais baixos, piores condições de trabalho e de horário, uma proteção social mais frágil e regimes de férias, faltas e licenças e de avaliação mais penalizadores, para citar alguns exemplos. Ao mesmo tempo, a precariedade condiciona ou determina o adiamento da concretização de projetos de organização pessoal, familiar e social a que os docentes visados, como seres humanos, têm inalienável direito.

Mas a precariedade não se limita a criar problemas aos nela diretamente implicados, pois constitui um elemento de forte pressão exercida no sentido da erosão dos direitos arduamente conquistados por todos, incluindo os ditos não precários, ao mesmo tempo que dificulta a organização e o normal funcionamento das escolas, prejudicando o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Em tempo de progressivo aumento da falta de professores, com efeitos já bem visíveis em algumas regiões do país, e em tempo de rescaldo de um “combate decidido à precariedade” a que se comprometeu António Costa há 6 anos, não deixa de ser paradoxal que o número de docentes contratados a termo não pare de crescer.

(...)

Dois dados saltam à vista:

1.º - Em qualquer dos anos analisados, o número de vinculações é várias vezes ultrapassado pelo de contratações a termo, o que confirma que o ME poderia abrir muito mais vagas a concurso do que o que tem feito, ou, visto de uma outra perspetiva,



que a precariedade é uma opção política; a este propósito, recorro que no concurso externo que ainda decorre, para o ano 2022-2023, foram abertas 3259 vagas, número que fica muito aquém dos 9370 docentes contratados em horário anual e completo até 17 de setembro de 2021.

2.º - Não obstante o crescimento do número de entradas em quadro que se tem vindo a observar, tal não tem travado o aumento de contratados a termo no sistema, prova inequívoca do agravamento da precariedade.

Um outro indício contundente da precariedade está na idade e no tempo de serviço que em média é preciso acumular para entrar em quadro.

(...)

Como se constata, não só os dois indicadores são elevados em qualquer dos últimos 3 anos letivos, como têm tendido a aumentar, exceção feita para o ligeiríssimo recuo na idade observado entre os anos letivos 2020-2021 e 2021-2022.

Ainda mais eloquente do que estes dados está o relativo à extensão do tempo de serviço dos docentes que, nos mesmos 3 anos letivos, ficaram do lado de fora da porta da vinculação.

Como se observa, exceção feita ao leve recuo verificado no grupo dos docentes com 10 ou mais anos de serviço entre os dois últimos anos letivos, a tendência é de aumento do número de docentes com muito tempo de serviço que, ano após ano, são arredados da entrada nos quadros. Tomando o último ano como exemplo, 2021-2022, são mais os docentes com 10 ou mais anos

de serviço (11351), e até com 15 ou mais anos (4991), que não lograram entrar nos quadros do que o número de vagas abertas no concurso para 2021-2022 (3259)!!

Pouco interessa qual o ângulo por onde se olha este problema; o avolumar da precariedade que estes dados atestam, confirma o que há muito a FENPROF vem denunciando: que a designada norma-travão – que exige, para que a vinculação se torne imperativa, que os docentes acumulem 3 anos sucessivos de contratos em horários anuais e completos – é profundamente ineficaz para o cumprimento do propósito para que, alegadamente, foi consagrada – o de impedir o abuso do recurso à contratação a termo.

Partiremos, pois, para o processo negocial de alteração global do diploma de concursos tendo como um dos principais objetivos o de rever positivamente esta norma travão. A este propósito recupero aqui aquela que foi a última proposta apresentada pela FENPROF: vincular todos os docentes com 3 anos completos de serviço, desde que cumprida alguma continuidade de funções com o ME.

Infelizmente, o combate à precariedade não é o único objetivo com que vamos para a revisão do regime legal de concursos, existindo outros graves problemas que devemos atacar com igual determinação. Nesse sentido, a FENPROF defende também, entre muitas outras propostas:

- O aumento do número de vagas de QA/QE abertas a concurso;
- A fusão de prioridades nos concursos interno e de mobilidade interna, que coloque em pé de igualdade docentes dos quadros de escola/agrupamento de escolas e docentes de QZP;
- A redução das áreas geográficas dos QZP;
- Que os candidatos aos concursos externo e interno se candidatem a todas as vagas de QZP ou QA/QE abertas a concurso que entendam.

Estas são algumas das propostas da FENPROF, mas tenhamos consciência de que, do lado do ME, os propósitos para esta negociação são outros e que até já sabemos quais são. A luta que travaremos neste âmbito é pela manutenção dos princípios do concurso nacional centralizado e do primado da graduação profissional como critério basilar da ordenação dos candidatos, princípios que são o alvo a abater pelo ME.

Saibam os professores separar o principal, a defesa de princípios, do acessório, a defesa de conveniências individuais, e encontrar-se-ão pontos de convergência entre todos para a luta que interessa numa matéria que, reconheçamo-lo, sempre dividiu os professores. Não viraremos a cara a esta luta!

Nota: Esta intervenção estava preparada para ser apresentada com recurso a três gráficos que tornam mais claras as afirmações aqui proferidas. Para os consultar sugerimos que visitem o site da FENPROF: <https://www.fenprof.pt/vitor-godinho-sn-concursos-e-precariedade>

Vitor Godinho, *Secretariado Nacional da FENPROF*

A luta dos docentes aposentados



Há dias participei numa conversa em que se falava da eventualidade da necessidade de se rever a CRP considerando a situação atual dos aposentados/reformados.

Na sequência desta situação faço questão de lembrar, uma vez mais, os princípios ali contidos relativamente à 3ª idade.

Artigo 72.º **Terceira idade**

1. As pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social.

2. A política de terceira idade engloba

medidas de carácter económico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação ativa na vida da comunidade.

Como constatamos contém todos os princípios apesar de ter sido aprovada em 1976 ...até o de evitar o “isolamento ou a marginalização”, o da “realização pessoal através de uma participação ativa na vida da comunidade”!

Têm sido estes os princípios de referência para a FENPROF e para todo o Movimento Sindical Unitário (MSU) no desenvolvimento da intervenção sindical nesta área. Para o desenvolvimento da luta a organização também é necessária.

Assim, em 1993, a FENPROF realiza o 1º Congresso dos Professores Aposentados consciente de que estes professores têm problemas específicos que também precisam de resposta e demonstrou-se que os professores aposentados têm voz para defenderem os seus direitos. Em 1996 realizou o 2º Congresso.

Este trabalho foi assente em comissões organizadas em cada um dos sindicatos e, em 2013, com o objetivo de “Reforçar e melhorar a participação, a integração e a representação dos professores e educadores aposentados na FENPROF” organizou-se o Departamento de Docentes Aposentados da FENPROF.

Na altura governava o país a tríade Passos/Portas/Cavaco.

Tinham-nos roubado, em 2012, o subsídio de férias e o 13º mês, tinham subido as taxas moderadoras, houve um enorme aumento de impostos, nomeadamente, a redução dos escalões em sede do IRS e da sobretaxa de 3,5%, a criação de um imposto que incidiu apenas sobre as pensões dos aposentados/reformados, designado por Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES), que entre outras medidas degradaram a qualidade de vida dos aposentados.

O OE de 2014 previa cortar as pensões em mais de 10% com o falso argumento de a CGA não ser sustentável.

Foi um período da nossa sociedade em que o governo alimentou a ideia que havia um peso excessivo dos “improdutivos” nas despesas sociais e, ao mesmo tempo, apresenta a velhice como um estigma. Lembra-se da expressão “peste grisalha”?

Esta visão social sobre o envelhecimento foi-se modificando, passou a ser aceite como um processo que corresponde a uma fase importante nas nossas vidas, o que obriga a exigir a criação de condições que façam dela um tempo de fruição e de prazer.

No nosso país, os dados sobre o envelhecimento ativo e saudável se, por um lado, nos dizem que em termos médios de anos de vida estamos na média europeia, por

outro, sublinham que Portugal é dos países onde esse envelhecimento se dá com menor qualidade de vida.

Daqui resultam linhas orientadoras e a exigência de um conjunto de medidas para o desenvolvimento do nosso trabalho futuro, nomeadamente:

- O **aumento real das pensões**, de modo a que os aposentados mantenham o seu nível socioeconómico, nomeadamente, melhorando a situação de muitos professores e educadores atualmente com pensões muito baixas;

- O **aumento real dos salários e do emprego**, o combate à fuga e evasão fiscais, sobretudo das grandes empresas tecnológicas, e a procura de novas fontes de financiamento, como condições fundamentais para a **sustentabilidade da segurança social pública** e garantia do pagamento de pensões dignas;

- A existência de **uma medicina para o envelhecimento**, traduzível na implementação desta especialização médica e na sua generalização nos serviços de saúde de proximidade e nos hospitais centrais, no desenvolvimento de uma “economia dos cuidados”, isto é, a criação de corpos de enfermagem, assistentes sociais e de apoio domiciliário devidamente remunerados e de qualidade assegurada. Neste campo, deve ainda ser sublinhada a necessidade de uma intervenção, em tempo útil, para travar e combater o largo conjunto de doenças mentais que marcam os portugueses, situação agravada pela pandemia, devido ao abandono a que esta área do SNS sofreu.

- A **defesa da ADSE** como um direito inalienável dos trabalhadores da Administração Pública, exigindo o primado do regime convencionado, o alargamento das doenças cobertas por convenções, o acesso atempado a medicamentos e tecnologias inovadores e os atos médicos nos lares e no apoio domiciliário;

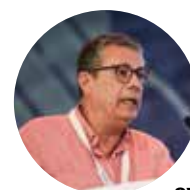
- O direito a uma **vida social ativa**, nomeadamente com a participação nos organismos representativos dos cidadãos aposentados, cujo reconhecimento institucional por parte do poder político se impõe, a valorização da preocupação pela aprendizagem ao longo da vida, em todas as suas componentes, nomeadamente a social e cultural, bem como, o desenvolvimento, quer nos meios urbanos, quer nos meios rurais, de **formas de mobilidade** especialmente pensadas para os idosos e aposentados.

Não deixámos que o medo e os silêncios nos dominassem do tempo da tríade Passos/Portas/Cavaco lutando pelos nossos direitos e ainda defendendo a nossa dignidade. Também, agora, vamos continuar a lutar, nunca deixando de estar organizados e combativos em torno dos Departamentos

de Docentes Aposentados dos nossos sindicatos.

Maria Helena Gonçalves, Coordenadora do Departamento de Professores Aposentados, da FENPROF

A situação na Região Autónoma dos Açores



No XIII Congresso a minha intervenção centrou-se nos ganhos obtidos, até à data, centrados no desenvolvimento da carreira e avaliação de desempenho.

Na altura, foi referido também que tínhamos como principal desiderato a melhoria das condições de trabalho e a uniformização dos horários de trabalho e das reduções da componente letiva, por idade e antiguidade, para todos os ciclos e níveis de ensino.

A luta pela uniformização de horários e condições de trabalho na Região Autónoma dos Açores decorre há uma década e tem hoje condições de unidade e de aceitação pela quase totalidade dos docentes. Esta unidade foi conseguida, paulatinamente, com a persistência da informação e da ampla discussão realizada em sessões plenárias sindicais em todas as ilhas ao longo da referida década. Esta luta levou, inclusivamente, a que o PSD e o PPM tivessem inscrito nos seus programas eleitorais de 2020 a intenção de satisfazerem estas reivindicações.

Foi assumido pelos três partidos (PSD/CDS/PPM) que hoje formam a coligação de Governo nos Açores e inscritas, de forma genérica, no programa do Governo, as posições favoráveis destes partidos quanto à uniformização dos horários de trabalho e das reduções da componente letiva, por idade e antiguidade, para todos os ciclos e níveis de ensino. Do ponto de vista formal e operacional, o cumprimento deste desiderato implica alterações em três diplomas estruturantes do Sistema Educativo Regional, o DLR de Autonomia e Gestão dos Estabelecimentos de Ensino Público, o DLR do Estatuto da Carreira Docente e o DLR dos Currículos Regionais do Ensino Básico. As alterações ao primeiro diploma visam, essencialmente, acomodar melhorias nas compensações pelo exercício de cargos de gestão e gestão intermédia. As alterações ao ECD visam, essencialmente, melhorias nas condições de trabalho e a referida uniformização da componente letiva, do horário de estabelecimento e das reduções por idade e antiguidade. Por último, as necessárias adaptações da organização e desenvolvimento curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico a uma assumida

lógica de pluridocência neste ciclo de ensino.

No próximo dia 18 de maio o Sindicato dos Professores da Região Açores e a Secretaria Regional da Educação farão a terceira ronda negocial em torno do diploma da gestão tendo-se já conseguido algumas melhorias nas reduções da componente letiva e de estabelecimento para o exercício de cargos e tendo ficado salvaguardada a manutenção dos princípios democráticos de elegibilidade e colegialidade dos órgãos. Fechado este processo negocial, iniciar-se-á a revisão do ECD Açores com disponibilidade, aparente, do Governo para uma revisão do diploma que possa ir além da uniformização da componente letiva e das reduções por idade e antiguidade, mas também para expurgar contradições de articulado e clarificação de atividade de componente letiva e componente de estabelecimento.

Este quadro político de maioria relativa no parlamento açoriano, e que apenas ocorreu uma vez desde 1976, cria também uma oportunidade única para um processo negocial que dificilmente se repetirá, quer pela importância dos diplomas em questão, quer pelo impacto que têm na vida dos docentes. Os professores dos Açores contarão, uma vez mais, com a ação do SPRA, com as suas propostas, assertividade negocial e, caso seja necessário, com a luta!

António Lucas, *Presidente da Direção do SPRA*

Lutando por todos, conquistamos os direitos de cada um



Os anos de 2020 e de 2021 ficarão assinalados como anos de estagnação da sociedade a vários níveis. Noutros, como em termos de direitos adquiridos e conquistas civilizacionais, poder-se-á, mesmo, falar em retrocesso. Infelizmente, também a nível do exercício da profissão docente se fizeram refletir os piores efeitos da pandemia, tendo ela servido para agravar as condições de trabalho.

São exemplos disso

- o aumento da carga horária;
- a desregulação dos horários de trabalho;
- o aumento da burocracia;
- o acentuar do desgaste profissional;
- o uso, cada vez mais necessário, de materiais e equipamentos pessoais no exercício de tarefas profissionais;
- o desrespeito dos direitos de imagem dos docentes e das suas famílias, postos

em causa por algumas metodologias do ensino à distância;

• a impossibilidade de usufruir do direito a “desligar” que se coadune com um horário de trabalho respeitador da vida pessoal e familiar dos docentes.

Por outro lado, porque não houve qualquer abertura, nem da tutela nem da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, para a procura de soluções para os problemas há muito referenciados pelo SPM, acentuaram-se alguns dos problemas de fundo que há muito tempo afetam a nossa carreira, de que destacamos

- a injustiça de uma avaliação docentes baseada em critérios discricionários;
- a criação de mecanismos artificiais que travam a progressão dos docentes, nomeadamente a existência de vagas de acesso aos 5.º e ao 7.º escalões;
- o mal-estar latente provocado pelas injustiças resultantes do processo de avaliação;
- o tecnicismo exacerbado no tratamento dado à formação no processo de avaliação, que contraria completamente o princípio mais nobre da formação contínua;
- o desgaste e o envelhecimento dos docentes.

Face a este quadro, o mais fácil seria baixar os braços. No entanto, nunca essa foi a forma de atuação do SPM, pelo que, também agora, a saída não estará no desânimo nem na apatia de quem espera que o destino componha o que foi deixado à sua sorte.

Estamos certos de que as reivindicações identificadas e enumeradas ao longo dos últimos anos não só são justas, como são fundamentais para a melhoria do exercício profissional docentes. Com essa convicção, continuaremos a exigir

- a aprovação de medidas de âmbito regional adequadas ao combate ao desgaste profissional docente, com destaque para
- a possibilidade de os docentes optarem pela isenção da componente letiva a partir dos 60 anos de idade;
- a atribuição das reduções da componente letiva aos colegas do pré-escolar e do 1.º ciclo nos moldes atribuídos aos colegas dos 2.º, 3.º ciclos e secundário e da educação especial;
- a revisão do modelo de avaliação, fonte de discórdia e mal-estar em muitas escolas;
- a eliminação das quotas de acesso aos 5.º e 7.º escalões.
- a eliminação dos percentis na atribuição das menções qualitativas de Muito Bom e de Excelente.
- o respeito pelos direitos dos docentes que se encontram a lecionar no ensino privado, que, com frequência, são vítimas de abusos e de exploração em termos salariais e de horários de trabalho.

- a aprovação de um contrato coletivo de trabalho para o ensino privado com salários e horários equiparados aos do ensino público;
- a reparação das perdas de tempo

de serviço causadas pela aplicação das diferentes versões do Estatuto da Carreira Docente, penalizador para os docentes que estão há mais tempo na carreira, aplicando-se, efetivamente, a estrutura da carreira regulamentada no ECD-RAM a todos os que vincularam antes de 2011 (processo das ultrapassagens);

• a aprovação de um calendário da educação pré-escolar igual ao do 1.º ciclo;

• a vinculação imediata dos colegas contratados e dos que, estando desempregados, são claramente necessários ao sistema educativo regional;

• o respeito pela graduação profissional em todos os procedimentos concursais, o que implicará a revisão do respetivo diploma;

• a realização do processo concursal mais cedo para que nenhuma das fases coincida com o período obrigatório de férias dos docentes;

• a obrigatoriedade de auscultação das populações e das comunidades educativas nos processos de fusões ou extinções de escolas e no respeito pelas suas posições.

• o deferimento dos processos de pré-reforma que já deram entrada nos serviços, há vários meses.

A ação do SPM e, em particular, estas reivindicações contrariam a ideia de que todos os problemas dos docentes da RAM ficaram resolvidos com a regulamentação da recuperação integral do tempo de serviço, alcançada, em grande medida, graças à capacidade de mobilização do SPM. Essa foi, sem dúvida, uma grande conquista, mas falta, agora, resolver um conjunto de problemas para que a profissão docente não só seja atrativa para as novas gerações, mas também para que deixe de ser um supressor da alegria e um inibidor da realização profissional dos professores e dos educadores.

Francisco Oliveira, *Coordenador da Direção do SPM*

A realidade do Ensino Português no Estrangeiro



O Ensino Português no Estrangeiro é uma modalidade especial de educação que, como o nome indica, necessita de cuidados especiais e redobrada atenção, dado que os lusodescendentes são também portugueses de primeira.

De primeira, porque acompanham ou mesmo nascem em comunidades multifacetadas, multilingues e transportam consigo o estigma da imigração.

De primeira porque transportam consigo

toda uma herança imensa e rica que são as tradições e as cultura e língua portuguesas.

Muito se tem discutido, de forma académica, se o EPE deveria ser ensinado como língua materna, língua estrangeira ou por último, língua de herança. Nós, SPE, identificamo-nos com a última pois a língua e a cultura portuguesas constituem a maior riqueza que os pais podem deixar como legado. A nossa língua é a nossa identidade!

Pelo nosso caráter, pela nossa história, pela nossa postura e compostura conseguimos impor a nossa presença, muitas das vezes, em contexto de ambientes hostis, segregadores e mesmo racistas!

Ensinar o português em ambiente multilingue e multicultural não é tarefa fácil. As interferências são mais que muitas e os entraves e escolhos que são atravessados nos nossos caminhos, difíceis de contornar.

As condições que nos são oferecidas para a otimização do nosso trabalho, enquanto professores são também problemáticas. Os acordos de cooperação são muitos e diversificados, mas as suas implementações tornam-se, por vezes, inviáveis, fazendo com que muitos projetos de divulgação da língua e da cultura tenham de ser abandonados por falta de meios propiciadores à sua execução.

Desde 2010 que a tutela do EPE passou para o Instituto Camões. É nosso entendimento, que foi uma boa escolha e que tem resultado, apesar de diversos constrangimentos que foram surgindo, mas que com uma ação reivindicativa e luta desenvolvida pelo SPE/FENPROF temos sabido contornar e chegar a bom porto.

Mudam-se os tempos, mudam-se os governantes. A Secretaria de Estado das Comunidades está hoje entregue a um professor que já fez parte da FENPROF. É uma pessoa determinada, sensível e atenta. Não temos dúvidas. Queremos dar continuidade aos projetos iniciados na anterior legislatura: revisão do Regime Jurídico do EPE, lutar pelo equilíbrio das tabelas remuneratórias dos professores a trabalhar num cenário de inflação galopante que em março 2022 se situava nos 6,1%, em abril já está nos 7% e agora caminha a passos largos para os 8,4%. Esta carestia de vida não pode ser mitigada com os 0,90 cêntimos de aumento que o primeiro-ministro nos “deu” de presente! Um dia, no Luxemburgo pedi pessoalmente ao Dr. António Costa que olhasse para o EPE com um certo carinho, respeito e preocupação para o ensino do português aos lusodescendentes e mesmo para os estrangeiros que o querem aprender e, que em elevado número, nos visitam levando gratas recordações das nossas terras, da nossa gastronomia, tão apreciada por esse mundo fora. Os portugueses, na diáspora, mostram todos os dias aquilo que somos capazes de executar. A língua portuguesa, escrita e falada, é uma vantagem importante



no mercado de trabalho estrangeiro. Promove pontes nas mais diversas geografias, por onde nos fixamos. O português vende e vende bem. Não podemos lembrar-nos dos portugueses só porque existe o “meu querido mês de agosto”! Ou porque o dia de Camões e nacional é o 10 de junho próximo. Os governantes que nos visitam nas comunidades em que estamos inseridos, não assimilados, devem, por princípio, pensar que nós vivemos lá, estamos lá somos uma presença fortemente implantada na base do associativismo e que contribuimos para o equilíbrio das nossas finanças públicas com as remessas enviadas.

Pensamos que é tempo de acabar com a “famigerada” propina, exigida a uns e “perdoada” a outros.

Como afirmámos no princípio terminamos com: os imigrantes portugueses são pessoas de primeira, que sofrem e sentem a saudade e, por vezes, também o abandono por parte das instâncias governativas. Lutamos agora com a falta de professores de português. Lá como cá, o desinvestimento na educação e formação, a gestão errática dos recursos humanos, as desvalorizações sistemáticas da profissão levaram ao desinteresse dos jovens em abraçar esta nobre e bela profissão! Não havendo professores, os concursos ficam vazios. Não criando condições de vida, nos diferentes países, que salvaguardem a qualidade da mesma, exigível a um trabalhador da educação, tememos que num futuro muito próximo, o EPE venha a constituir-se como algo residual ou mesmo a desaparecer.

Vamos continuar a lutar para encontrar soluções, para estes e outros problemas, no seio de uma FENPROF unida, coesa e com o contributo dos outros seis sindicatos, que lhe dão forma e conteúdo.

Carlos Pato, *Secretário Geral do SPE*

Ensino Superior e Investigação: Continuemos a lutar!



Desde o 13.º Congresso, em 2019, no domínio do Ensino Superior e da Investigação, a FENPROF esteve presente de forma ativa nos mais importantes momentos de negociação e de luta. Permanentemente procurando o diálogo com vista à construção de propostas, nunca renunciámos às nossas responsabilidades na organização do protesto e na iniciativa reivindicativa.

Particularmente importante foi a realização da 4.ª Conferência Nacional do Ensino Superior e Investigação (doravante, CNESI), que teve lugar pouco antes do aparecimento

da pandemia da covid-19 e de todos os seus efeitos disruptivos nos planos social, económico e político.

Foi na 4.ª CNESI que foram apresentados publicamente os resultados de um estudo promovido pela FENPROF sobre burnout e precariedade no Ensino Superior e na Investigação, um instrumento fundamental para qualificar a nossa intervenção sindical e nos ajudar a compreender melhor a realidade que pretendemos transformar. Infelizmente, dois anos volvidos, muitos dos elementos mais regressivos do diagnóstico então feito permanecem atuais. Nalguns casos, aliás, e a pandemia constituiu o pretexto legitimador para muitas das mudanças ocorridas, as condições de trabalho, a qualidade de vida e o bem-estar de docentes e investigadores degradaram-se de forma muito significativa.

Mais importante, porém, foi o facto da CNESI se ter constituído enquanto espaço privilegiado para o aprofundamento e consolidação, através de um processo amplamente participado, das três grandes linhas orientadoras para a ação sindical da FENPROF no domínio do Ensino Superior e Investigação: Combater a Precariedade, Valorizar as Carreiras, Democratizar as Instituições de Ensino Superior.

O combate à precariedade é, porventura, a nossa principal preocupação. Num quadro global de desvalorização do trabalho e fragilização das relações laborais, que tem vindo a desenvolver-se ao longo do último meio século no âmbito daquilo a que alguns designam contra-revolução neoliberal, a precariedade laboral foi-se generalizando. Mas este processo apresenta um padrão diferenciado, sendo muito mais expressivo no âmbito da investigação. Com efeito, a maior parte da investigação feita em Portugal, e a generalidade dos indicadores de desempenho e produtividade científica têm evoluído muito ao longo das últimas décadas, é feita por trabalhadores precarizados. Longe de ser um excepcionalismo nacional, trata-se de uma tendência generalizada um pouco por todo o mundo. Mas a precariedade não tem lugar apenas ao nível da investigação e, no domínio do ensino, o recurso sistemático e abusivo a professores convidados para satisfazer necessidades permanentes das Instituições de Ensino Superior é uma outra forma de precarização do trabalho que a FENPROF tem procurado combater, exigindo mais transparência e uma regulação mais apertada do uso de uma figura que, como é sabido, tem visto o seu uso ser profundamente desvirtuado.

A valorização das carreiras é outro campo de batalha. A constatação de que, num quadro de sub-financiamento crónico das Instituições de Ensino Superior, em que as verbas provenientes do Orçamento do Estado não são suficientes para assegurar a totalidade do pagamento dos salários, em que o peso

relativo do financiamento competitivo cresce de ano para ano, em que muitos docentes estão hoje na mesma categoria profissional ou no mesmo escalão remuneratório em que estavam há 5, 10, 15 ou mais anos, em que as cargas letivas e as exigências burocrático-administrativas crescem exponencialmente e o poder de compra sofre uma forte diminuição, a constatação, dizia eu, de que é necessário valorizar as carreiras é uma evidência incontornável.

A este nível temos defendido a necessidade de, no âmbito da necessária revisão dos estatutos das carreiras, corrigir a injustiça associada ao tratamento diferenciado dos docentes do ensino superior universitário e politécnico, essencialmente ao nível das cargas letivas e das remunerações, aprofundando a convergência entre ambos os sub-sistemas. A revisão dos estatutos deverá também contemplar a separação entre promoção e ingresso na carreira, única forma de moralizar um processo que demasiadas vezes não passa de um simulacro e, ao mesmo tempo, valorizar o trabalho de quem já se encontra vinculado às Instituições e contribui para o seu desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a FENPROF tem procurado alertar para uma excessiva dependência de critérios bibliométricos no âmbito dos processos de avaliação de desempenho, ao arripio de orientações vertidas em declarações e manifestos que têm vindo a ser produzidos nos últimos anos; tem alertado para a obstaculização cada vez mais habitual ao exercício do direito à sabática por parte dos docentes e também para a necessidade de valorização salarial, única forma de contrariar a perda do poder de compra ocorrido ao longo da última década e que, previsivelmente, se agudizará num contexto de elevada inflação como aquele em que vivemos.

Importa ainda mencionar os esforços que a FENPROF tem levado a cabo para regularizar o regime do pessoal docente e de investigação do Ensino Superior Particular e Cooperativo e para que possa existir um Contrato Coletivo de Trabalho, num sector onde a desregulação das relações laborais é ainda mais acentuada.

Por fim, mas não menos importante, a necessidade de democratizar as Instituições de Ensino Superior. E aqui assume particular relevância a tantas vezes adiada avaliação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, algo que deveria ter acontecido em 2012, cinco anos depois da sua entrada em vigor mas que, 10 anos volvidos, ainda não foi feito. Não deixa de ser sintomático da pouca importância que sucessivos governos atribuem à participação democrática das Instituições. A sua acentuada erosão, num quadro de empresarialização institucional – de que as fundações públicas de direito privado são exemplo maior – de primado da falácia

meritocrata e de competitividade exacerbada, é um problema de fundo que tem de ser urgentemente resolvido. Um combate que nos deve mobilizar a todos.

O Combate à precariedade, a Valorização das carreiras e a Democratização das Instituições de Ensino Superior são lutas decisivas para a construção de um futuro digno para o nosso país, não apenas num horizonte longínquo, mas aqui e agora. Continuemos, pois, a lutar.

Comunicação do Departamento de Ensino Superior e Investigação da FENPROF

2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e Secundário



Decorridos 6 anos de um consulado ministerial protagonizado por Tiago Brandão Rodrigues, que se pautou por uma postura antinegocial sem memória, expecta-se que

algo melhore com esta nova equipa do ME protagonizada agora por João Costa, esperando que, como ministro, altere a postura do anterior Ministério da Educação.

E muito terá que se alterar.

Em relação ao 2º e 3º ciclos do ensino Básico e Ensino Secundário, e deixando de fora as exigências intersectoriais tratadas numa perspetiva mais geral, permitam-me destacar:

Os horários e condições de trabalho

- A persistência de muitas escolas, com a conveniente convivência tácita do Ministério da Educação, em construírem horários dos docentes com abusos e ilegalidades, constitui um gritante desrespeito pela dignidade da profissionalidade docente, incompreensível quando perpetrada por outros docentes, diretores de escolas, que conhecem, ou deveriam conhecer, as condições difíceis que o trabalho da docência nas escolas exige.

- Abusos e ilegalidades que já vêm sendo cometidos, pelo menos desde 2018, por alguns diretores que, treslando e interpretando de uma forma abusiva o despacho 10-B sobre a organização do ano letivo, têm construído horários que constituem uma sobrecarga do trabalho dos docentes.

- Constituem exemplos claros desta realidade:

- As horas para reuniões regulares não estarem incluídas na mancha horária dos docentes.

- O apoio a mais do que a um aluno e as coadjuvações não serem considerados componente letiva.

- O recurso a sinónimos criativos ou expressões redundantes para designar

atividades claramente letivas, de modo a serem incluídas na componente não letiva do docente.

- Os excessivos “furos” nos horários, que obrigam os professores a permanecerem dias inteiros nas escolas, muitas das quais sem espaços e o equipamento necessário para a realização de atividades inerentes à componente individual de trabalho do docente.

- O elevado número de níveis, turmas e funções nas escolas.

- O abuso e desregulação dos horários dos docentes que lecionam o ensino profissional muitas vezes obrigados a repor horas de formação para além do seu horário semanal e não pagas como horas extraordinárias.

A este propósito convém recordar que, em 2018, em reunião pedida pela FENPROF ao Ministério da Educação, o Secretário de Estado Adjunto e da Educação, agora ministro, concordou em clarificar, por escrito, as escolas, sobre essas situações. Mas, para além de uma NOTA À COMUNICAÇÃO SOCIAL sobre o Despacho de Organização do Ano Letivo, em 4 de julho 2018 (onde algumas dessas questões foram esclarecidas, mas não assumidas) nunca fez a prometida informação para que os diretores, em todas as escolas, construíssem manchas horárias consistentes, sem abusos nem ilegalidades.

Os horários dos professores transformaram-se assim em cargas excessivas de trabalho (letivo e não letivo) ultrapassando em muito as 35 horas legais. Tal foi confirmado por um inquérito feito pela FENPROF aos docentes do 2º e 3º CEB e Ensino Secundário, cuja **perceção se traduziu em mais de 46 horas reais de trabalho.**

Destaque-se que muitos professores destes setores de ensino ainda são sobrecarregados, arbitrariamente, com o trabalho de classificação de provas de avaliação externa (quase) nunca compensados por esse exercício de óbvia exigência.

Será que continuará a ser necessário, para pôr cobro a esta situação e terminar com esta sobrecarga de trabalho, a FENPROF prosseguir com uma greve às horas que, ilegalmente, têm sido incluídas nos horários dos docentes?

Já este ano letivo, e a propósito de **colmatar a falta de professores** que, esclareça-se, já vem de alguns anos atrás, as direções de muitas escolas, novamente com o apoio do ME, acrescentaram mais alterações abusivas às manchas horárias, impondo horas extraordinárias que vieram desajustar e pôr em causa a justa organização familiar que os docentes têm que fazer em cada início de ano letivo.

Pode-se admitir o recurso a horas extraordinárias em situações mais extremas, para que os alunos não sejam prejudicados, mas nunca impostas à bruta e ilegalmente e que venham a desregular as manchas horárias iniciais dos professores.

Neste início de uma nova legislatura e de um novo Governo, importa que os professores continuem a manifestar discordância com esta situação de desregulação dos seus horários e consequentemente das suas vidas. Os abusos e ilegalidades terão que ser combatidos.

• A FENPROF tem apresentado soluções. Entre outras:

• Atribuir às escolas maiores créditos horários para o justíssimo e obrigatório apoio aos alunos com dificuldades;

• Colocar atempadamente os professores, para prevenir estas e outras situações de apoio;

• Possibilitar às escolas poderem transformar os horários a concurso em horários completos;

• Colocar os estagiários, futuros professores, nas escolas com horário atribuído e, claro, remunerado;

• Abrir a possibilidade a que quem tenha optado por outra opção de vida queira agora enveredar pela docência;

• Atribuir horas extraordinárias, não sendo desejável, poderá, excecionalmente, ser também uma opção, mas devidamente negociada e com consentimento dos docentes;

• Alargar o leque de professores corretores de exames e dar melhores condições para quem for contemplado com mais esta sobrecarga de trabalho.

(A este propósito recorde-se que a FENPROF irá pedir uma reunião ao senhor ministro numa perspetiva de negociar um conjunto de medidas que atenuem esta sobrecarga dos professores corretores).

O que não pode nem deve é continuar-se a abusar da vida dos docentes, desregulando, ao nível do absurdo e ano após ano, os seus horários de trabalho.

E se o destaque nesta minha intervenção foi dado aos horários e condições de trabalho, não a poderia terminar sem sublinhar, exemplificando com três ou quatro temas de política educativa em que a FENPROF deve exigir ser parceiro ativo na discussão, na avaliação e na negociação:

• **As Aprendizagens essenciais (AE)** que, por despacho 6605-A/2021 de 6 de julho de 2021, passaram a constituir os únicos referenciais curriculares terminando com os programas disciplinares;

• **Os exames, o regime de acesso ao ensino superior, as provas de aferição**, que impelem alguns professores a prepararem os alunos para a avaliação externa, afinando e subvertendo a própria avaliação;

• **Os planos de recuperação de aprendizagens Escola + 21/23.** Recuperação essa que se deve fazer no quadro da autonomia de cada escola, que é quem melhor sabe o que é preciso fazer, no respeito pelo trabalho dos professores. Dêem-se as necessárias condições;

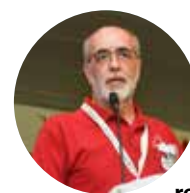
• **Os Planos de Inovação Curricular e Pedagógica** que, entre outros aspetos

possibilitam uma gestão pelas escolas de mais de 25% do currículo e a criação de novas disciplinas. Também neste domínio não se poderão cometer excessos que ponham em causa a coerência de um currículo mínimo nacional que todas as escolas deverão concretizar.

Novos tempos, novo governo. Está na hora de negociar, está na hora de lutar.

António Anes, Secretariado Nacional da FENPROF

Educação de infância pública e de qualidade



É incontestável que, desde a sua fundação, a FENPROF reconhece as/os educadoras/es como docentes. Logo no seu congresso fundador, reivindicou um estatuto de carreira docente abrangendo desde os educadores de infância aos professores do ensino secundário, o que demonstra o reconhecimento da educação pré-escolar como um nível de educação e ensino fundamental no Sistema Educativo Português.

(...) Somos um segmento ou nível de educação consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo, com especificidades, como qualquer outro nível ou ciclo de educação e ensino, que devem ser consideradas e respeitadas.

A luta pelo reconhecimento da educação pré-escolar tem de ser desenvolvida por todos e não pode ser intermitente, é uma luta permanente.

“Não é possível educar sem ensinar (...). Estes dois conceitos implicam necessariamente aprendizagem e os educadores de infância têm sido, por excelência, e deverão continuar a sê-lo, cada vez mais, os promotores por excelência, de percursos e processos educativos onde ensinando educam.” (...)

A FENPROF e os seus Sindicatos elaboraram um questionário dirigido aos educadores de infância do continente (sobre a sua profissão).

O resultado deste questionário será apresentado em momento próprio, mas confirma os alertas que a FENPROF e os seus sindicatos têm difundido:

- quando as tarefas que são atribuídas às/os educadoras/es de infância na redução da componente letiva recaem em tarefas que implicam mais atividade letiva incluindo a substituição de docentes;

- quando há uma sobrecarga de tarefas administrativas ou burocráticas que “roubam”

tempo de preparação ou avaliação do trabalho a desenvolver ou desenvolvido;

- quando 40% dos respondentes afirmam ocupar 10 ou mais horas e 60% entre 5 a 8 horas em tarefas burocráticas ou administrativas;

- quando 25% ocupam o seu tempo no preenchimento de plataformas não estando as mesmas adequadas ao funcionamento ou aos procedimentos na educação pré-escolar;

- quando 33% afirmam que as estruturas decisórias dos AE desconhecem o funcionamento ou a realidade da educação pré-escolar, sem sombra de dúvidas o modelo de gestão em vigor afeta significativamente a participação dos docentes e, claro, das/os educadoras/es de infância;

Ou ainda quando há ingerência exterior no funcionamento e na autonomia definida no ECD. (...)

Continuamos a orientar a nossa ação, sempre com as/os educadoras/es de infância, combatendo:

- A desregulação dos horários de trabalho quando atribuem tarefas letivas nas horas de redução por idade e tempo de serviço;

- A não representatividade das e dos educadores de infância nos órgãos de gestão;

- O desconhecimento das especificidades da educação pré-escolar, por exemplo quando nos exigem planificações de acordo com o currículo nacional (que não existe), quando determinam tempos no horário da sala ou docente para cada área de conteúdo ou que se elaborem "cheklist" para avaliação de crianças;

- A ingerência das autarquias quando decidem sobre o número ou o horário de AO sem ouvir os educadores. Ou quando recusam a supervisão da CAF pelos educadores organizando esta componente como mais do mesmo sem intencionalidade educativa e não promovendo atividades lúdicas ou quando protocolam com entidades promotoras que visam o lucro.

Propondo:

- A existência de educadores de infância para além dos que são titulares de grupo/turma;

E exigindo:

- A Educação de Infância dos 0 aos 6 anos, com o consequente ingresso no 1º CEB da escolaridade obrigatória;

- Uma rede pública de creches;

- A universalização da frequência do pré-escolar para as crianças dos 3 e 4 anos;

- A obrigatoriedade de frequência pelo menos no ano imediatamente anterior ao ingresso no 1º CEB;

- A não escolarização da educação de infância - defendemos a intencionalidade educativa assente nas áreas de conteúdo de acordo com as OCEPE.

António Quitério, *Secretariado Nacional da FENPROF*

O custo de vida a aumenta... e o povo não aguenta!



Venho aqui falar-vos de milhões!

Não, não é sobre o Euromilhões ou sobre "Quem quer ser milionário"!

É sobre os obscenos lucros de algumas empresas, arrecadados com ajudas do Estado, dos nossos impostos, e aproveitando a subida imparável de preços e a que o governo não tem querido colocar travão!...

Isto é, ou pagamos ou pagamos!

Alguns exemplos de lucros em 2021:

Banca: 1.500 milhões €

EDP: 657 milhões €

Sonae: 268 milhões €

Brisa: 183 milhões €

CTT: 38 milhões €

Alguns exemplos do 1º trimestre 2022:

GALP: 155 milhões €, uma subida de 496% face ao ano anterior;

EDP Renováveis: 66 milhões

Enquanto isto, em 2021, 10 empresas receberam, cada uma, mais de 100 mil euros de apoio do Estado para o aumento do salário mínimo nacional...

As recordistas foram a Randstad que recebeu mais de 600 mil euros e o Continente quase 450 mil...

E que dizer do recente escândalo dos combustíveis em que receitas fiscais subsidiavam lucros!?!

E que dizer da fuga ao fisco que soma 630 milhões € em IRC?

E sobre os 1.542,1 milhões de euros em 2021 que foram derretidos nas PPP?

Caros e caras camaradas:

No primeiro trimestre de 2022 face a igual período do ano passado a economia cresceu 11,9% em termos reais...

É caso para perguntar: afinal onde pára o nosso dinheiro, onde está o dinheiro para quem trabalha?

Segundo o primeiro ministro, imitando o patrão da CIP, seria uma ilusão aumentar salários para combater a inflação...

Como? Lembra-se que com a inflação em valores mais baixos não se aumentaram os salários e agora que a inflação dispara também não é oportuno fazer aumentos?

E que diz o Ministro das Finanças? Que não se pode,... que o aumento médio dos salários dos trabalhadores do Estado é de 2,5%... porque já não há congelamentos, porque se retomaram as progressões...

Como? Retomar a legalidade das carreiras e dos salários é um prémio, não é uma obrigação do governo para com os seus trabalhadores?!

E como se pronuncia a Ministra da Presidência? Em 20 de abril, em reunião com a Frente Comum, afinou pelo mesmo

diapasão: em 2022? não. Só se for para 2023. E os critérios já estão definidos: atingir a média salarial da UE, sim, mas fazê-lo tendo em atenção a riqueza do país! Estamos entendidos! Por este caminho ainda teremos de pagar para trabalhar!

Pois é! protegem-se os lucros dos grandes interesses e os trabalhadores e os reformados que paguem a crise. Mais uma vez!

Recordo que desde 2009 houve duas "atualizações salariais": 0,3% em 2020 e 0,9% em 2022;

No passado mês de Abril, a inflação registada, já superava os 7%;

Não contando com outros importantes fatores que interferem no valor do vencimento mensal, só por via do desgaste produzido pelo aumento de custo de vida, os salários dos docentes e investigadores estão a sofrer uma erosão em, 13 anos, próxima dos 20%;...

A recusa do governo em aumentar salários e pensões significa, na prática, o regresso aos cortes, desta feita pela via da perda real de poder de compra!

Não esqueçamos que, aos dados do desgaste causados pela inflação, temos de acrescentar os impactos da não contagem dos 6 anos, 6 meses e 23 dias de serviço que ainda nos devem; do tempo perdido entre transições de estrutura de carreiras ainda não recuperado; da não compensação do tempo de espera para progredir ao 5º e 7º escalões...

E para o futuro? O que esperar de anos e anos de descontos?

Todas estas perdas se vão repercutir, degradando, o valor das pensões de aposentação, ficando o seu valor muito aquém daquilo que seria espetável e justo!

Disse Eduardo Galeano: "A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la."!

Os professores conhecem-na e bem! Conhecem-na porque sentem todos os dias o ferrete dos problemas que se arrastam enquanto sucessivos governos optam por satisfazer a gula dos grandes interesses em detrimento dos direitos de quem trabalha...

Agora? Agora, vamos à parte em que temos de ajudar a alterar esta realidade em que, para quem vive do seu salário ou da sua pensão restam tostões, porque os milhões, esses, são rapidamente apropriados por outros e poderosos interesses!

Isso só se faz, isso só acontece, se lutarmos, se substituirmos o "não há nada a fazer" por "vamos à luta"; se aproveitarmos a energia da raiva que tudo isto causa para engrossarmos o caudal do rio de quem já se convenceu que só assim se constrói o futuro!

Calados? Nunca! Se é preciso lutar, lutemos! Lutemos contra as políticas que maltratam os funcionários públicos e, em particular, os professores!

Dulce Pinheiro, *Secretariado Nacional da FENPROF*

O Congresso na comunicação social

A comunicação social esteve atenta ao 14.º Congresso Nacional dos Professores desde a sua apresentação a 5 de maio, em Viseu, e ao longo dos dois dias de intenso trabalho.

As eleições para os órgãos dirigentes da maior organização sindical de professores do país, mas também a necessidade de maior investimento na educação, a valorização da carreira docente e o combate às desigualdades, temas em debate no Congresso, marcaram a agenda mediática a 13 e 14 de maio.

Logo após a conferência de imprensa de divulgação da realização do 14.º Congresso da FENPROF, em Viseu, a Antena 1 noticiava o alerta do Secretário-geral, Mário Nogueira sobre a saída de professores para a reforma e a sua afirmação de que “os professores não podem continuar a ser deixados para trás”. Nas edições do dia 6 de maio, o Jornal de Notícias destacava a disponibilidade da FENPROF para negociar com o novo governo durante toda a legislatura e o Correio da Manhã optou por focar o facto de se tratar de um congresso eletivo e escolheu o título “Governo de maioria segura Nogueira”. Já a comunicação social local dava conta de que “Viseu vai ser a ‘capital’ dos professores na próxima semana” (Jornal do Centro), enquanto, na imprensa nacional, se afirmava “Congresso da FENPROF em Viseu debate as necessidades e investimento da Educação” (Lusa, Observador, Notícias de Coimbra, entre outros).

O início dos trabalhos do 14.º Congresso, no dia 13 de maio, foi notícia na CNN Portugal logo pela manhã, e, ao início da tarde, na Antena 1, que acompanhou a sessão de abertura, ouvia-se Mário Nogueira a defender mais investimento na educação: “perante centenas de professores que estão hoje reunidos em Viseu para o Congresso da FENPROF, o secretário-geral lançou vários recados ao Governo e em particular ao novo ministro da Educação.”

No Público, num artigo com o título “Congresso da Fenprof arranca sob o lema de ser ‘tempo dos professores’” (Público), escrevia-se: “na sessão de abertura do 14º congresso da Fenprof, Mário Nogueira destacou dois graves problemas no sector da educação: a falta de docentes e a falta de investimento. O dirigente sindical adiantou ainda que é fundamental ‘deixar de se exigir

aos professores que trabalhem dez e 20 anos para se livrarem da precariedade”.

“Congresso da Fenprof arranca esta sexta-feira e Mário Nogueira diz que ‘falta de professores é um problema anunciado’. Mário Nogueira falou no início do congresso da Fenprof e disse que problema da falta de professores é ‘desvalorizado e resulta de anos de parco investimento na Educação e nos seus profissionais’”, escreveu o Observador.

A 14 de maio, com a entrevista do Secretário-geral, Mário Nogueira, à agência Lusa e à TSF, já depois de conhecidos os resultados das eleições, o foco dos jornalistas mudou. Ao meio-dia, a TSF noticiava “Mário Nogueira vai continuar como Secretário-Geral da FENPROF. A reeleição de Mário Nogueira como Secretário-geral da FENPROF e a existência de dois Secretários-gerais adjuntos, José Feliciano Costa (SPGL) e Francisco Gonçalves (SPN), foi notícia nos principais jornais nacionais e locais, tendo sido divulgada logo ao início da tarde nos principais sites noticiosos e publicada nas edições dos jornais do dia seguinte: no Público, “Mário Nogueira quer ‘fazer mais e fazer melhor’ com dois adjuntos na Fenprof”; no Jornal de Notícias, “Mário Nogueira reeleito na Fenprof”; no Diário de Notícias, “Mário Nogueira reeleito, passa a ter dois adjuntos”; e no Correio da Manhã, “‘Guerra’ de escuteiros aquece Educação.”

Já no dia seguinte, alguns jornais, locais e nacionais, davam destaque à iniciativa de protesto anunciada para o IP3, 4 anos depois de António Costa ali ter afirmado que ou se contava o tempo de serviço aos professores ou se realizavam as obras de recuperação daquela importante via rodoviária, sem que, até ao momento, nenhuma das ações tenha sido concretizada: “IP3: Professores dizem que não têm culpa do estado da via” era o título do jornal inevitável.

O 14.º Congresso da FENPROF também foi notícia além-fronteiras, graças aos mais de 30 convidados internacionais que participaram no Seminário Internacional e assistiram a algumas das sessões de trabalho. Em Cabo Verde, o site de notícias Balai, dava conta que “O presidente do Sindicato dos Professores de Santiago (Siprofis), Abraão Borges, representou Cabo Verde no seminário e 14º Congresso da Federação Nacional dos Professores de Portugal (Fenprof) no Porto e Viseu (Portugal), onde defendeu a valorização do pré-escolar”. No



Brasil, a presença da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) também foi motivo para divulgar o congresso da maior organização sindical de docentes em Portugal. ●

“

A reeleição de Mário Nogueira como Secretário-geral da FENPROF e a existência de dois Secretários-gerais adjuntos, José Feliciano Costa (SPGL) e Francisco Gonçalves (SPN), foi notícia nos principais jornais nacionais e locais, tendo sido divulgada logo ao início da tarde nos principais sites noticiosos



Seminário internacional

Espaço solidário de encontro e de partilha de preocupações e experiências



O 14º Congresso Nacional de Professores contou com a presença de três dezenas de convidados, representantes de organizações sindicais internacionais com as quais a FENPROF mantém relações de cooperação e de solidariedade, vindos da Europa, de África e da América Latina.

Para lhes poder dar a palavra, sem os constrangimentos de tempo que decorrem da agenda extensa do Congresso, realizou-se na sua véspera, tal como habitualmente, um seminário internacional, que se transformou num espaço solidário de encontro e de partilha de preocupações e experiências, assim como de discussão de estratégias sindicais para dar resposta aos problemas que enfrentamos.

Foi feito um enquadramento das questões mais prementes a nível nacional, dando-se,

de seguida, a palavra aos convidados que pediram a palavra. Todos os professores ativistas sindicais agradeceram o convite e saudaram a FENPROF pela realização do Congresso e pelo papel que tem tido na defesa dos professores e de uma escola pública e de qualidade.

Partilharam as dificuldades que se têm sentido nos seus países e que são coincidentes com as que se sentem em Portugal e no resto do mundo. O desinvestimento público na Educação, a desvalorização da profissão e o agravamento das condições de trabalho, que têm como consequências a redução de profissionais disponíveis, havendo já muitos alunos sem aulas por não haver professor, e de jovens que ambicionem exercer a profissão, as consequências da COVID no desgaste e na saúde mental de toda a comunidade escolar.

Apontaram como solução a solidariedade internacional e a continuação da luta pela valorização da profissão e pelo investimento na Educação Pública, desde a creche ao ensino superior, como fator fundamental no combate à discriminação e à desigualdade social.

Intervindo em nome do Departamento

de Relações Internacionais da FENPROF, Manuela Mendonça saudou “todos os participantes neste seminário (os que se encontram aqui presencialmente e os que nos acompanham à distância) e agradeço, de forma particular, a todos os convidados que nos honram com a sua presença, enquanto representantes de sindicatos com quem a FENPROF mantém laços de solidariedade, cooperação e até de amizade há muitos anos.”

E referiu mais adiante:

“Nem sempre é fácil conciliar agendas, e foi o que aconteceu este ano, em que a data do nosso congresso coincide com a da Cimeira Internacional sobre a Profissão Docente (que está a decorrer em Valência) e da Assembleia Geral da Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos (FMTC), que está a ter lugar em Marraquexe, iniciativas que impediram a presença no nosso congresso de representantes de algumas organizações, nomeadamente da Internacional da Educação (IE), do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE-ETUCE) e da FMTC, para além de representantes de outros sindicatos envolvidos nessas e noutras iniciativas, como o SNES-

FSU, que realiza também nesta semana o seu congresso. Alguns fizeram-nos chegar mensagens em vídeo que projetaremos no decurso do seminário ou, no caso do secretário-geral da IE, amanhã, na sessão de abertura do congresso.”

A Presidente do Conselho Nacional da FENPROF afirmou noutra passagem:

“Justificadas as ausências, quero sobretudo, nesta ocasião, dirigir-me aos presentes, valorizando o esforço que fizeram para estarem aqui hoje connosco, vindos de várias regiões do mundo – da Europa, de África, da América Latina. É com muita satisfação que vos recebemos, num congresso em que voltamos a estar face-a-face, depois de dois anos em que a pandemia só nos permitiu reunir de forma virtual e por isso só temos podido ver-nos num ecrã de um computador.”

E declarou ainda: “Sejam bem vindos, também, a este seminário internacional, que, como habitualmente, realizamos no dia anterior ao congresso, e que é um espaço de encontro dos convidados internacionais com dirigentes da FENPROF, de partilha de preocupações e experiências, de debate sobre problemas comuns e sobre a estratégia sindical para lhes dar resposta.”

O seminário registou várias intervenções, incluindo as de André Carmo, membro do Departamento do Ensino Superior e Investigação da FENPROF; e Rob Copeland, em representação do Comité Consultivo do CSEE para o Ensino Superior e a Investigação (HERSC). A partir daí, Manuela Mendonça deu a palavra aos participantes que se inscreveram e foram também projetadas as mensagens em vídeo que chegaram ao seminário. No final das intervenções, falou José Augusto Cardoso, membro do Conselho Nacional da FENPROF e Secretário Geral da CPLP-SE (estrutura que reúne as organizações sindicais da educação dos países de língua oficial portuguesa), e, para encerrar os trabalhos do seminário, interveio o Secretário Geral da FENPROF, Mário Nogueira.

Dois dos graves problemas que afetam o sistema educativo português

Ao apontar o lema do 14.º Congresso Nacional dos Professores - “A educação não pode esperar! Combater desigualdades, valorizar a profissão”, Manuela Mendonça chamou a atenção para dois dos graves problemas que afetam o sistema educativo português: a desigualdade de oportunidades educativas e a deterioração das condições de exercício da profissão docente.

“Só um investimento continuado na educação pública permitirá melhorar as condições de exercício da profissão docente e, ao mesmo tempo, responder a défices de aprendizagem que a pandemia agravou e que empurram muitas crianças e jovens para percursos de insucesso. O reforço do

financiamento da educação é uma questão central, que não pode esperar”, realçou.

Esta questão, prosseguiu a dirigente sindical, “coloca-se hoje ainda com maior premência, num contexto de crise económica e social, não apenas decorrente da pandemia, mas também do impacto da guerra na Ucrânia, que, para lá de uma dramática crise humanitária, está a provocar um aumento acentuado do custo de vida em muitos países, assim como uma tendência de reforço do investimento na área da defesa, em detrimento da área social. Isto tornará a nossa reivindicação dos 6% do PIB para a educação porventura ainda mais difícil de alcançar, mas, por isso mesmo também, ainda mais premente.”

O papel insubstituível das escolas e dos professores

Uma das lições da pandemia prende-se com um maior reconhecimento social do papel insubstituível das escolas e dos professores. Ao revalorizar o papel da Escola – como espaço de aprendizagens diversas, mas também de socialização e de acolhimento –, a pandemia reforçou a exigência de escolas públicas mais fortes e de mais oportunidades para todos os alunos. Por outro lado, hoje é claro que o digital é um importante recurso ao serviço da pedagogia, mas não poderá substituí-la – a presença, a interação física de alunos e professores é basilar e decisiva no processo de ensino-aprendizagem, afirmou noutro momento.

“

Este seminário internacional é um espaço de encontro dos convidados internacionais com dirigentes da FENPROF, de partilha de preocupações e experiências, de debate sobre problemas comuns e sobre a estratégia sindical para lhes dar resposta.





“

Sabemos que a perda de atratividade da profissão é hoje um problema à escala mundial. O Relatório Global sobre o Estatuto dos Professores em 2021, divulgado pela Internacional da Educação, retrata uma profissão subvalorizada, mal remunerada e sobrecarregada de tarefas

“Este é, por isso, também o momento de traduzir essa maior consciencialização da importância do trabalho docente em melhorias nas condições de trabalho dos professores. Exige-se o desenvolvimento de processos de negociação que permitam resolver problemas que vêm tornando a profissão docente cada vez mais desgastante e menos atrativa. São disso exemplo a desregulação das carreiras, a intensificação e burocratização da atividade docente, a sobrecarga de trabalho, a precariedade de emprego, a tecnocracia na gestão escolar, o envelhecimento da profissão. Problemas que afetam de forma transversal todos os setores, da educação pré-escolar ao ensino superior, do ensino público ao ensino particular e cooperativo”, observou Manuela Mendonça.

Falta de professores

Das questões em debate no Congresso, a Coordenadora do SPN destacou, “pela sua importância e atualidade, a falta de professores – um problema grave que já hoje afeta mais de 20 mil alunos e que, segundo estimativas recentemente vindas a público, poderá vir a afetar 100 mil no próximo ano e 250 mil em 2025.”, comentando logo de seguida:

“Este é um problema que tem sido

negligenciado pelo poder político e que tenderá a agravar-se muito nos próximos anos, com a aposentação de milhares de professores. Até 2030, mais de metade do atual corpo docente terá saído das escolas por atingir a idade legal da aposentação (que é neste momento de 66 anos e 7 meses), sem que tenha sido acautelada a sua substituição ou uma progressiva e natural renovação, o que compromete a passagem de testemunho intergeracional, aspeto relevante na cultura profissional docente.”

“Neste contexto, é urgente criar condições que permitam o regresso às escolas de milhares de professores qualificados que abandonaram a profissão na última década e se encontram atualmente a exercer outras atividades, por falta de perspetivas de futuro na área da docência”, afirmou a presidente do CN da FENPROF, que acrescentou:

“É igualmente urgente aumentar o número de jovens a frequentar cursos de formação inicial de professores. Lembro que, no âmbito dos dados recolhidos pelo PISA, apenas 1,5% dos jovens portugueses de 15 anos admitem vir a ser professores, bem abaixo da média de 5% verificada na OCDE, importando, no entanto, sublinhar, que a baixa percentagem de jovens a desejar um futuro na docência

não resulta de uma opinião negativa dos seus professores. Pelo contrário, os jovens portugueses são dos que neles depositam maior confiança.”

“Sabemos que a perda de atratividade da profissão é hoje um problema à escala mundial. O Relatório Global sobre o Estatuto dos Professores em 2021, divulgado pela Internacional da Educação, retrata uma profissão subvalorizada, mal remunerada e sobrecarregada de tarefas, constatando que a profissão docente já não consegue atrair novas gerações de educadores devido às condições de emprego e alertando para que a contínua falta de professores prejudica o direito de cada aluno a uma educação de qualidade.”

Desafio maior

“Por outras palavras”, sublinhou; “não é só o futuro da profissão que está em risco. É também o futuro da escola e da educação, e a vida de todas essas crianças, jovens e adultos com quem, e para quem, os professores quotidianamente trabalham.”

“Reverter este caminho é, assim, um desafio maior, em Portugal e em muitos outros países. Daí a necessidade de reforçarmos a nossa ação coletiva, partilhando experiências e potenciando a nossa luta. Num mundo globalizado, nenhum combate se trava apenas à escala nacional, sem uma articulação com o regional e o global. Por isso é tão importante o trabalho que realizamos juntos, especialmente no seio da IE, do CSEE e da CPLP-SE. E é também para prosseguir esse trabalho que aqui estamos”, concluiu a Secretária para as Relações Internacionais da FENPROF. ●



“A solidariedade internacional é algo a que a FENPROF dá primazia”

“Num momento em que a pandemia da COVID-19 teve um impacto devastador na educação, com a UNESCO a estimar mais de 1,5 mil milhões de estudantes a serem afetados pelo encerramento das escolas em 165 países, correspondendo a cerca de 87% de todos os alunos inscritos, o aprofundamento e o fortalecimento dos laços de solidariedade entre todas as organizações sindicais à escala mundial é uma necessidade ainda maior. Estima-se que a pandemia afetou, também, mais de 63 milhões de professores e um grande número de outros trabalhadores da educação.

A solidariedade dos docentes e investigadores de Portugal e da sua mais representativa organização sindical é necessária e de grande significado, tratando-se de áreas do trabalho com a relevância social que se lhes reconhece.

A luta por uma sociedade mais justa e a desmontagem de modelos neoliberais são desígnios do movimento sindical internacional, exigindo o empenho, a capacidade de resistência tenaz e o reforço da cooperação internacional. Exige olhar para as realidades de cada país, perceber os

danos e os dramas que resultam das situações enfrentadas e manter um olhar solidário e interventivo, dentro dos limites possíveis. A FENPROF sempre assumiu esse compromisso. Dentro das suas possibilidades, tem prestado ajuda e solidariedade às situações que se vivem, por exemplo, na República Árabe Saharaui Democrática, na Palestina e em todas as regiões do mundo, onde se perpetuam injustiças, ilegalidades, bloqueios e desrespeito pelos povos e pela condição humana e se impõe a denúncia contra a violação dos direitos humanos e a repressão e perseguição dos povos por potências ocupantes.

A solidariedade internacional é algo que a que FENPROF dá primazia, com a noção das limitações financeiras ao seu desenvolvimento. Assim o evidenciam, também, outros exemplos de solidariedade como o de Timor-Leste, antes e na sequência da independência, de Moçambique, por causa das consequências de destruidores fenómenos atmosféricos, ou de Cabo Verde, após a erupção vulcânica na Ilha do Fogo.”

| Do Programa de Ação aprovado no 14.º Congresso Nacional dos Professores •



NO ALVO

Contexto internacional: FENPROF na linha da frente

A FENPROF ocupa, hoje, no contexto internacional, um lugar importante, essencialmente pelo reconhecimento da sua capacidade de intervenção e mobilização junto dos docentes e investigadores portugueses. Isto vem permitindo o reforço da visibilidade e da intervenção no plano internacional. A FENPROF mantém uma intensa atividade, com relações bilaterais e multilaterais, com organizações das várias regiões do mundo, em particular, Europa, África, América Latina e Caribe, uma atividade construída ao longo de décadas, à qual cabe dar continuidade.

A Internacional da Educação (IE) é uma grande organização que reúne 384 sindicatos da educação, oriundos de 178 países e territórios.

A FENPROF é membro fundador e integra, desde 2015, o respetivo comité executivo, órgão constituído por 26 membros eleitos, provenientes de diferentes regiões do mundo.

A FENPROF tem também assento no Comité Executivo do Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE/IE Europa) e em dois dos seus conselhos consultivos: o Comité Consultivo do Ensino Superior e da Investigação e o Comité para a Igualdade.

Integra, igualmente, a Direção da Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos (FMTC) e mantém empenhada participação, em conjunto com outras organizações sindicais, em vários Fóruns Sociais Mundiais.

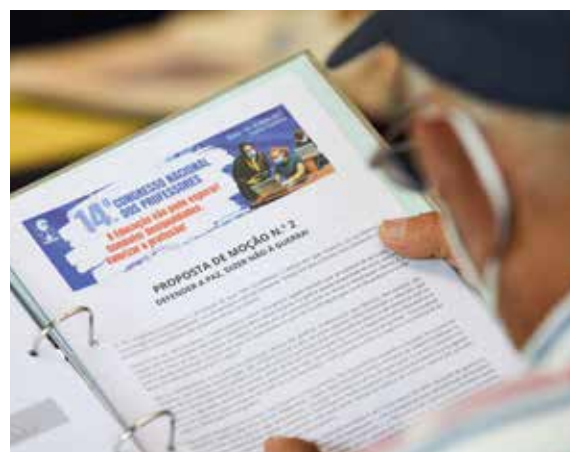
A FENPROF continuará a ter como prioritários o reforço do envolvimento e a ação convergente no plano europeu, com particular proximidade aos países do sul. Porém, na lista de prioridades e solidariedade reforçadas importa destacar países, povos e professores e educadores da América Latina e de África.

A FENPROF reafirma as suas responsabilidades na Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa (CPLP-SE), organização cuja coordenação é, hoje, responsabilidade da Federação. Pretende-se continuar a afirmar esta estrutura junto dos órgãos executivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), isto é, da sociedade e dos trabalhadores da educação de cada um dos respetivos países, reafirmando-a, também, como elemento chave para o desenvolvimento político, social e económico. | Do Programa de Ação 2022-2025, “Uma FENPROF dinâmica na proposta e no protesto porque a Educação não pode esperar” •

Album fotográfico













Olhares internacionais sobre os desafios da Educação

Participantes estrangeiros convidados do 14º Congresso Nacional dos Professores

FERNANDO VICENTE e ANTONIO BALDAIA (Departamento de Informação e Comunicação)

Roberto Leão

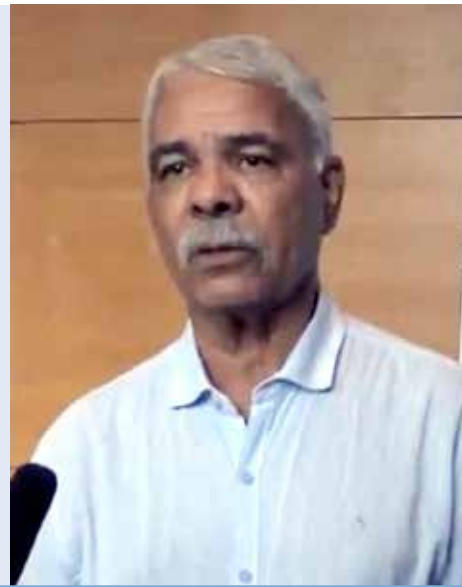
representante da CNTE, do Brasil

Sobre a educação no seu país, Roberto Leão (CNTE, Brasil) disse que a situação se agravou desde que Jair Bolsonaro assumiu a presidência. “Todos os anos ele reduz o investimento, criando grandes problemas para o exercício do magistério”.

Crescimento do ensino doméstico, privatização, criação de escolas militarizadas, na organização e na relação pedagógica – estes são alguns dos aspetos mais críticos do sistema educativo brasileiro.

No futuro próximo, a CNTE espera que a possibilidade da eleição de Lula da Silva permita recuperar a democracia, na educação e no Brasil, e resgatar o Brasil e os brasileiros da chacota de que são alvo em quase todo o mundo.

Entretanto, o CNTE integra o “Movimento Pedagógico Latino-Americano, organizado pela Internacional da Educação, em que a gente trabalha na perspectiva de uma educação libertadora.” Mas os enfrentamentos, as tentativas de inviabilizar os sindicatos, a perseguição a sindicalistas e o ataque ao direito de manifestação, continuam a existir.



Demba Thiam

professor do Senegal

“Os problemas do Senegal são como os de outros países”, começou por dizer Demba Thiam (SAEMSS, Senegal), adiantando que as autoridades têm vindo a negligenciar os professores. “Temos assistido à degradação da imagem e do estatuto social dos professores”.

Por isso, e para encontrarem soluções para o setor, os professores senegaleses têm feito muitas greves. “Este ano, os pais e a opinião pública compreenderam a nossa luta, muito legítima. Dissemos que não queríamos apenas salvar o ano escolar, mas mudar todo o sistema”, e que isso passava por estabelecer e implementar medidas sólidas e pela valorização salarial dos professores – o ordenado dos professores vai aumentar de 250 para 400€, “o que no Senegal é muito dinheiro”.

Mas “também há dificuldades estruturais que nos interpelam. E nós, enquanto sindicato, também somos uma força de propostas”. O governo dispôs-se a dialogar e, para isso, foi criado um conselho nacional de educação, “onde as questões relativas à educação serão debatidas para antecipar eventuais crises”.

Sobre o ensino da língua portuguesa, de que é professor: começou a ser ensinada em Dakar, em 1982, a oito alunos de dois liceus; “hoje, temos mais de 50 mil alunos e 500 professores de Português Língua Estrangeira. Além disso temos dois centros de Língua Portuguesa, em Dakar e Ziguinchor, perto da Guiné-Bissau”.



Todos os vídeos podem ser vistos na página da FENPROF em:
www.fenprof.pt/seminario-internacional-0

Rossella Benedetti

representante do UIL - Scuola, da Itália

“Os problemas da educação em Itália são os mesmo que em Portugal. Teremos uma grande greve no final deste mês, pois estamos a ter dificuldade em relação à renovação no nosso acordo coletivo que expirou em 2018 e ainda estamos a aguardar pela renovação. Estão a tentar compensar com menos dinheiro do que era justo por este tempo perdido. Estão a tentar tornar compulsório um determinado tipo de formação e uma avaliação que condiciona o aumento do salário. Não queremos isso porque o sistema que temos agora permite um aumento a cada 5 anos atingindo o valor máximo aos 35 anos. Mesmo assim é uma carreira muito longa!

Não queremos o novo sistema em que apenas os “bons professores” tenham aumento. Por isso vamos fazer uma grande greve.

Também temos falta de professores em algumas disciplinas, nomeadamente matemáticas e ciências porque os jovens formados nestas áreas escolhem carreiras no privado porque o ordenado dos professores é cerca 60% desses ordenados.”



Nicole ter Hamsel

representante do AOb, da Holanda

“Os grandes problemas na Holanda são a falta de professores. Temos falta de cerca de 9.000 professores em cada região, o grande volume de trabalho, o salário e a felicidade no trabalho. Estão muito infelizes por causa das condições de trabalho e se os professores estiverem felizes também estarão os alunos.

Tivemos um pequeno sucesso em abril passado. Os professores do ensino primário ganhavam menos que os do ensino secundário, não achávamos justo e por isso a partir de 2016 organizamos greves, ações de luta e protestos, tendo conseguido em abril a igualdade salarial entre todos.

Por isso, a mensagem é que juntos conseguimos mais, se nos unirmos conseguimos melhores condições e acabar com as injustiças e desigualdades.”



Angela Butler

representante do NASUWT, do Reino Unido

“Os problemas dos professores no Reino Unido são os mesmos que os professores em Portugal. São os salários, o volume de trabalho, os jovens não querem ser professores, professores mais velhos, como eu, querem deixar de ser professores. O recrutamento dos professores é muito mau. Durante a pandemia a saúde mental dos alunos sofreu, a dos professores também, mas a dos alunos trouxe novos desafios às escolas, e não temos apoio do governo e da sociedade em geral para tentar resolver isso.

Nos primeiros 5 anos de profissão 40% dos professores deixam a profissão. As pessoas jovens não ficam por causa dos salários e do volume de trabalho comparado com as outras profissões. Fizemos um estudo em que os professores do Reino Unido trabalham 60 horas em excesso por semana, mais do que qualquer outro professor da Europa.

Dia 18 de junho, juntamente com outros sindicatos vamos organizar uma Marcha por melhores condições de trabalho dos professores e de outras profissões. É uma Marcha até ao Parlamento que diz que não podemos aguentar mais isto!”



NOVOS ÓRGÃOS DIRIGENTES DA FENPROF



Mário Nogueira
Secretário-
-Geral



José Feliciano Costa
Secretário-
-Geral Adjunto



Francisco Gonçalves
Secretário-
-Geral Adjunto



Manuela Mendonça
Presidente
do Conselho
Nacional



António Dutra
Presidente
do Conselho
de Jurisdição

Secretariado Nacional da FENPROF Mandato 2022 – 2025

Mário Nogueira (FENPROF)

José Feliciano Costa (FENPROF)

Francisco Gonçalves (FENPROF)

Albertina Pena (SPGL)
Ana Simões (SPZS)
Anabela Sotaia (SPRC)
Anabela Sousa (SPN)
Antónia Fialho (SPZS)
António Anes (SPGL)
António Baldaia (SPN)
António Lucas (SPRA)
António Quitério (SPGL)
Branca Gaspar (SPGL)
Carlos Pato (SPE)
Dulce Pinheiro (SPRC)
Elizabete Zagalo (SPGL)
Faria Pinto (SPN)
Francisco Almeida (SPRC)
Francisco Oliveira (SPM)
Graça Sousa (SPGL)
Jackeline Vieira (SPM)
João Louceiro (SPRC)

João Pereira (SPGL)
Luís Lobo (SPRC)
Luísa Cordeiro (SPRA)
Manuel Nobre (SPZS)
Pedro Oliveira (SPN)
Rafael Tormenta (SPN)
Sónia Rocha (SPN)
Vitor Godinho (SPRC)

Outros dirigentes (não membros) com participação permanente

Manuela Mendonça (Presidente do CN)
André Carmo (Departamento Ensino
Superior e Investigação)
Helena Gonçalves (Departamento
de Professores Aposentados)

Conselho Nacional da FENPROF Mandato 2022 – 2025

Manuela Mendonça (SPN) – Presidente

Mário Nogueira (SPRC)
José Feliciano Costa (SPGL)
Francisco Gonçalves (SPN)

Sónia Rocha (SPN)
Anabela Sotaia (SPRC)
Manuel Nobre (SPZS)
Francisco Oliveira (SPM)
António Lucas (SPRA)
Carlos Pato (SPE)
Adérta Fernandes (SPM)
Adriano Costa (SPN)
Alexandre Fraguito (SPN)
Ana Catarina Oliveira (SPRC)
Ana Cristina Gouveia (SPGL)
Ana Cristina Martins (SPGL)
Ana Leitão (SPRC)
Ana Luísa Cayola (SPZS)
Ana Mafalda Pernão (SPGL)
Ana Paula Maçaira (SPN)
Ana Paula Pires (SPRC)
Ana Paula Rodrigues (SPGL)
Ana Rita Lourenço (SPGL)
Anabela Delgado (SPGL)
André Carmo (SPGL)
António Avelãs (SPGL)
António Morais (SPRC)
António Verdugo (SPGL)
Belmira Fernandes (SPGL)
Bruno Soares (SPRC)
Carla Marques (SPRC)
Carlos David Carvalho (SPRC)

Carlos Leal (SPGL)
Catarina Marques (SPZS)
Celeste Duarte (SPRC)
Cláudia Ferreira (SPRC)
Cremilde Canoa (SPGL)
Cristina Nogueira (SPN)
Cruz Marques (SPRC)
Deolinda Fernandes (SPGL)
Edmundo Pires (SPN)
Eduardo Mesquita (SPGL)
Elisa Queirós (SPM)
Emanuel Luz (SPZS)
Fátima Moreira (SPZS)
Fernando Vicente (SPRA)
Graça Dias (SPGL)
Graça Nascimento (SPZS)
Helena Brites (SPRC)
Hugo Weber (SPGL)
Isabel Tavares (SPGL)
João Olímpio (SPGL)
João Paulo Dupont (SPN)
Jorge Reis (SPN)
José Manuel Costa (SPN)

Luísa Barbosa (SPGL)
Lurdes Santos (SPRC)
Lurdes Veiga (SPN)
Manuel Lopes (SPRC)
Manuel Martinho Esteves (SPM)
Manuel Micaelo (SPGL)
Maria Céu Silva (SPGL)
Maria da Fé Carvalho (SPZS)
Maria Helena Sintra (SPRC)
Maria João Sales (SPZS)
Maria José Costa (SPN)
Maria José Silva (SPN)
Odete Ferreira (SPRC)
Ondina Maia (SPN)
Paula Decq Mota (SPRA)
Paulo Duarte (SPN)
Paulo Félix (SPZS)
Paulo Granjo (SPGL)
Pedro Reis (SPZS)
Ricardo Cerqueira (SPN)
Ricardo Furtado (SPGL)
Rita Ramos (SPN)
Rui Capão (SPGL)

Sandro Nóbrega (SPM)
Sofia Monteiro (SPRC)
Sónia Duarte (SPN)
Teresa Pereira (SPN)
Vitor Januário (SPRC)
Vitor Juvenal (SPRC)
Vitória Fonseca (SPRA)

Conselho de Jurisdição da FENPROF

Mandato 2022 – 2025

António Dutra (SPRA) – Presidente

Ana Aguiar (SPN)
Augusto Pascoal (SPGL)
Cristina Barata (SPZS)
José Machado (SPGL)
Lucinda Gabriel (SPM)
Miguel Viegas (SPRC)



PORQUE ESTAR DESINFORMADO SAI CARO

Importância de ser sindicalizado:

- ✓ Representação da classe em processos negociais.
- ✓ Defesa intransigente dos direitos de todos os docentes.
- ✓ Promoção e liderança de lutas profissionais.
- ✓ Atendimento e apoio profissional individualizado sobre todas as questões profissionais.
- ✓ Informação sindical e profissional.
- ✓ Apoio jurídico.

Regalias aos sócios FENPROF:

- ✓ Formação gratuita para os sócios.
- ✓ Seguro de saúde em condições especiais.
- ✓ Parcerias e protocolos com milhares de empresas e instituições (descontos em bens e serviços).

Benefícios:

- ✓ Retorno no IRS da quota paga, entre os 42% e os 66% .



**7 de Julho
15H00**

Manifestação Nacional

Lisboa

**Marquês do Pombal –
Assembleia da República**



O complexo momento que atravessamos, ainda sob os efeitos da pandemia e de todo o aproveitamento levado a cabo para engrossar os lucros dos grandes grupos económicos, e agora à boleia de uma guerra condenável e das sanções, não pode servir de pretexto para continuar a adiar a resposta aos problemas dos trabalhadores, nem tão pouco para abrir espaço para degradar ainda mais as condições de vida e de trabalho e aumentar a exploração, destaca uma nota divulgada recentemente pela CGTP-IN.

Acrescenta a Central: “O processo agora em curso, de aproveitamento da atual situação para desencadear um brutal aumento de preços, com grandes grupos económicos a promoverem a especulação para concentrar lucros cada vez maiores, degrada ainda

mais o poder de compra dos salários e das pensões, afetando de forma mais violenta os trabalhadores, os reformados e as camadas mais desfavorecidas da população.”

Para a Inter, “o enorme aumento de preços de bens e serviços essenciais exige medidas que ponham travão à especulação que caracteriza muitas destas subidas. Exige, no imediato, que o poder de compra dos trabalhadores, reformados e pensionistas seja aumentado, repondo, antes de mais, o que lhes foi roubado nestes primeiros meses do ano por via da especulação e transferido diretamente para os bolsos do capital.”

Aumento dos salários e pensões é emergência nacional

Assim, “o aumento dos salários e pensões é uma emergência nacional. Não aceitamos

mais este ataque aos salários e pensões, aos direitos e às condições de vida!”

A CGTP-IN convocou uma **Ação de Luta Nacional**, sob o lema **Pelo aumento dos salários e pensões! | Contra o aumento do custo de vida e o ataque aos direitos!** que se iniciou no dia 27 de março com uma concentração na Assembleia da República e se tem desenvolvido ao longo do mês de junho, com concentrações, desfiles e manifestações, plenários com saída à rua, ações nas associações patronais e um conjunto de greves.

Para encerrar esta ação de luta nacional, e dando o mote à necessária continuação da luta, a CGTP-IN convocou uma Manifestação Nacional em Lisboa, no dia 7 de Julho, pelas 15 horas, com concentração no Marquês de Pombal e desfile até à Assembleia da República. ●



Reforçar o Serviço Nacional de Saúde!

A CGTP-IN lançou a campanha “Defender e reforçar o Serviço Nacional de Saúde público, gratuito e universal”. Com esta ação, a Central “coloca o foco na saúde e na prevenção da doença, na necessidade de reforçar e modernizar o SNS” e na necessidade imperiosa de “investir na saúde como condição para a garantia deste direito fundamental da população e elemento de avanço social no progresso e de desenvolvimento económico do País”.

“Não há democracia sem contratação coletiva e sem o direito à atividade sindical”



quem o recebe e quem dele depende, como as crianças, vivam com dignidade e usufruam de direitos fundamentais.

Não há trabalho digno quando 70% dos trabalhadores que começaram a trabalhar este ano o fizeram com vínculos precários. Urge acabar com a precariedade e garantir que a um posto de trabalho permanente corresponde um vínculo de trabalho efetivo.

Urge garantir o direito a um horário de trabalho que concilie a vida pessoal e profissional, que coloque a evolução científica e tecnológica ao serviço do bem-estar de quem trabalha e não do aumento da exploração. Em Portugal, um trabalhador faz, em média, 41 horas de trabalho por semana. 800 mil trabalhadores trabalham por turnos e muitos durante a noite. 41% trabalham pelo menos um dia do fim de semana.

É necessário romper com ritmos e horários de trabalho do passado, e isso faz-se com a redução do horário de trabalho para as 35 horas como limite máximo e sem perda de retribuição, criando mais emprego e melhores condições de vida.

Por fim, não há democracia sem contratação coletiva e sem o direito à atividade sindical. Com a caducidade, apenas 30% dos trabalhadores estão abrangidos pela contratação coletiva negociada, significando que a maioria dos trabalhadores viram negado o direito a negociar aumentos salariais e melhores condições de trabalho. Mantendo a caducidade na legislação laboral nega-se o direito à livre negociação como elemento fundamental do direito à atividade sindical e de uma mais justa distribuição da riqueza.

Poucos dias depois de se comemorar mais um aniversário da Declaração de Filadélfia (*), a CGTP-IN recorda que a pobreza constitui um perigo para a prosperidade de

todos e que sem justiça social não é possível uma paz duradoura.

Enquanto central sindical de classe e de massas afirmamos convictamente que os trabalhadores e os seus sindicatos têm de prosseguir e reforçar a sua organização e luta.

Temos ainda a responsabilidade coletiva de procurar soluções pacíficas para os conflitos e de cooperação entre os povos, que permitam defender e conquistar direitos para os trabalhadores, que abram caminho a uma nova ordem internacional de progresso e justiça social.

Da intervenção de Isabel Camarinha, na 110ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, da OIT, Genebra, Suíça, realizada entre 27 de maio a 11 de junho de 2022. A intervenção da Secretária Geral da CGTP-IN teve lugar no dia 6 de junho

(*) A Declaração de Filadélfia foi aprovada na 26ª sessão da Conferência Geral da Organização do Trabalho (OIT), em maio de 1944. Tal Declaração apontava os fins e objetivos da OIT, bem como dos princípios nos quais se deveria inspirar a política dos seus membros. A Conferência afirma novamente os princípios fundamentais sobre os quais se funda a Organização, isto é: a) o trabalho não é uma mercadoria; b) a liberdade de expressão e de associação é uma condição indispensável para um progresso constante; c) a pobreza, onde quer que exista, constitui um perigo para a prosperidade de todos; d) a luta contra a necessidade deve ser conduzida com uma energia inesgotável por cada nação e através de um esforço internacional contínuo e organizado pelo qual os representantes dos trabalhadores e dos empregadores, colaborando em pé de igualdade com os dos Governos, participem em discussões livres e em decisões de carácter democrático tendo em vista promover o bem comum. ●

A profunda instabilidade da situação internacional e o predomínio das políticas neoliberais aumenta as desigualdades e injustiças e a exploração do trabalho. Um processo de que só beneficiam os mais ricos, cujas fortunas aumentam com o desemprego, a imigração e os refugiados, com o alastramento do modelo de baixos salários, trabalho precário, desregulação dos horários de trabalho e das relações laborais, com o ataque à contratação coletiva e à liberdade sindical.

A versão portuguesa da **agenda para o trabalho digno** não rompe com este modelo. Não há trabalho digno sem aumento dos salários e sem que se quebre o ciclo que faz com que milhares de trabalhadores em Portugal, mesmo trabalhando, empobreçam. O salário mínimo nacional não permite que



10º Congresso do MURPI

Dia de reencontros...dia de análise da vida...dia de luta na defesa do futuro



A Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos – MURPI – é uma organização não governamental, pioneira no nosso País no movimento associativo dos reformados e pensionistas. Foi instituída em 27 de maio de 1978, na sua 1ª Conferência, realizada na Amadora. Tem como objetivos dinamizar os reformados, pensionistas e idosos e suas organizações na defesa do seu caderno reivindicativo e da sua plena integração e participação na vida da sociedade, promover, organizar e apoiar ações que contribuam para a defesa de uma vida digna e de bem-estar dos reformados/aposentados e idosos. Com as federações, as associações que engloba (espalhadas por diversos distritos de norte a sul do País, nomeadamente Região Autónoma da Madeira) e outras organizações, promove iniciativas e atividades de natureza educativa, sócio cultural, desportiva e outras.

Ao longo da sua existência tem contado com a participação abnegada e solidária de milhares de dirigentes e ativistas que lutam pelas conquistas alcançadas com o 25 de Abril de 1974, nomeadamente, a pensão social, a pensão de sobrevivência, a pensão de viuvez, o 13º e 14º mês e o aumento progressivo do valor das reformas.

Publica um Jornal, com a periodicidade bimestral, desde 1979, “A Voz do MURPI” que, a partir de 1991, passou a designar-se como “A Voz dos Reformados”.

Organiza, anualmente, uma festa - “Piquenício” - com a participação de mais de três mil pessoas e a intervenção de dezenas de Grupos de Cantares das Associações de Reformados. Este



ano realizará o 25º Piquenício, no dia 19 de junho, no Parque Urbano da Quinta do Marialva, em Corroios, com entrada livre.

No dia 14 de junho realizou o seu 10º Congresso, em Setúbal, com o lema – “MURPI, força de Abril – Agir na defesa dos direitos dos reformados – Consolidar o movimento associativo”. Também nós – Departamento de Docentes Aposentados da FENPROF (DA/FENPROF) fomos convidados e estivemos presentes.

Foi um Congresso vivo, participativo, de ação. Foi eleita a nova Direção com uma mulher para Presidente – Isabel Gomes,

Auxiliar Técnica de Controle de Qualidade, reformada, com 69 anos, em substituição de Casimiro Menezes, médico aposentado, com 78 anos, que foi eleito Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Aprovaram o Programa de Ação para 2022/2025 e o Caderno Reivindicativo para 2022 – “Retomar o direito a viver com segurança e confiança – Avançar no direito e envelhecer com direitos – Dar força ao movimento associativo”.

Juntos vamos continuar a lutar para devolver a alegria e o prazer de vivermos o tempo da reforma. •



Docentes de Técnicas Especiais da A. Arroio e S. dos Reis **Atenção, sr. Ministro: a lei (e as promessas) são para respeitar!**

ANTÓNIO ANES (membro do SN da FENPROF)

Docentes de Técnicas Especiais em situação precária das Escolas Artísticas António Arroio (Lisboa) e Soares dos Reis (Porto) não desistem de uma vinculação extraordinária e exigem o cumprimento da lei e de promessas dos responsáveis do Ministério da Educação

Os Docentes contratados de Técnicas Especiais das Escolas Artísticas António Arroio e Soares dos Reis /Ensino Artístico Especializado (Artes Visuais e Audiovisuais) dirigiram-se, no dia 20 de maio, em carta aberta ao Ministro da Educação João Costa. Vêm justamente lembrar a situação de precariedade em que se encontram e a necessidade de, com urgência, a ultrapassar.

Convém lembrar que estes docentes se veem impedidos, ano após ano, de qualquer vinculação, pois não se podem candidatar ao concurso nacional geral, externo e interno, para colocação de docentes, sendo excluídos da designada “norma travão”, que obriga o ME a abertura de vaga de quadro: A sucessão de contratos de trabalho a termo não pode exceder o limite de três anos ou duas renovações.

Ora estes professores criaram, no início do ano letivo que agora está a terminar, reais expectativas de uma solução para esta situação de precariedade, pois foi aprovada a Lei n.º 46/2021, de 13 de julho, que prevê a realização de um concurso de vinculação extraordinária, bem como um processo negocial com as estruturas sindicais para aprovação de um regime específico de seleção e recrutamento. Expectativas reforçadas pela promessa da então Senhora Secretária de Estado da Educação, Inês Ramires, aquando da visita à Escola Artística Soares dos Reis, no dia 16 de setembro de 2021 no sentido de ainda neste ano letivo resolver esta situação.

Trata-se pois de um **dever legal e moral do Dr. João Costa**, que continua no ministério, agora como Ministro da Educação, de resolver esta situação,

cumprindo a lei e as promessas feitas pela sua equipa ministerial.

A FENPROF tem acompanhado estes docentes que exigem uma solução rápida que ponha cobro a esta situação de instabilidade e pediu uma reunião urgente ao Ministério da Educação onde propôs a abertura de um **concurso de vinculação extraordinária, ainda durante o presente ano letivo de 2021/2022**, bem como a consagração de um regime específico de seleção e recrutamento de docentes do ensino artístico especializado nas áreas das artes visuais e dos audiovisuais que fixe as condições contratuais necessárias para que futuros docentes de Técnicas Especiais nas áreas das Artes Visuais e dos Audiovisuais possam vincular de forma ordinária, à semelhança do que já existe para os docentes do ensino artístico especializado da música e da dança.

Nesse sentido, mais uma vez, no dia 25 de maio, estes professores concentraram-se à porta das respetivas escolas, numa

iniciativa que decorreu de uma ação convocada pela FENPROF decidida no 14º Congresso no dia 14 de maio, demonstrando assim não desistirem da justa reivindicação que ponha fim a situação de precariedade em que se encontram.

Mas tratar-se-á de um problema de difícil solução?

Obviamente que não. Nem tecnicamente nem financeiramente: Em 2018 foi realizado um concurso extraordinário idêntico ao que agora se exige. Bastará ao Ministério aplicá-lo com as respetivas adaptações. Quanto aos custos imediatos serão quase nulos pois os professores vão continuar a ser necessários para satisfazer necessidades permanentes. Posteriormente implicarão os relacionados com as progressões na carreira. Mas... não poderá ser de outro modo.

Haja vontade política e algum pudor ético. O Ensino Artístico exige-o.

Os professores não desistem. A FENPROF também não. •



FOLHA VERDE

 **Quercus**
Associação Nacional de Conservação da Natureza

Há 200 semanas em luta pelo clima

JOSÉ JANELA (Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza)

Na Sexta-feira 17 de Junho assinalou-se a 200ª semana de luta escolar pelo clima, «School strike» como lhe chama Greta Thunberg, que iniciou o movimento.

Partindo de uma ação individual, a que se juntaram outras pessoas e coletivos, o movimento ganhou uma dimensão global. Para além de organizações ambientalistas, como a Quercus, esta luta pelo clima contou com a participação de movimentos sociais, como foi o caso da FENPROF.

Muitas crianças e jovens foram sensibilizadas, mobilizadas e mobilizaram-

-se para participar em iniciativas por todo mundo. Para muitas foi a primeira vez que participaram em manifestações e se empenharam em ações cívicas.

No entanto, grande parte das iniciativas não teve continuidade ou consequência, pois tratando-se de movimentos inorgânicos muitas ações foram pontuais e terminaram com as manifestações. Houve, no entanto, alguns movimentos que surgiram fruto das mobilizações juvenis, como o Fridays for Future (Sextas-feiras pelo Futuro) ou a Greve Climática Estudantil. Houve, também, movimentos que ganharam uma expressão pública de rua como o movimento Extinction Rebellion que utiliza ações diretas não violentas e a desobediência civil para persuadir os governos a agir com justiça na emergência climática e ecológica.

Estas mobilizações dos jovens são uma expressão de cidadania ativa e cumprem os objetivos da Educação Ambiental para a Sustentabilidade, como sejam a promoção de valores, a mudança de comportamentos face ao ambiente, a preparação dos jovens para o exercício de uma cidadania consciente, dinâmica e informada face aos problemas ambientais atuais. A escola deve promover a utilização dos conhecimentos para interpretar e avaliar a realidade envolvente, para formular

e debater argumentos e para sustentar posições, capacidades necessárias para a participação ativa na tomada de decisões fundamentadas, face aos efeitos das atividades humanas sobre o ambiente.

Para além do papel de sensibilizadores, os professores devem assim ser catalisadores das ações levadas a cabo pelos jovens que são agentes da mudança de que o mundo precisa. •

Greta Thunberg



Internacional da Educação realiza 4.^a Conferência Mundial Das Mulheres

MANUELA MENDONÇA (Presidente do CN da FENPROF)

De 13 a 16 de junho, sindicalistas da educação de todo o mundo partilharam experiências e discutiram estratégias para fazer avançar a igualdade de género na e através dos sindicatos da educação.

Numa Conferência que teve como lema **Usar o poder das mulheres para a mudança**, a necessidade de partilha do poder apareceu naturalmente como questão central - as mulheres são metade da população mundial, mas continuam largamente sub-representadas nas instâncias de tomada de decisão, também nos sindicatos da educação, em que dois terços dos membros são mulheres....

Falou-se do poder das mulheres na política - o poder de reparar injustiças e acabar com leis discriminatórias -, e do poder do exemplo. Testemunhos de mulheres com percursos de vida singulares mostraram que, apesar de todas as barreiras, a participação das mulheres na liderança faz a diferença, nomeadamente ao nível da inclusão e de igualdade de direitos. Mulheres que são modelos de liderança para outras mulheres e raparigas, encorajando-as a assumir esse desafio, a ter confiança nas suas capacidades, a tomar a palavra...

Falou-se do poder da profissão docente, maioritariamente constituída por mulheres. Esse poder de formar cidadãos, de desenvolver o espírito crítico, de desconstruir estereótipos de género, estimulando as raparigas a não se deixarem menorizar. Falou-se do poder da educação, que é um direito potenciador de todos os outros direitos.



Falou-se do poder das mulheres nos sindicatos, da necessidade de usar o poder individual de cada uma para fortalecer o poder coletivo das mulheres, falou-se dos fatores que impedem uma maior participação e representação, esse triplo fardo a que estão sujeitas, como cuidadoras familiares, professoras e sindicalistas, falou-se de uma cultura sindical ainda marcada por patriarcado e sexismo. Mas, apesar de tudo isso, a investigação mostra que, mesmo nos contextos mais adversos, as mulheres se envolvem na atividade sindical e que essa ligação ao sindicato se viu até reforçada durante a pandemia, em que os sindicatos funcionaram como redes de apoio.

Contudo, é preciso criar condições para uma efetiva participação das mulheres na tomada de decisão: consagrar estatutariamente regras que respeitem a representatividade das mulheres; alterar o funcionamento da estrutura (locais e horas das reuniões, ordens de trabalhos...); incluir as temáticas de género nos debates sindicais; exigir igualdade na partilha de responsabilidades; apostar na formação;

reforçar o trabalho em rede; criar amplas alianças sociais em torno da defesa dos direitos das mulheres, travando políticas que podem pôr em causa direitos adquiridos ou exigindo a ratificação e posterior concretização da Convenção da OIT para a erradicação da violência de género no mundo do trabalho.

Na intervenção de abertura, a Presidente da Internacional da Educação, Susan Hopgood, afirmou: "Como sindicalistas, reconhecemos a importância do poder coletivo: construímos a solidariedade entre trabalhadores para podermos mobilizar, organizar e aproveitar o nosso poder coletivo para defender e promover os nossos direitos. Como sindicatos de educação, também defendemos e promovemos os direitos dos nossos estudantes. Nesta Conferência, ao pensarmos e discutirmos o que significa referirmo-nos ao "poder das mulheres", não esqueçamos que somos uma profissão largamente dominada por mulheres na maioria das regiões. Assim, de facto, em muitos dos locais de onde nos estamos a juntar à Conferência, o poder sindical da educação é o poder das mulheres". •



"Educação para a Paz"

O Programa do Conselho Português para a Paz e Cooperação "Educação para a PAZ" continua a chegar a mais escolas, em todo o país, divulgando e promovendo a mensagem da PAZ. Recentemente, o CPPC esteve no Agrupamento Adelaide Cabete (EB António Bravo) em Odivelas, no Agrupamento Eduardo Gageiro (na EB3 Sacavém), no Agrupamento Alves Redol (EB1 Povos) em Vila Franca de Xira e no Agrupamento D. Sancho I (EB1 Vale da Pinta) no Cartaxo com a participação total de 185 alunos e professores. •



Apoio da FENPROF às solicitações do Conselho Português para os Refugiados

O conflito entre a Rússia e a Ucrânia fez aumentar, em muito, o número de refugiados que chegou ao nosso país. Como tal, a FENPROF manifestou, junto do Conselho Português para os Refugiados, disponibilidade para encontrar formas de apoio a jovens refugiados e suas famílias, em diversos planos, de signadamente promovendo a recolha de bens e dando informação sobre eventual apoio escolar. No que diz respeito a este último, as dificuldades sentidas são transversais a todas as disciplinas atendendo, sobretudo, à questão linguística.

Na sequência da iniciativa da FENPROF de contactar com o Conselho Português para os Refugiados (CPR), recebemos deste as seguintes indicações:

Recolha de donativos, principais necessidades

- Alimentos não perecíveis (arroz, massa, atum, azeite, óleo, açúcar, farinha, grão e outras leguminosas, polpa de tomate, salsichas de peru, sardinha em lata, etc.)
- Material escolar (cadernos, estojos, mochilas, canetas, lápis, etc.)
- Produtos de higiene (pasta de dentes, escova de dentes, champô, gel de duche, desodorizante, pensos higiénicos, etc.)
- Produtos de puericultura (fraldas e toalhitas)

Estes donativos podem ser entregues num dos Centros de Acolhimento em Loures (Bobadela/ São João da Talha) ou em Lisboa (Parque da Bela Vista), bem como nas sedes e delegações dos Sindicatos da FENPROF, que os farão chegar ao destino.

Outras atividades, voluntariado

O CPR faz um apelo à possibilidade de, em regime de voluntariado, haver docentes que se disponibilizem para (além do apoio escolar) organizar atividades desportivas para adultos ou outras atividades de lazer e ocupação de tempos livres. Estas atividades serão desenvolvidas nos locais indicados pelo



CPR, pelo que quem estiver disponível para o apoio solicitado deverá contactar aquela entidade, cujos contactos seguem abaixo.

Aproveitamos para transmitir que o Relatório de Atividades e Impacto do CPR relativo a 2021 se encontra disponível em <https://cpr.pt/cpr-publica-o-seu-relatorio-anual-2021/>, podendo ser consultado pelos Professores interessados em conhecer melhor a organização e o trabalho do Conselho Português para os Refugiados.

Para envolvimento no apoio escolar a jovens refugiados e suas famílias e obter mais informações sobre as formas de colaboração, contactar:

CPR - Conselho Português para os Refugiados

(Casa de Acolhimento para Crianças Refugiadas)
Quinta do Pombeiro, Casa
Senhorial Norte
Azinhaga do Pombeiro
1950-183 LISBOA - PORTUGAL

Tel: +351 21 831 43 72
Telemóvel/Mobile:
+351 964 182 346
Fax: +351 21 837 50 72
www.cpr.pt

30
ANOS



CPR
CONSELHO PORTUGUÊS
PARA OS REFUGIADOS

Desde 1991 a apoiar requerentes de asilo e refugiados em Portugal



Congresso Internacional PEDAGOGIA 2023 30 de Janeiro a 3 de Fevereiro de 2023

A Agenda 2030 constitui um compromisso intergovernamental e um plano de ação em favor das pessoas, do planeta e da prosperidade. Inclui 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, os quais descrevem os principais desafios de desenvolvimento da humanidade, em conjugação com as três dimensões do Desenvolvimento Sustentável, a económica, a social e a ambiental. A sua finalidade é a de garantir uma vida sustentável, pacífica, próspera e justa na terra para todos. O Congresso Pedagogia 2023 é um encontro a não perder. •

+ INFO <https://planetaestavel.com/pedagogia-2023>



MEM 43º Congresso do Movimento da Escola Moderna

O Movimento da Escola Moderna (MEM) vai realizar o seu 43º Congresso Nacional, nos dias 21, 22 e 23 de julho, no Instituto Piaget de Almada. Nesses três dias, cerca de uma centena de sócios refletirão, conjuntamente com várias centenas de congressistas, sobre as práticas apresentadas, em forma de relato, em oito tempos diferentes e em dez salas em simultâneo. O programa inclui, também, 1 conferência e 2 sessões plenárias, para se discutirem "temas desafiantes e muito atuais como a Formação de Professores, Escrita e a Educação Inclusiva", para além da sessão de abertura e do Fórum de encerramento. •

+ INFO escolamoderna.pt



Teatro

Teatro da Trindade/Fundação Inatel

"O Diário de Anne Frank" abre programação para a próxima temporada

A programação do Teatro da Trindade/Fundação Inatel para a próxima temporada, que se inicia no dia 8 de setembro com "O Diário de Anne Frank", na versão de Frances Goodrich e Albert Hackett, foi apresentada em conferência de imprensa por Diogo Infante, diretor artístico do Trindade, e por Francisco Madelino, presidente da Fundação Inatel. A peça estará em cena até 13 de novembro.

O segundo espetáculo, a estrear na conhecida sala de Lisboa a 15 de setembro, é "Jesus, o filho", de Elmano Sancho, que retrata o transtorno "Hikikomori", o isolamento, a exclusão social e a morte involuntária.

Outra novidade desta temporada é o espetáculo "Nuvem", que põe em cena o

texto vencedor da edição deste ano do Prémio Miguel Rovisco -- Novos Textos Teatrais, da autoria de Carlos Manuel Rodrigues, uma "peça que agarra o leitor do princípio ao fim" e que é uma espécie de policial, que reflete sobre a essência do artista, explicou Diogo Infante. Daniel Gorjão, encenador do espetáculo, que estará em palco entre 08 de dezembro e 29 de janeiro, afirmou que este texto de teatro se lê como um romance.

"Noite de Reis", comédia de William Shakespeare, com encenação de Ricardo Neves-Neves, estreia a 26 de janeiro, e vai "andar atrás" do termo "Drag", fixado pelo dramaturgo inglês como acrónimo para "Dressed as Girl", como explicou o encenador. | Fonte: JN, 8/06/2022 •



Exposição "Mértola está na Moda"

O Núcleo da Ermida de S. Sebastião, do Museu de Mértola, apresenta até 30 de junho uma exposição com trabalhos de alunos do 9º ano, resultado da parceria com o Agrupamento de Escolas de Mértola e com a Associação Via Criativa. A Professora Nádia Torres desenvolveu com os alunos trabalhos que aliam técnicas decorativas aplicadas a superfícies com motivos inspirados na riqueza patrimonial de Mértola. •

38.ª edição

Jazz em Agosto

Chicago – New York – Lisboa

A associação de cenas musicais e sonoridades a determinadas cidades e regiões não acontece por acaso. A música não nasce isolada do ambiente social, político, económico e cultural do meio em que se desenvolve, e torna-se, em muitas ocasiões, um lugar de expressão em que todas estas dimensões se materializam. Quando falamos de Londres no final dos anos 1970, ativamos de imediato uma banda sonora punk, ligada à máxima niilista do “no future”; quando falamos da soul clássica da década anterior, pensamos em Detroit e em Memphis, e na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos. E, num mesmo fôlego, tango confunde-se com Buenos Aires, fado com Lisboa, hip-hop com Nova Iorque, reggae com Kingston. A música está sempre povoada pelos contextos que a rodeiam.

Da mesma forma que as cidades são organismos vivos e se transformam, também a música acompanha esses movimentos – desenhados pela gentrificação, pela assimilação de diferentes culturas, pela transformação demográfica ou pela própria história dos lugares. Disso nos dá conta também



esta 38.ª edição do Jazz em Agosto, num retrato alargado daquilo a que hoje soam Chicago, Lisboa e Nova Iorque – fazendo ainda uma curta escala em Londres, neste trânsito entre alguns dos lugares onde o jazz vive com uma pulsação mais intensa e criativa.

A Chicago chegaremos pela mão da editora International Anthem, autêntico bastião da música mais desafiadora a palpar numa cidade que, em tempos, se organizou também em torno do Art Ensemble of Chicago e da AACM. Fundada por Scottie McNiece e David Allen, foi montada para gravar o resultado da residência artística que Rob Mazurek desenvolveu no Gilt Bar no final de 2012, rapidamente atraindo o talento de músicos como Damon Locks, Irreversible Entanglements, Nicole Mitchell, Jaimie Branch ou Angel Bat Dawid, todos eles com passagem pela Fundação Gulbenkian, reunidos em redor não apenas da celebração de um viveiro de vanguardismo, mas também

de uma dimensão de criação de comunidade, e de luta social e política, através da música.

Se Londres estará representada pelo coletivo Ahmed, a viagem com partida em Chicago diverge depois para Lisboa e Nova Iorque. Pela mão de Carlos “Zíngaro”, João Lencastre, Pedro Carneiro e Rodrigo Pinheiro encostaremos o ouvido ao som da Lisboa de hoje, enquanto Ava Mendoza, Kris Davis, Nate Wooley ou Chris Corsano nos levarão até outro nome que é praticamente sinónimo da cidade que habita. Dizer John Zorn é escutar Nova Iorque. Mesmo que, cada vez mais, o seu nome nos lembre Lisboa e o Jazz em Agosto. As cidades, não o esqueçamos, comunicam entre si e sabem como encurtar distâncias. •

José Pinto (Diretor adjunto - Gulbenkian Música)
Rui Neves (Diretor Artístico)

+ INFO <https://gulbenkian.pt/jazzemagosto>



Exposição

“A decoração dos tapetes de Arraiolos”

Até **12 de fevereiro** do próximo ano, pode ser visitada na conhecida localidade alentejana a exposição “A decoração dos tapetes de Arraiolos. Dos Pessanhas a Maria José de Mendonça”. Inaugurado no passado dia 8 de junho, no Centro Interpretativo, o certame contou com a colaboração das casas de tapetes de Arraiolos que aderiram ao evento “O tapete está na rua 2022”. •

Pintura

“Graça Morais: Mapas da Terra e do Tempo”

“Na minha ingenuidade de criança, gostava de desenhar nas fragas da minha aldeia. Quando começou o



movimento da defesa das gravuras do Côa, fui das pessoas que [se associaram] à causa e aos grandes defensores desta forma de arte”, disse Graça Morais, dias antes da recente inauguração da exposição “Graça Morais: Mapas da Terra e do Tempo”, que pode ser visitada até **25 de setembro** no Museu do Côa. O certame reúne 50 obras inspiradas no período do Paleolítico. “Esta minha exposição é um encontro com as gravuras paleolíticas do Côa e com esta manifestação dos primeiros artistas. Por este motivo, tentei reunir obras que, em 1983, tiveram como ponto de partida certas imagens das grutas de Altamira em Espanha, ou a enigmática figura, conhecida pelo ‘homem-bisonte’, encontrada na caverna de Les Trois-Frères, em França, ou a Vénus de Willendorf”, explicou Graça Morais, em entrevista à Lusa. A exposição tem curadoria de Jorge Costa, responsável pelo Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, em Bragança. •

+ INFO <https://arte-coa.pt>



Concerto

Orquestra de Bandolins da Madeira no Baltazar Dias

Reconhecida como a Orquestra de Bandolins mais antiga e mais jovem da Europa, a OBM / Orquestra de Bandolins da Madeira sobe ao palco do Teatro Municipal Baltazar Dias, no Funchal, no dia **3 de julho**, às 21h00, “com uma linguagem cultural única e genuína através de um repertório rico e diversificado, complementado um programa de música erudita com as grandes e mais reconhecidas obras clássicas da música nacional e internacional, com afirmação e perseverança”. Os jovens músicos recorrem a outros instrumentos como a viola, a bandoleta, a bândola, o bandoloncelo e o guitarrom. •



FALTAM PROFESSORES?

**Valorizar os que estão.
Recuperar quem se afastou.
Atrair jovens para a profissão.**

- ✓ Fim das quotas e das vagas
- ✓ Contagem integral do tempo de serviço
- ✓ Vinculação extraordinária
- ✓ Regularizar tempo de serviço na Segurança Social
- ✓ Aplicar regime de pré-reforma
- ✓ Antecipar e despenalizar aposentação
- ✓ Fim dos abusos e ilegalidades nos horários

**FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA**

